



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDRÉ DE FREITAS SIMÕES

O ATO E O FATO:
A CRÔNICA POLÍTICA DE CARLOS HEITOR CONY

Londrina
2009

ANDRÉ DE FREITAS SIMÕES

O ATO E O FATO:
A CRÔNICA POLÍTICA DE CARLOS HEITOR CONY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon

Londrina
2009

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S593a Simões, André de Freitas.

O ato e o fato: a crônica política de Carlos Heitor Cony / André de Freitas Simões. – Londrina, 2009.
137 f.

Orientador: Luiz Carlos Santos Simon.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, 2009.

Bibliografia: f. 135-137.

1. Crônicas brasileiras – História e crítica – Teses. 2. Ditadura militar – Teses. 3. Cony, Carlos Heitor, 1926 – Crítica e interpretação – Teses. I. Simon, Luiz Carlos Santos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. III. Título.

CDU 869.0(81)-4.09

ANDRÉ DE FREITAS SIMÕES

O ATO E O FATO:
A CRÔNICA POLÍTICA DE CARLOS HEITOR CONY

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon
(orientador)
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Raquel Illescas Bueno
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Sonia Aparecida Vido Pascolati
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 11 de setembro de 2009.

**Para Julia de Oliveira Cleto, minha namorada,
por sê-la da maneira mais completa e bonita.
Toda a minha gratidão – todo o meu amor para você.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu irmão, por, em mesmo sendo agnósticos (até onde eu saiba), representarem da maneira mais exata o conceito cristão de “pais” e “irmão”;

Ao meu orientador, professor Luiz Carlos Santos Simon, por dispor de toda a paciência que a tarefa requereu e por frequentemente, e de maneira benéfica, ir além de sua função;

Aos professores Henrique Ávila e Regina Corrêa, pelo apoio durante momento difícil dentro do programa de Mestrado;

Às professoras Regina Célia dos Santos, Sonia Aparecida Vido Pascolati e Raquel Illescas Bueno pelos valorosos apontamentos efetuados durante meu Exame de Qualificação e minha Defesa de Dissertação;

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida, de auxílio inestimável para a realização desta dissertação;

Aos amigos e colegas que de maneira mais ou menos direta me ajudaram neste trabalho: Alexandre Correia Lima, Amanda Coelho, Bruno Gazzoni, Bruno Rizzi, Carlos Guilherme Fortes, Cíntia Iokohama, Danilo Nakamura, Gabriel Borges, Karen Debértolis, Marcela Ortolan, Osmani Costa, Paulo Briguet, Rodrigo Grota, Viviane Fugiwara – e mais uma vez, de maneira especial, a Julia Cleto.

**A realidade é detestável.
Infelizmente, ainda é o único lugar onde se pode conseguir um bom bife.**

Woody Allen

SIMÕES, André de Freitas. **O ato e o fato**: a crônica política de Carlos Heitor Cony. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Este trabalho se detém sobre o livro *O ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony, volume de crônicas escrito e publicado em 1964, contendo exclusivamente textos de crítica ao regime militar brasileiro instaurado naquele ano. A obra é analisada como parte integrante da produção cronística nacional, conquanto tenha características que fujam do modelo padrão de transferência da crônica do suporte jornal ao formato livro. Essas peculiaridades são esmiuçadas, situando o livro como um fato literário que também se sustenta como documento histórico e teve papel transformador na carreira do escritor Cony.

Palavras-chave: Crônica. História brasileira. Ditadura militar.

SIMÕES, André de Freitas. ***O ato e o fato***: the political chronicle of Carlos Heitor Cony. 2009. 121p. Dissertation (Master`s degree in Letters) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

This work focus on the book *O ato e o fato*, by Carlos Heitor Cony, a volume of chronicles written and published in 1964, containing only texts criticizing the brazilian military government established on that year. The book is analyzed as part of the brazilian production of chronicles, in spite of having some characteristics that are different from the conventional model of chronicle's transference – from the journals to the books. These peculiarities are analyzed, situating the book as a literary fact that also sustains itself as a historical document and acted as a turning point on Cony's career.

Keywords: Chronicles. Brazilian history. Military government.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A EVOLUÇÃO DA CRÔNICA COMO GÊNERO NACIONAL	12
1.1 ORIGENS DO GÊNERO	12
1.2 A CARTA DE PERO VAZ CAMINHA	13
1.3 A CRÔNICA NOS FOLHETINS.....	14
1.4 O MODERNISMO BRASILEIRO	17
1.5 A CRÔNICA MODERNA – RUBEM BRAGA	19
1.6 O APOGEU DA CRÔNICA NO BRASIL.....	22
1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CRÔNICA BRASILEIRA.....	25
2 O ATO E O FATO – CRÔNICAS POLÍTICAS DE CARLOS HEITOR CONY ...	29
2.1 O CONY “ALIENADO”	29
2.1.1 O Ventre	32
2.1.2 Da Arte de Falar Mal	35
2.2 PRODUÇÃO E LANÇAMENTO DE <i>O ATO E O FATO</i>	41
2.3 <i>O ATO E O FATO</i> COMO TRANSFORMADOR DA CARREIRA DE CONY	55
2.4 <i>O ATO E O FATO</i> COMO DOCUMENTO HISTÓRICO.....	64
2.5 <i>O ATO E O FATO</i> COMO FATO LITERÁRIO.....	68
3 ANÁLISE DE CRÔNICAS DE <i>O ATO E O FATO</i>	73
3.1 “DA SALVAÇÃO DA PÁTRIA”.....	73
3.2 “A NATURAL HISTÓRIA NATURAL”	79
3.3 “FARTO MATERIAL SUBVERSIVO”	84
3.4 “A HERANÇA”	88
3.5 “WATERLOO E O DESCONFIÔMETRO”	92
3.6 “ATÉ QUANDO?”	96
3.7 “DA COISA PROVECTA”.....	100
3.8 “A AFRONTA E O LATROCÍNIO	104
3.9 “MAOMÉ E A MONTANHA”	108
3.10 “DAS ELEIÇÕES, AINDA”	112

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....116

REFERÊNCIAS.....118

INTRODUÇÃO

A aceitação da crônica, no Brasil, não condiz com a atenção dada ao gênero pela crítica e pelos estudos literários.

De popularidade inegável, a crônica costuma servir de iniciação à leitura nas escolas do país, por deter características de leveza e humor próprias a cativar a atenção das crianças. Entre os adultos, mesmo os que não cultivam o hábito da leitura regularmente se divertem, vez ou outra, ao pegar o jornal, com seu cronista favorito – pelo menos muito mais comumente do que com um poeta, contista ou romancista predileto, prerrogativa dos habituados à leitura literária, que não formam um número grande no Brasil e estão geralmente associados à elite econômica. Por fim, para exemplificar com os termos mais pragmáticos do mercado editorial, as compilações de crônicas, tanto reedições quanto novos títulos, têm vendagem destacada, figurando usualmente nas listas dos mais vendidos, a despeito de serem comuns análises como a de Marcelo Coelho (2002), que vê certa decadência qualitativa e quantitativa no gênero a partir da década de 1970. Podem-se apontar ainda como índices de sucesso as várias e recentes adaptações de textos originalmente escritos como crônica para TV e para o cinema, como no caso do filme *O homem nu*, baseado no texto de Fernando Sabino, e da série global *Comédias da vida privada*, criação televisiva de Guel Arraes sobre argumento de Luis Fernando Veríssimo usado originalmente em sua coletânea de crônicas homônima.

O que assegura a penetração popular ao gênero, a simplicidade, pode ser confundido com o simplismo, mais vulgar e, no caso da aplicação ao melhor da crônica nacional, injusto: dificilmente, à luz de uma análise fria, acusar-se-iam de simplismo as crônicas de Rubem Braga, Fernando Sabino ou Nelson Rodrigues. Em alguns casos, se os mesmíssimos textos fossem rotulados como contos, assim passariam tranquilamente, para quiçá ganhar maior atenção acadêmica.

Pois se é verdade que atualmente há virtual consenso, entre os estudiosos, de que a crônica é mesmo um gênero literário; se se pode perceber ainda certo orgulho na afirmação da crônica, tal qual é praticada aqui, como um fato eminentemente nacional – para Davi Arrigucci (1987, p.51), é “companheira quase

que diária do leitor brasileiro”; Antonio Candido chega a agradecer a Deus pela proximidade da crônica (1992, p.13) e afirma que no Brasil ela “tem uma boa história, e até se poderia dizer que é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (1992, p.15)–; se notáveis acadêmicos brasileiros já dedicaram ensaios (geralmente curtos, é verdade) analisando a crônica como gênero, ainda se carece de estudos mais detalhados sobre a produção específica de determinados cronistas.

A idéia inicial para esta dissertação surgiu quando da reedição, pela editora Objetiva, em 2004, de uma coletânea de crônicas intitulada *O ato e o fato*, escrita por Carlos Heitor Cony e publicada originalmente pela editora Civilização Brasileira, em 1964.

Acontece que os textos desse volume tratam de um único assunto, o golpe militar brasileiro de 1964, indo de encontro à noção mais ou menos estabelecida de que as crônicas aspirantes à durabilidade são as afastadas do fator temporal, ganhando sustentação no suporte livro. *O ato e o fato*, tratando de tema datado, ganhar reedição após quarenta anos, contrariando o padrão de compilações de crônicas, chama a atenção para o estabelecimento do livro como documento histórico. Mas será só o fator historicista que dá a grandeza de *O ato e o fato*?

Este trabalho especula sobre as razões pelas quais o livro pôde ganhar durabilidade – e defende sua inclusão no cânone da crônica brasileira, ainda a ser estabelecido.

No primeiro capítulo, é traçada uma breve cronologia do gênero no Brasil, apresentando as convenções das quais Cony se serviria para criar sua obra; no segundo capítulo, analisam-se as condições que permearam o lançamento de *O ato e o fato*, assim como os desdobramentos de sua publicação: são examinadas a força histórica e literária de *O ato e o fato*, além da transformação permanente que a obra impingiu sobre a produção literário-jornalística de Cony; por fim, no terceiro capítulo, este autor se detém sobre algumas crônicas específicas do livro, sintomáticas da argumentação defendida no capítulo anterior: *O ato e o fato* é um documento histórico, tem força literária e atuou nitidamente como ponto de virada para a carreira de Carlos Heitor Cony.

1 A EVOLUÇÃO DA CRÔNICA COMO GÊNERO NACIONAL

1.1 ORIGENS DO GÊNERO

Se a crônica tem hoje uma imagem popularizada no Brasil, estando acessível e com significado inteligível a grande parte da população – basicamente, como um texto leve, não raro permeado por humor, sempre vinculado às páginas de jornal ou de revista –, isso se deve à mutação do gênero ao longo da História, tendo adquirido particular significado em nosso país.

A crônica antiga tem passado remoto e pode ser considerada antecedente da historiografia moderna – o termo português vem de *khronos*, “tempo” em grego. Originalmente, alinhava feitos, em ordem cronológica, relativos a um povo. Como ilustração, pode-se afirmar que o considerado primeiro grande cronista foi Heródoto, “o pai da História”; na Bíblia, o livro “Crônicas” trata da genealogia dos hebreus; Júlio César, o imperador romano, também escreveu notáveis crônicas de guerra. E assim há vários exemplos análogos na Idade Antiga, sempre mantendo em comum

“o caráter de relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens, a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência as informações coligidas junto a protagonistas ou testemunhas oculares” (MELO, 2002, p.140).

É importante que guardemos essa relação entre a História e a crônica, observada de maneira mais evidente na origem do gênero, mas que continuará alimentando a crônica ao longo dos séculos e é de particular importância a este trabalho.

Depois de um período de obsolescência, a Baixa Idade Média trouxe novo fôlego ao gênero. Com o mercantilismo, a formação dos Estados Nacionais e a expansão ultramarina, a crônica ganhou importância. Em língua portuguesa, o grande nome foi Fernão Lopes (1380; 1460), contratado por D.Duarte para fazer o registro da História Portuguesa desde os antigos reis até a data presente de então.

A qualidade dos relatos de Fernão Lopes lhe garantiu a posteridade: ele não se restringia a registrar os fatos; narrava-os de forma arrebatadora, dando contornos épicos a batalhas e conquistas. A crítica e a historiografia literária o chamam de “o pai da prosa portuguesa”, e sua nomeação como Guarda-Mor da Torre do Tombo, em 1418, marca o início de um período literário em Portugal: o humanismo. Entre suas obras mais importantes está a *Crônica de D. João I* – com Lopes, “a matéria não ficcional, portanto, transforma-se em ficção” (SILVEIRA, 1992, p.27), uma marca que perduraria na crônica brasileira.

1.2 A CARTA DE PERO VAZ CAMINHA

A carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D.Manuel I comunicando o descobrimento do Brasil é considerada por muitos o marco inicial para o desenvolvimento das letras brasileiras. Não faltam apontamentos que garantem ainda ser a carta a fundadora da crônica nacional, como os de Jorge de Sá (1987, p.5). A esse respeito, é usado como argumento “o registro do circunstancial” na carta de Caminha. O português, de fato, adiciona à descrição simples da viagem suas observações e sentimentos, repentinamente interrompendo um conteúdo “sério” para se deixar levar por algo próximo ao devaneio: são relatados detalhes aparentemente sem importância, como as roupas dos marinheiros ou a anatomia graciosa das índias. Jorge de Sá afirma a esse respeito que “a observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude” (SÁ 1987, p.6), vendo aí um parentesco com a crônica moderna.

Se a observação não deixa de ser adequada, é insuficiente para garantir à carta o título de fundadora da crônica brasileira – é sintomático que tenha ficado esquecida num arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, até 1773, sendo publicada oficialmente apenas em 1817. Não cumpriu, portanto, papel significativo para a formação literária do país, tendo na função histórica seu maior valor – foi o primeiro documento registrando a descoberta do Brasil e uma prova a refutar a antiga tese do “achamento” acidental. Inserida em um gênero caro à época na qual

foi escrita, a crônica de viagem, a carta de Caminha ainda guarda grande distância da chamada crônica moderna, desenvolvida no Brasil a partir dos anos 1930.

Os primeiros passos para o estabelecimento da crônica brasileira como um estilo próprio viriam em simbiose com a fundação da imprensa nacional, em meados do século XIX.

1.3 A CRÔNICA NOS FOLHETINS

A imprensa no Brasil se firmou em princípios do século XIX. Os primeiros periódicos datam de 1808, ano da transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro. O estilo dos incipientes jornais brasileiros era francamente calcado na imprensa europeia. Deve-se lembrar que a influência predominante norte-americana – hoje tão presente que pode parecer sempre haver existido –, do jornalismo objetivo e conciso, construído a partir dos chamados *leads* (estrutura jornalística em que o início do texto deve informar da maneira mais clara, exata e simples possível o fato jornalístico noticiado e as circunstâncias em que ele ocorre), só viria em meados do século XX. De modo que não só no jornalismo, excessivamente prolixo e adjetivado para os padrões atuais, como em todo o sistema cultural e educacional, o modelo a ser seguido era a França.

Um exemplo claro dessa influência foi a transformação do *feuilleton*, seção presente nos jornais franceses, em “folhetim” no Brasil.

O folhetim era um espaço nos rodapés de jornal feito para servir de contraponto às notícias graves que dominavam os periódicos. A acolhida à novidade pelos letrados brasileiros foi calorosa, com os textos folhetinescos progressivamente gerando debates e pautando discussões. Logo, a área destinada à seção ganhou em tamanho e prestígio.

Sua abrangência era bastante ampla. Grandes romances do século XIX são junções de capítulos publicados primeiramente em folhetins. *O Guarani*, de José de Alencar, lançado em livro em 1857, talvez tenha sido o primeiro e mais bem-sucedido exemplar do gênero, com suas leituras públicas no Rio de Janeiro. Não são poucos, no entanto, os exemplos de folhetim-romance: entre os mais notórios, podem-se citar *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de

Almeida, *O Ateneu*, de Raul Pompéia, *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Ainda cabiam nos folhetins anedotas, comentários sociais, poemas – e as crônicas.

O bom cronista de folhetins conseguia comentar e registrar fatos diversos da vida cotidiana – políticos, sociais, artísticos, literários. A marca dessas crônicas era “o tom ligeiro e descomprometido, geralmente e propositadamente ‘frívolo’, para conquistar a empatia do leitor” (BENDER; LAURITO, 1993, p.16).

Muitos dos melhores escritores surgidos antes da Semana de 22 também se arriscaram nas crônicas para folhetins, entre eles o já citado José de Alencar, Lima Barreto, Francisco Otaviano e Olavo Bilac.

Sintomaticamente, o primeiro grande direcionador da crônica para ganhar autonomia própria, firmando-se como gênero autônomo e de sabor nacional, foi aquele que é considerado até hoje nosso maior escritor: Machado de Assis. O autor de *Dom Casmurro* pode ser tomado como o mais hábil cronista de uma época em que a crônica deixa de representar apenas “relato histórico” – o significado do termo que, aliás, permanece sendo o único em outras línguas que não o português – para passar a designar um gênero, necessariamente ligado às páginas de jornal,

“[...] ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas” (COUTINHO, 1986, p.121).

Embora tenha ganho notoriedade principalmente por seus romances realistas, Machado foi um escritor completo, que praticou, além das narrativas de maior fôlego, novelas, contos, poemas e também as crônicas. Nesse gênero, aventurou-se desde muito jovem, escrevendo regularmente nos folhetins desde 1859, quando tinha apenas 20 anos, até o final do século XIX.

A crônica, com Machado de Assis, supera sua característica inicial de amenidade para ganhar temáticas mais complexas encadeadas por doses de humor. O gênero propicia a Machado oportunidade para seus primeiros exercícios metalinguísticos: o autor compara o folhetinista a um colibri, “pela rapidez, leveza e qualidade especial de dominar os assuntos sem esgotar sua ‘seiva’” (BRAYNER,

1992, p.409) – e demonstra aqui grande capacidade analítica, cravando uma definição para a crônica brasileira que permanece cabível e relevante.

É interessante notar nas crônicas do jovem Machado o germe da experimentação de recursos linguísticos que adotaria posteriormente: as mudanças súbitas de assunto para depois voltar a um ponto inicial, sem perder o ritmo; os devaneios; os vocativos direcionados ao leitor; a metalinguagem; a ironia e a auto-depreciação cortantes – tudo isso só foi efetivado na sua célebre fase realista, com virtuosismo e formando uma de suas grandes distinções como escritor, depois de um grande laboratório propiciado pelas liberdades estilísticas do gênero crônica.

Outro cronista importante anterior ao modernismo, na virada do século XX, foi Paulo Barreto, mais conhecido pelo pseudônimo de João do Rio. Com o escritor, o gênero ganha definitiva roupagem literária. Assim como seus antecessores, comenta o cotidiano com leveza e humor, mas inova ao construir uma linguagem para os folhetins retirada de seu amplo poder observador: com a mesma familiaridade, desde a alta sociedade até os redutos da malandragem carioca são retratados.

Consagrou-se, então, como “o cronista mundano por excelência” (SÁ, 1987, p.6), não se bastando a interpretar ou a dar toques subjetivos aos fatos: havia também franca criação de personagens e um toque ficcional a seus relatos. Pela primeira vez, com João do Rio, a crônica se aproxima do conto. O maior mérito do escritor no gênero – e seu pioneirismo, antecipando aspectos da crônica moderna – reside em misturar jornalismo informativo, ficção e comentário em um texto fluido.

Pode-se destacar ainda dois aspectos essenciais de sua prosa folhetinesca. Primeiramente, a proposição de um jornalismo mais participativo: João do Rio não se contentava em esperar informes na redação para construir seus textos. O escritor fazia a apuração *in loco* dos fatos que serviriam de matéria-prima a seu trabalho, resultando daí uma descrição vívida.

O segundo aspecto, complementar ao primeiro, é o estudo apaixonado do Rio de Janeiro, que muito apropriadamente lhe deu o pseudônimo com o qual se notabilizou. A figura de João do Rio é indissociável de sua cidade, e sua obra é retrato minucioso dos múltiplos aspectos da vida carioca nas duas primeiras décadas do século XX, período pródigo em mudanças sociais.

A representação do *flâneur*, personagem que perambula a esmo pela cidade, retirando da urbe apreciações bastante subjetivas, coube a João do Rio como nunca havia se adequado a nenhum outro nome da literatura nacional – e essa figura é fundamental para o estabelecimento da crônica brasileira, transformando-se num padrão ao longo do século XX.

Se por um lado João do Rio antecipa modelos, ainda se pode observar em sua escrita um gosto por galicismos e por construções pomposas que hoje soa antiquado e incômodo, de certa maneira. É o que Antonio Candido chama de “a tara do esnobismo” (1992, p.16). Ademais, assim como em Machado, José de Alencar, Olavo Bilac e em outros cronistas anteriores, ainda se notam nessas crônicas resquícios de gêneros outros, como o artigo leve e o comentário. Seria a partir dos anos 1930, já sob a égide do modernismo, que a crônica se consolidaria no Brasil.

1.4 O MODERNISMO BRASILEIRO

Não cabe neste trabalho discorrer sobre toda a influência e importância artísticas do Modernismo brasileiro, que tem seu momento inicial convencionalmente considerado como a Semana de 22 e se estende até uma data indefinida – alguns apontam aos dias de hoje, negando a existência do pós-modernismo. Faz-se necessário demonstrar de modo breve, no entanto, os meios pelos quais o movimento modificou os padrões da crônica nacional.

O modernismo brasileiro surgiu sob forte influência das vanguardas européias, notadamente em movimentos como o cubismo, futurismo, expressionismo, dadaísmo e surrealismo. A assimilação dessas novidades, no entanto, deveria transcender a franca tentativa de cópia que se supunha haver em escolas anteriores, como o romantismo e o parnasianismo: a busca de uma identidade verdadeiramente nacional era um dos temas mais caros ao movimento.

Foi em momento de grande agitação nacional, num ano em que, entre outros fatos marcantes, houve a criação do Partido Comunista Brasileiro e a revolta no Forte de Copacabana, marco inicial do Tenentismo, que aconteceu a famosa Semana de Arte Moderna.

Deliberadamente, pretendia-se chocar a velha burguesia do país – e o intuito foi amplamente conquistado. A caça aos dogmas artísticos, a busca da identidade nacional e o antitradicionalismo passaram por ataques a figuras então intocáveis de nossa cultura, como o músico Carlos Gomes e Olavo Bilac. A reação foi imediata, com direito a vaias, quebradeira e protestos públicos; o choque, contudo, já era previsto e a partir dali começava um processo renovador para a criação brasileira.

Em todas as áreas artísticas, havia em comum a necessidade de romper com o academicismo: na música, pretendia-se a fuga definitiva dos padrões tonais; nas artes plásticas, o repúdio do conceito aristotélico de mimese e a incorporação de temas nacionais – com o exemplo clássico das mulatas de Di Cavalcanti.

Na literatura, muitas e várias inovações: a poesia não deveria mais ser submetida a formas, passando a se praticar o verso livre e branco (sem métrica fixa nem rimário fechado); outras marcas seriam a instantaneidade e a oralidade, como oposição à linguagem empolada dominante nos livros – os temas deveriam ser menores e mais corriqueiros, com a escrita próxima do modo da fala.

A radicalização se fazia necessária num momento de ruptura; porém, várias das ousadias da primeira geração modernista foram consideradas excessivas pelos seus próprios praticantes, menos de uma década depois. Mesmo nomes da frente bélica do Modernismo, que a princípio abominavam qualquer forma de enquadramento, posteriormente praticariam obras mais convencionais – como Manuel Bandeira, que com o tempo amenizou o radicalismo da primeira fase modernista e voltou a produzir em formas antigas como o soneto.

Nota-se então que, além do valor próprio das obras produzidas no período, está a importância da descoberta da possibilidade de se livrar das amarras artísticas.

Na crônica, pode-se perceber efeito similar: embora nomes da primeira geração modernista já praticassem o gênero com habilidade, só na década seguinte haveria sua consagração definitiva. É preciso, no entanto, atribuir ao movimento modernista de 22, com, entre outros atributos, sua busca pelo coloquialismo e pela noção de brasilidade, a possibilidade do estabelecimento da crônica brasileira a partir dos anos 1930.

1.5 A CRÔNICA MODERNA – RUBEM BRAGA

Seria ingênuo e errôneo atribuir a uma só pessoa os méritos da modernização da crônica nacional. Junto com Rubem Braga, afirmaram-se como cronistas na década de 30 do século XX, entre outros, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond: “Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso”, opina Antonio Candido (1992, p.17). Quando necessário, porém, apontar um nome como catalisador das mudanças desse período que estabelece o início da crônica moderna, Braga surge como escolha inevitável, sendo considerado, desde então, “o cronista” (CANDIDO, 1992, p.17). Analisar brevemente sua carreira, portanto, é um caminho representativo – e alegórico – para a compreensão do estabelecimento do gênero no Brasil à época.

Enquanto outros nomes do modernismo (e também os que despontariam depois) praticavam a crônica, mas não deixavam de escrever poemas, contos e romances, Rubem Braga se manteve dedicado quase exclusivamente ao gênero – com a exceção de seu tardio *Livro de Versos*, publicado já na década de 1980. Com Drummond, Bandeira e Mário de Andrade transitando entre a prosa e a poesia, Braga foi o primeiro a dever sua notoriedade ao trabalho como cronista – seria leviano, no entanto, haja vista a qualidade de sua produção, atribuir toda a sua importância ao pioneirismo.

Braga nasceu no Espírito Santo, em Cachoeiro do Itapemirim, no ano de 1913. Formado em Direito, jamais exerceu a profissão, atraído pelo jornalismo. O jovem cronista não se deixava fixar por muito tempo numa cidade, tendo logo em seus primeiros anos como profissional dado início a uma constante migração que passou por São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre – embora, em sua maturidade, tenha se estabelecido na capital fluminense, palco fundamental para a crônica brasileira, tanto com Braga quanto com outros escritores.

A precocidade do autor também impressiona: logo em 1932 começa a escrever regularmente para jornais; em 1936, com apenas 22 anos, tem sua primeira coletânea de crônicas editada, *O Conde e O Passarinho*.

Uma das chaves para o entendimento da inovação de Braga na crônica brasileira pode ser encontrada num texto desse primeiro livro. Em uma crônica intitulada “Ao Respeitável Público”, Braga confessa que

“poderia, se quisesse, neste momento, escrever duzentas crônicas engraçadinhas ou tristes, boas ou imbecis, úteis ou inúteis, interessantes ou cacetes. Assunto não falta, porque me acostumei a aproveitar qualquer assunto” (BRAGA, 1982, p.24).

Usando do coloquialismo pretendido pelos modernistas, a crônica passa na década de 30 do século XX, com Rubem Braga à frente, a uma gradual redução de assuntos e de tamanho. O tom dos folhetins efetivamente desaparece, com os grandes bailes e intrigas políticas dando lugar a pequenos flagrantes do cotidiano, captados com humor e poesia. No momento em que a crônica reduziu suas pretensões e fugiu da linguagem pomposa, passando a tomar ares de conversa fiada, foi quando definitivamente se consagrou no país:

“em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas” (CANDIDO, 1992, p.14).

A crônica também ganha, nesse período, área própria nos jornais, independente dos folhetins, espaço amplo onde se publicavam outros gêneros. Está “no corpo do jornal, não como objeto estranho, mas como matéria inteiramente ligada ao espírito da edição noticiosa” (MELO, 2002, p.149). Publicada na imprensa e sendo, portanto, gênero jornalístico, conquanto possa conter literariedade, a crônica sofre as pressões comuns ao ambiente: o cronista trabalha com tempo limitado, bastando-se a um tamanho de texto fixo ou, no mínimo, restrito. O envelhecimento constante do jornal, sempre renovado a cada vinte e quatro horas, também contribui para a presumida efemeridade da crônica. Mesmo Rubem Braga, especialista no gênero, não parecia crer em algo perene: “Sempre escrevi para ser publicado no dia seguinte” (BARRA).

A ligação necessária com a imprensa, que, como vimos, restringe o gênero, também pode agir positivamente, como demarcadora de estilo: a pressa de

escrever torna o ritmo dos textos ágil, com ares de “conversa aparentemente fiada” e “arranjo tão aparentemente desarranjado” (CANDIDO, 1992, p.17) Com habilidade, capta-se um breve instante e dele se extrai graça e poesia. É o chamado “lirismo reflexivo” (SÁ, 1987, p.11), transformando uma situação banal em um momento de possível ponderação para o leitor sobre as condições humanas. Rubem Braga foi mestre nesse poder observador: com um mínimo de elementos construía um rico painel linguístico. Os resultados são múltiplos, podendo variar, dependendo da crônica, entre o cômico, trágico, lírico, corrosivo – e, não raro, propiciar uma inusitada mistura desses tons.

Fica também estabelecida nesse período (notadamente com Braga, mais uma vez) a importância da amplitude temática da crônica, incluída aí a possibilidade de mudar de assunto num mesmo texto depois de rápidas abordagens. Curiosamente, a vagueza acaba atuando como definidora. A falta de assunto, inclusive, a partir de Braga, passa a ser um tema recorrente para o gênero, com praticamente todos os cronistas posteriores se valendo do recurso. Manuel Bandeira chegou a dizer que “Braga é o estilista cuja melhor performance ocorre sempre por escassez de assunto” (MORAES, 1998, p.181).

Algumas de suas crônicas, porém, são bastante densas, com estrutura de narrativa ou de monólogo interior, podendo caber perfeitamente no gênero “conto” – de fato, duas de suas crônicas, “O Afogado” e “Um Braço de Mulher”, foram selecionadas para a coletânea *Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século*, organizada por Italo Moriconi (outros textos dessa mesma seleção também foram originalmente concebidos como crônica; os de Fernando Sabino, por exemplo).

A partir de Rubem Braga, as formas textuais para a crônica são quase ilimitadas. Estruturas ficcionais similares a contos, diálogos com leitor hipotético, variações de um tema aparentemente simples para desembocar sutilmente em outro mais complexo – tudo faz parte de um repertório virtuosístico, embora sempre despojado. O maduro coloquialismo de Braga se fez presente logo quando o autor despontou, de modo que é difícil distinguir, sem conhecimento prévio de datas, um texto seu da década de 1930 de um escrito em seus derradeiros anos – e Braga teve longa carreira, com sua última crônica publicada dias antes de morrer, em 1990. Permanece como autor fundamental da literatura brasileira, tendo tão somente publicado crônicas, o “gênero menor” (CANDIDO, 1992, p.13).

Com as possibilidades do “gênero menor” alargadas, a crônica nacional pôde viver um período de apogeu nas décadas de 1950 e 1960.

1.6 O APOGEU DA CRÔNICA NO BRASIL

As décadas de 50 e 60 do século XX foram o auge para a crônica nacional. Revistas e jornais da época tinham sempre seu cronista, com algumas publicações contratando uma verdadeira equipe de jornalistas dedicados ao gênero – notadamente a *Manchete* e o *Jornal do Brasil*.

O maior espaço dado ao jornalismo literário vinha ao encontro de uma forte tendência internacional. Em 1956, Truman Capote publica uma entrevista com Marlon Brando precursora do chamado *new journalism*, movimento que estouraria na década seguinte com, além de Capote, nomes como Tom Wolfe, Gay Talese e Norman Mailer. O novo jornalismo americano previa uma maior liberdade literária ao repórter, que poderia incluir suas próprias impressões nas chamadas reportagens de imersão, quebrando o dogma de jamais usar a primeira pessoa.

No Brasil, houve tentativas de emular o estilo americano: a revista *Realidade*, lançada em abril de 1966, sob assumida influência do *new journalism*, notadamente da revista *Life*, talvez seja o exemplo mais bem-acabado do “novo jornalismo” em solo nacional – para essa publicação José Hamilton Ribeiro escreveu seu clássico relato sobre a Guerra do Vietnã, que lhe custou uma perna. A revista durou dez anos, dos quais os últimos sofreram progressiva decadência de tiragem.

Para além das dificuldades de se estabelecer um veículo jornalístico durante a ditadura militar brasileira, é razoável especular que outras publicações calcadas no *new journalism* não ganharam impulso no Brasil porque a carga de jornalismo literário já estava plenamente garantida com as crônicas, de características próprias nacionais.

O auge da crônica no Brasil neste período combina a época mais produtiva dos escritores já experientes – Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Raquel de Queiroz – com o surgimento de novos valores que incrementaram ainda mais o gênero.

Embora Antonio Candido defenda Minas Gerais como o cenário-chave para esse incremento, por ser lugar onde Rubem Braga “viveu alguns anos decisivos da vida” e onde houve o advento de “fórmula bem manipulada” (CANDIDO, 1992, p.17) da qual se beneficiaram cronistas mineiros como Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos, os amigos auto-intitulados “os quatro cavaleiros do apocalipse”, a verdade é que o auge da crônica nacional é indissociável do Rio de Janeiro, sede da maioria absoluta dos veículos que publicavam crônicas – ainda que seus jornalistas não fossem necessariamente cariocas, como os quatro mineiros já citados, que, necessário ressaltar, só ganharam notoriedade no Rio de Janeiro. Ademais, o Rio já era o principal palco da crônica brasileira, o lugar primordial para a captura das miudezas que compõem o gênero, desde meados do século XIX.

Dos “quatro cavaleiros do apocalipse”, embora todos tenham sólidos méritos como cronistas, o mais notório e aquele que talvez tenha trazido mais inovações ao gênero foi Fernando Sabino. O uso constante da narração em terceira pessoa, fugindo da subjetividade explícita, o advento da crônica apenas com diálogos, sem a presença de qualquer narrador, e o uso massivo do humor, com textos que funcionam quase como longas piadas, são alguns dos recursos utilizados por Sabino que alargaram as possibilidades do gênero e influenciam cronistas até hoje.

Sintomático do poder narrativo das crônicas de Sabino é o fato de “O Homem Nu”, um de seus mais famosos textos do gênero, não só ter sido incluído na já mencionada coletânea *Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século*, como também ter ganho adaptação para filme longa-metragem por duas vezes, em 1968 e 1997 – ambas as versões com roteiro do próprio autor.

Sabino nunca esqueceu, porém, das particularidades da crônica. Jorge de Sá (1987, p.23) menciona o uso de “uma falsa terceira pessoa”, porque “quem fala na crônica é sempre o próprio cronista. Com esse distanciamento, Sabino fica mais à vontade para explorar o humor das situações”. Se Sabino usa de seu talento narrativo de romancista para aprimorar suas crônicas, também não deixa de captar os flagrantes do dia-a-dia típicos do gênero.

Não se tem a pretensão, neste trabalho, de citar todos os cronistas de vulto do país na época, por muitos que foram. Alguns merecem, no entanto, destaque nominal, além dos já citados: Nelson Rodrigues – mais popular então

como cronista do que como dramaturgo –, com suas frases axiomáticas e sua reinvenção da crônica esportiva; Sérgio Porto, com seu humor anárquico; Vinicius de Moraes, de lirismo constante; Antônio Maria e sua vida atribulada se refletindo na paixão de seus textos; Clarice Lispector, sempre polêmica e tendo recebido críticas no gênero – e entre os autores dessas críticas estava Rubem Braga, que achava seus textos para jornal inferiores às possibilidades de seu talento –, mas autora de crônicas que vêm ganhando interesse crescente por seu caráter introspectivo.

Com a efervescência no Brasil, a crônica passa a contar com sub-gêneros e temáticas distintas, como a reflexiva, a humorística, a lírica, a política e a esportiva. É nesse contexto que foi publicado *O ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony, em 1964, objeto central de estudo deste trabalho.

Embora não haja estudos estatísticos a respeito, observa-se nitidamente a tendência de, após esse período de *glamour*, a crônica começar a perder espaço. Marcelo Coelho, jornalista e cronista da *Folha de S. Paulo*, discorre a respeito: “Tenho a impressão – sei que não passa disso, mas não é inadequado falar de impressão neste caso – de que a crônica, enquanto gênero literário, perdeu bastante espaço e prestígio nos jornais e nas revistas” (COELHO, 2002, p.155).

As razões para a possível decadência da crônica nos meios impressos, dado o pouco distanciamento histórico, ainda são pouco mais do que especulativas. Coelho, por exemplo, aponta que a tendência moderna de matérias jornalísticas com linguagem mais leve e a abundância de artigos de opinião, somadas ao advento de gráficos e cores na diagramação, faz com que a crônica perca a função de ser o avesso da notícia. Antes, com sua linguagem subjetiva e despojada, havia a função de “relativizar” as verdades absolutas vendidas pelo conteúdo dos impressos. Hoje, no entanto, mais despojado, “o jornal inteiro tende a ser cronista” (COELHO, 2002, p.160), – donde haveria a lógica perda de espaço para o gênero, não mais necessário para um contraponto.

A crescente repressão da ditadura militar durante a década de 1970 também pode ser tomada como um fator dificultoso para os cronistas. No âmbito externo, a censura cerceava qualquer produção criativa: além do caso de Carlos Heitor Cony, que será analisado mais detidamente, pode-se lembrar de Lourenço Diafréia, preso em 1977 após escrever crônica para a *Folha de S. Paulo* colocando um desconhecido sargento, que perdera a vida ao salvar um garoto caído num poço, acima de Duque de Caxias; no âmbito interno, entre a própria imprensa, também

havia entraves: a escrita de amenidades passou a ser malvista num período arbitrário, e o espaço para o jornalismo opinativo estava reservado para uma postura engajada, embora também pudesse incorrer no humor e na leveza textual – o exemplo mais notório é *O Pasquim*. A crônica conforme definida após Rubem Braga perdeu espaço.

Alguns nomes, no entanto, surgidos após a época dourada para o gênero, conseguiram se estabelecer, desafiando a suposta maré baixa. O mais notório é Luis Fernando Veríssimo, grande sucesso editorial. Começou a escrever crônicas em 1969 e teve seu primeiro livro editado em 1973 – desde então foram lançados mais de 50 títulos, marcando uma produtividade impressionante. Veríssimo vendeu, ao longo da carreira, mais de “5 milhões de exemplares [...], dos quais pelo menos 3 milhões desde 2000” (cf. SIMON 2004: 58), contando também com boa acolhida crítica: como exemplo sintomático, pode-se lembrar que na coletânea *As cem melhores crônicas brasileiras*, editada em 2005, com seleção de Joaquim Ferreira dos Santos, há quatro crônicas de Veríssimo: o mesmo número consagrado a Rubem Braga, expoente máximo do gênero. Pode-se citar também Moacyr Scliar e Mário Prata como outros exemplos de cronistas já consagrados que tiveram a primeira publicação no gênero após 1970.

Mesmo tendo seu auge identificável no passado, a crônica brasileira ainda é um gênero indubitavelmente popular e relevante – pode-se até apontar, a partir dos anos 2000, uma suposta renovação do gênero com o advento dos *weblogs* da Internet. Tanto a produção passada quanto a atual são passíveis de estudos, pela História que registram e pela beleza que legam: pelas facetas jornalística e literária, em suma.

1.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CRÔNICA BRASILEIRA

Tornou-se corrente afirmar a crônica como um gênero brasileiro. A afirmação não se dá sem ressalvas, pois o termo remonta à Idade Antiga. Porém, da maneira como a conhecemos, é realmente produto nacional, “pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu” (CANDIDO, 1992, p.15). Carlos Heitor Cony, em entrevista a César Fraga, vai mais longe,

dizendo que “a crônica é um fenômeno tipicamente brasileiro, não existe equivalente lá fora. No exterior, existe o artigo e a resenha” (FRAGA).

Dadas as características próprias da crônica em solo nacional e sua multiplicidade de formas, natural que críticos a tenham tentado dividir em categorias. Temos o exemplo de Antonio Candido, que não chegou a propor uma divisão severa, apenas apontando alguns meios pelos quais o cronista consegue seus efeitos: “há crônicas que são diálogos [...], outras parecem marchar rumo ao conto [...]. Nalguns casos o cronista se aproxima da exposição poética ou certo tipo de biografia lírica”, sendo ainda notada a crônica “constituída segundo a enumeração, como alguns poemas de Vinicius de Moraes” (CANDIDO, 1992, p.21); Afrânio Coutinho (1986, p.133) também esboçou uma divisão em crônica-narrativa, crônica metafísica, crônica poema-em-prosa, crônica-comentário e crônica-informação; Luiz Beltrão(1980, p.27), atentando para “a variedade de temas que caracterizou o jornalismo moderno”, divide as crônicas primeiro quanto à natureza: *crônica geral* é a que aborda assuntos vários em seção fixa do jornal; a *crônica local* versa sobre o cotidiano da cidade; por fim, a *crônica especializada* destaca um tipo de assunto – política, esportes, economia – no qual o autor é especialista. Beltrão ainda divide as crônicas quanto ao tratamento dado ao tema: há a crônica *analítica*, *sentimental* e *satírico-humorística*.

Tais divisões, por mais detalhistas, parecem sempre ainda um tanto vagas e insuficientes; há exemplos vários de cronistas, quando discorrendo ou perguntados sobre o assunto, que parecem querer se distanciar ao máximo dos rótulos, chegando a incorrer no sarcasmo. Fernando Sabino já afirmou, em entrevista, parafraseando afirmação similar de Mário de Andrade sobre o conto, que “a crônica é aquilo que a gente quer que seja crônica”. Carlos Heitor Cony, em entrevista (REVISTA E, nº 84, SESC), vai pelo mesmo caminho, dizendo que

“desde que escreva bem, o cronista pode falar sobre o que quiser, sobre a janela, sobre a namorada dele. O fundamental para a crônica não é a informação nem sua opinião. Elas não importam. O importante é a qualidade do texto. Cada cronista tem que ter um diferencial, um charme”.

A falta de margens e delimitações da crônica é um trunfo que acaba lhe propiciando graça estilística. Tal liberdade deve ser observada inclusive na

antiga discussão sobre a natureza da crônica, se jornalística ou literária. Afrânio Coutinho (1986, p.135) deu a resposta mais notória – e que, pela força imagética, parece definitiva –, sobre a questão, ao perceber a crônica como “gênero anfíbio”, por transitar com fluidez em ambas as áreas, jornal e livro – carregando para um meio elementos do outro.

No que se refere à literatura, sempre se lembra que a crônica sofre as limitações do meio: o espaço fixo e o prazo de entrega funcionam como gaiola para uma possível pretensão artística; ademais, o fato de o jornal ser comprado e descartado a cada dia, repassa à crônica essa “transitoriedade, dirigindo-se inicialmente a leitores apressados” (SÁ, 1987, p.10).

A publicação em livro, no entanto, desafia a suposta brevidade do gênero. O cronista – ou algum editor – geralmente usa a prerrogativa, numa coletânea, de excluir os textos mais vinculados a uma determinada situação, ficando com as crônicas de toque atemporal, legando ao gênero patamar artístico.

A esse respeito, Antonio Candido corrobora a visão positiva de Coutinho sobre a possibilidade da crônica em livro e acrescenta que “quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (CANDIDO, 1992, p.14); Eduardo Portella ainda afirma que

“A constância com que vêm aparecendo, ultimamente, os chamados livros de crônicas, livros de crônicas que transcendem a sua condição puramente jornalística para se constituir em obra de arte literária, veio contribuir, em forma decisiva, para fazer da crônica um gênero literário específico, autônomo” (PORTELLA, 1958, p.111).

Não há, contudo, unanimidade acadêmica quanto ao sucesso artístico da crônica em outro suporte que não o jornal. Massaud Moisés, por exemplo, afirma que a crônica lida em livros

“[...] gera a monotonia, e o possível sobressalto que acompanha a leitura duma boa crônica de jornal se atenua pela expectativa de uma sensação análoga oferecida pela leitura de um texto colocado a seguir. Mais do que o poema, a crônica perde quando lida em série; reclama a degustação autônoma, uma a uma, como se o imprevisto fizesse parte de sua natureza, e o imprevisto colhido na efemeridade do jornal, não na permanência do livro. Eis porque raras crônicas suportam releitura” (MOISÉS, 1982, p.110).

Os números (SIMON, 2004), no entanto, parecem desmentir a visão de Moisés quanto à perseverança da crônica em livro: além de sucessos editoriais ainda produtivos, como Verissimo, nomes do passado como Rubem Braga continuam recebendo reedições de sua obra – *Ai de ti, Copacabana* está na 21ª edição; também é sintomático que embora seja muito mais conhecido como poeta do que como cronista, uma comparação dos títulos de maior sucesso de Carlos Drummond de Andrade em cada gênero não revelam diferenças significativas – se *A Rosa do Povo*, talvez seu mais famoso compêndio de poemas, está na 24ª edição, *Cadeira de Balanço*, com crônicas, passa por uma nada desprezível 19ª tiragem. Ademais, o gênero crônica, distante do jornal, serve constantemente como iniciação à leitura literária: aqui o exemplo mais sólido talvez seja a coleção *Para gostar de ler*, da Editora Ática, na ativa desde 1977 e publicando majoritariamente crônicas de diversos autores brasileiros, um *hit* no ambiente escolar de várias gerações.

Se são vários os exemplos de livros de crônicas editados com sucesso, *O ato e o fato*, de Carlos Heitor Cony, publicado originalmente em 1964 pela editora Civilização Brasileira e reeditado em 2004 pela Objetiva, chama a atenção por conseguir o êxito indo na contramão do modelo de transferência de suporte para a crônica (do jornal ao livro): a seleção para o volume não buscou temas atemporais, evitando textos com tendência à datação – pelo contrário, todas as crônicas de *O ato e o fato* versam sobre assunto concreto e bem delimitado no tempo, o golpe militar brasileiro de 1964; outro recurso costumeiro em coletâneas de crônicas, a edição, aqui foi precariamente usado – entre a primeira crônica constante no livro, “Da salvação da Pátria”, de 2 de abril, até a última da primeira edição, “Réquiem para um Marechal”, de 9 de junho, foi disposta toda a produção de Cony para o *Correio da Manhã* entre as duas datas. Nenhuma das crônicas do autor publicadas originalmente em jornal no período foi excluída.

Por se destacar de um paradigma, *O ato e o fato* merece estudo à parte.

2 O ATO E O FATO – CRÔNICAS POLÍTICAS DE CARLOS HEITOR CONY

2.1 O CONY “ALIENADO”

“Não tenho disciplina bastante para ser de esquerda, não tenho firmeza ideológica para ser de direita e também não aceito a posição comodista e oportunista do centro. Sendo assim, só me resta ser um anarquista humilde, triste e inofensivo.” (CONY, 200^a, p.41)

O aplaudido discurso de posse de Carlos Heitor Cony na Academia Brasileira de Letras, em 2000, especialmente o trecho acima, que cita Eça de Queiroz em suas *Notas contemporâneas*, explicita o desapego do autor a bandeiras, correntes e patrulhas ideológicas – uma postura mantida por Cony ao longo de toda a sua vida literária e jornalística, corroborada em entrevistas que concedeu.

Não raro, sua fuga de comprometimentos políticos lhe rendeu pechas negativas quando suas posições – e publicações – foram entendidas sob viés simplista. Antes da publicação de seu volume de crônicas *O ato e o fato*, editado em 1964, contendo crônicas sobre o golpe militar brasileiro do mesmo ano, o autor, cujo primeiro romance datava de 1958 e cuja carreira jornalística se iniciara em 1947, era frequentemente tachado de alienado:

“Naquele tempo, Cony parecia apolítico. Num país politicamente tumultuado, em que só se falava em greve, agitação e golpe, ele preferia escrever sobre ciclistas búlgaros, a ossada de Dana de Teffé, um estranho órgão do corpo chamado piloro e sobre *O grande e verdadeiro livro de São Cipriano* [...]. Esse não-se-levar-a-sério, em contraste com o feroz escotismo circundante, era chocante e não faltava quem considerasse Cony como ‘alienado’” (CASTRO, 2001, p.16).

O próprio Cony, lembrando dos tempos pré-64, define-se, não sem algum grau de ironia, como “alienado”:

“[...] o tema dos meus artigos e crônicas eram comentários ou reflexões sobre cinema, música, literatura, história, comportamento. Cultivava um entranhado desprezo pelo fato político. [...] era amaldiçoado por ser alienado, dedicando-me a temas literários ultrapassados, sem nunca abordar a luta social, recusando-me ao engajamento com as grandes causas da época” (CONY, 2004b, p.24).

No entanto, embora de fato não costumasse escrever sobre episódios políticos pontuais, com suas crônicas fugindo de qualquer possível aproximação do comentário político e com seus romances estando longe de poder ser tidos como “engajados”, seria simplista definir Cony como “alienado”, em qualquer etapa de sua carreira. Em prefácio à primeira edição de seu *O ato e o fato*, Cony tece comentários significativos:

“Jamais subordinaria minha obra literária às emoções do momento. Isso não significa, porém, que minha obra não tenha um sentido de evidente agressão política. Se é verdade que em nenhum dos meus romances abordei frontalmente o comportamento político, se é verdade que nunca engajei minha obra a uma facção ou contrafacção do pensamento, também é verdade que em todos os meus livros será encontrada [...] uma idéia central em torno da qual aglutino outras idéias. [...] a família, célula da sociedade, é hoje um instituto falido. Precisa de uma reforma substancial e corajosa” (CONY, 1964b).

Quanto do Cony combativo de *O ato e o fato* pode se encontrar em suas produções anteriores? O germe do ativista de 1964 já estava anunciado desde quando? Cabe voltarmos para uma breve biografia do autor.

Cony nasceu em 14 de março de 1926, no Rio de Janeiro, no bairro de Lins de Vasconcelos. Os relatos de sua infância guardam um sabor folclórico, não se sabendo até onde os fatos apresentados são realidade ou projeções de uma mente criativa. Conta, por exemplo, que uma vez foi agredido, a caminho da igreja, por um homem magro, visivelmente tuberculoso, com uma chapinha de cerveja: o ferimento o fez ser considerado um mártir pelo vigário. Depois de algum tempo veio a saber que quem o machucara era um rapaz que fazia uns sambas, estudava medicina e se chamava Noel Rosa. (SANDRONI, 2003, p.50).

De veracidade mais confiável, embora tenha sabor ainda mais alegórico, é a história de seu mutismo absoluto até os cinco anos de idade. Cony afirma que não dizia nada, mas também não tinha nada para dizer. Suas primeiras palavras só foram despertadas quando, estando na praia com seu pai, um hidroavião se aproximou assustando o garoto, que emitiu gritos de espanto (SANDRONI, 2003, p.32). Mesmo depois de começar a falar, Cony ainda apresentava problemas de dicção – só corrigidos depois de uma intervenção cirúrgica no freio da língua, aos 15 anos –, trocando constantemente o “c” pelo “t” e o “g” pelo “d”. Na festa de aniversário de 12 anos de seu irmão mais velho, alguns meninos da vizinhança resolveram caçoar dele, mandando-o repetir a frase “Dona Jandira adora um fogão”, que em sua boca inevitavelmente saía como “Dona Jandira adora um fodão”. Humilhado, no dia seguinte preencheu páginas de caderno com a mesma frase repetida inúmeras vezes, “Dona Jandira adora um fogão”, e mostrou a seus algozes da véspera. Desta vez, ninguém riu de suas palavras. O autor teria nascido daí, ao ver que por meio da escrita, conseguia se fazer compreender e não ser ridículo (SANDRONI, 2003, p.35).

Antes de iniciar a carreira de escritor, porém, haveria outra marcante passagem de sua vida: de 1938 a 1945 (dos 11 aos 19 anos, portanto), Cony foi seminarista, desistindo da vocação quando faltava apenas um ano para a tonsura. Esse período está muito bem-descrito em seu romance *Informação ao crucificado* (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1961), de forte conotação autobiográfica. “Deus acabou” é a última frase do livro, parafraseando o “Deus morreu”, de Nietzsche. Cony (2001^a, p.38) explica suas razões para a frase alterada: “Não poderia afirmar isso [que Deus morreu], em primeiro lugar, porque, para Deus morrer, Ele teria de ter existido”. Assim como entrara no seminário porque “achava bonito ser padre”, saiu de lá ainda admirando os ritos católicos e sendo devoto de santos, mesmo declarando-se “agnóstico praticante” desde então.

Finda a possibilidade da vida eclesiástica, Cony ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro –, mas abandonou o curso apenas um ano depois, porque “Estava aprendendo mal o que já havia aprendido bem no seminário” (CONY, 2001^a, p.49). Arranjou-se então como substituto do pai, cobrindo férias no *Jornal do Brasil*. E foi assim, em 1947, meio por acaso, que iniciou uma carreira jornalística longínqua, hoje com 62 anos ininterruptos. É de se salientar que até o início da década de

1960, quando ingressou no *Correio da Manhã* e passou a assinar crônicas, Cony ocupara majoritariamente funções burocráticas no jornalismo.

Seria a carreira literária que lhe traria primeiramente alguma fama.

2.1.1 O Ventre

Em 1956, escreveu seu primeiro romance, *O ventre*, e o inscreveu no concurso “Manuel Antônio de Almeida”, promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro. A comissão julgadora, formada pelos notáveis Austregésilo de Athayde, Celso Kelly e Manuel Bandeira, declarou que embora o livro fosse o melhor da competição, não poderia premiá-lo por se tratar de obra muito forte e negativista para vencer um concurso oficial.

A página inicial do romance já é ilustrativa desse parecer:

“Positivamente, meu irmão foi acima de tudo um torturado. Sua tortura seria interessante se devidamente explorada – mas jamais me preocupei com problemas de espírito. Belo para mim é bife com batatas fritas ou um par de coxas macias.

Não sou lido tampouco. A única atração que tive por livro limitou-se à ilustração de um tratado de educação sexual que o vigário do Lins fez papai comprar para nosso espiritual proveito. Uma mulher nua, a ser devorada por cobras e chamas, nas profundezas do inferno.[...] Fez sucesso em nossas mãos. Cometeu-se muita masturbação diante dela – a página ficou emporcalhada. Se não cheguei a tanto não foi por culpa da mulher, bem merecia o pecado, culpa das cobras, sempre me inspiraram repugnância.

Só creio naquilo que possa ser atingido pelo meu cuspo. O resto é cristianismo e pobreza de espírito” (CONY, 1971, p.3).

As duas maiores influências desse primeiro Cony são, declaradamente, o existencialismo sartreano e a ironia machadiana. Raquel Illescas Bueno (2001, p.114) chegou a escrever para a edição dos *Cadernos de literatura brasileira* dedicada a Carlos Heitor Cony um estudo comparativo entre *Dom Casmurro* e *O ventre*, enfocando principalmente a questão da ambiguidade da traição, presente em ambas as obras.

Interessa aqui voltar a discutir um pouco a suposta alienação dos escritos do jovem Cony. De quê, exatamente, um romance como *O ventre* pode ser alienado? Se se for considerar a conjuntura política brasileira da época, o romance não faz a ela nenhuma menção direta, é fato; pela emulação existencialista, no entanto, o texto estava afinado com o que estava em voga como postura filosófica da época. Mais: a linguagem urbana, simples e agressiva, beirando o escatológico – o mais distante possível do padrão de Guimarães Rosa, em seu auge criativo à época – trazia alguma coisa de novo para o cenário literário nacional. Mário da Silva Brito (1971), na orelha da quarta edição do romance, afirma que *O ventre* assinalou “[...] uma nova contribuição à novelística nacional, um ângulo de visão inédito da sociedade urbana, em processo de deterioração dos valores que lhe presidiam o estilo de vida”. Ora, embora um texto de vanguarda, no sentido estrito da palavra, possa ser considerado alienado – justamente por estar alienado de um padrão –, na acepção corrente pejorativa para o termo “alienado”, pensa-se em algo conformista, ameno, que busca não incomodar nem se distinguir: exatamente o oposto do que preconizava *O ventre* e toda a produção posterior de Cony.

Assim, pode-se estabelecer que a literatura de Cony anterior ao golpe militar de 1964 só pode ser considerada alienada sob um conceito reducionista de texto que foge ao formato de panfleto político. Afora isso, a produção do autor estava perfeitamente inserida em seu tempo e já era, sob diversos aspectos, combativa. *O ventre*, que quando publicado recebeu slogans beirando o sensacionalismo, como “Um romance que chocará a muitos, mas que impressionará a todos” e “Um libelo contra a mulher” (BUENO, 2001, p.115), continua, mesmo para os padrões atuais, passados mais de 50 anos, como um romance de linguagem e temática fortes; em sua 12ª edição, ainda pode chocar leitores mais suscetíveis com sua linguagem chula e seu ceticismo amargo, resvalando no franco desprezo pela humanidade. Cony relata que amigos ilustres como Ênio Silveira, Jânio de Freitas, Antonio Houaiss e Otávio Frias Filho sempre consideraram seu romance de estréia como o melhor de sua produção (SANDRONI, 2003, p.80).

Depois de perder o prêmio “Manuel Antônio de Almeida”, em 1956, com *O ventre*, Cony, insatisfeito com a justificativa para a derrota, candidatou-se no ano seguinte à próxima edição do concurso com um novo romance, *A verdade de cada dia*, alegadamente escrito em nove dias, para ser terminado no prazo exato do encerramento das inscrições. Desta vez, sob júri de Carlos Drummond de Andrade e

Austregésilo de Athayde, foi o vencedor. E em 1958 ganharia novamente o mesmo prêmio com o romance *Tijolo de segurança*, tendo na comissão premiadora Rachel de Queiroz, Antonio Olinto e Antonio Callado.

Com alguma notoriedade pelas vitórias consecutivas em concursos públicos, das quais se orgulha até hoje,

“[...] eram dois livros inéditos; eu era um autor desconhecido, os livros estavam escritos sob pseudônimo, e jurados do porte de Drummond, Austregésilo de Athayde, Rachel de Queiroz, Antonio Callado e Antonio Olinto acabaram me premiando” (CONY, 2001a, p.53).

o escritor consegue negociar um contrato com a editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, pelo qual teria seus romances já escritos publicados e receberia adiantadamente para escrever outros: algo raro para um escritor brasileiro, seja daquela época ou dos tempos atuais, quanto mais um novato. Ênio parecia estar firme em sua resolução, pois teve de enfrentar percalços para publicar o autor estreante:

“A publicação de *O ventre* pela Civilização Brasileira deveu-se à persistência do editor, o qual rebateu um parecer que sugeria a reescrita de grande parte do texto. Cony revisou alguns detalhes que comprometiam a verossimilhança, mas recusou-se a fazer alterações profundas. Contou, então, com a convicção de Ênio Silveira, que confiava no sucesso do estreante” (BUENO, 2001, p.115).

A insistência de Silveira mostrou resultado: publicado em 1958, embora sob forte polêmica, *O ventre* foi sucesso de público e crítica, apresentando um novo escritor no cenário nacional. Ademais, Silveira e Cony desenvolveriam a partir daí relações profissionais e pessoais longínquas: a Civilização Brasileira publicou toda a produção de romances de Cony até os anos 1970 e os dois foram amigos até a morte do editor, em 1996.

Saíram pela editora, depois de *O ventre*, em ritmo expressivo de quase um romance por ano, *A verdade de cada dia* (1959), *Tijolo de segurança* (1960), *Informação ao crucificado* (1961), *Matéria de memória* (1962), *Antes, o verão* (1964) e *Balé Branco* (1965). Esses títulos formam a primeira fase de Cony como

romancista, na qual fatos políticos não foram mencionados de maneira frontal. É seu período chamado “alienado”, termo que já expusemos como inadequado, mas que funciona aqui para efeito divisório.

A assimilação de temas explicitamente políticos na literatura de Cony se daria primeiramente por meio de sua produção como cronista.

2.1.2 Da Arte de Falar Mal

Em 1960, Cony entra para o tradicional diário carioca *Correio da Manhã*, então em propriedade de Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Cícero Sandroni (2003, p.85) descreve suas motivações para trabalhar no jornal como puramente financeiras: com duas filhas em casa, embora o contrato com a Civilização Brasileira fosse bom, precisava incrementar a renda. Com experiência prévia de redator sem um grande currículo de reportagens, passa a desenvolver no *Correio da Manhã* um sem-número de funções, com mais responsabilidade do que estava acostumado a ter em seu trabalho jornalístico prévio: acumula as tarefas de copidesque, editorialista e correspondente internacional na América do Sul. Na redação do *Correio*, teria a oportunidade de conviver com nomes como Otto Maria Carpeux, Franklin de Oliveira, Newton Rodrigues, José Lino Grünewald, Márcio Moreira Alves, Antonio Callado, Octavio de Faria e Carlos Drummond de Andrade.

Como cronista, estrearia em 1961, dividindo coluna intitulada *Da arte de falar mal* com Octavio de Faria. Fuad Atala (SANDRONI, 2003, p.88), editor do segundo caderno, conta que Cony relutou muito para começar a escrever crônicas, sendo preciso muita insistência para que o fizesse. Quando se decidiu, no entanto, rapidamente “tomou gosto e se tornou uma das estrelas do jornal”. Em tempos de diagramação não tão rígida, o escritor dispunha de uma margem grande de variação de tamanho para seus textos, podendo, quando queria, alongar-se bem mais do que o limite de 32 linhas em suas crônicas atuais para a *Folha de S. Paulo*, por exemplo.

Em 1963, a Civilização Brasileira de Ênio Silveira – a mesma editora de seus romances, no primeiro ano desde sua estréia em que não publicara romance novo – lançou uma coletânea de sua produção de até então como cronista

no *Correio da Manhã*, batizada com o mesmo título de sua coluna, *Da arte de falar mal*.

Neste volume de estreia como cronista, Cony já consegue estabelecer um estilo: adaptou-se bem à tradição do gênero no Brasil, dominando rapidamente a formatação definida por Rubem Braga e sabendo usar da liberdade de tons que a crônica propicia – em alternância, os textos podem ser puxados mais para o narrativo, o satírico, o comentário, o lírico, etc., para mencionar algumas das estruturas que o gênero comporta e entre as quais Cony consegue variar fluentemente; no entanto, para além da competente assimilação das técnicas de um gênero no auge de sua popularidade no Brasil, também imprime em suas crônicas muito de suas particularidades literárias já vistas em sua produção de romances: cabe, em favor do tema desta dissertação, ressaltar seu fervor iconoclasta, seu cinismo incontido e seu profundo pessimismo, características fundamentais em *O ato e o fato* já presentes neste livro anterior – assim como na totalidade de seus romances. Ruy Castro (2001, p.15) descreve o Cony de *Da arte de falar mal* como

“brilhante, engraçado, de um deboche permanente, sem fazer o menor esforço para isso, e sua visão cética, irônica, iria marcar muitos garotos predispostos ao ceticismo e à ironia – como eu”.

Se se pode tomar como verdadeira a observação de Cony sobre seu “entranhado desprezo pelo fato político” de então, pois não há comentários pontuais sobre tais acontecimentos, a política está, de maneira mais sutil, porém incontestada, presente nesta sua primeira produção cronística, pela virulência com que dispara contra estruturas sociais burguesas em vários de seus textos.

Da arte de falar mal é dividido em dois blocos de crônicas: o segundo, “Este cansado corpo”, traz os textos com tendência para o lírico ou narrativo, com alguns chegando a se aproximar do formato de conto. Provavelmente foi essa a parte da produção cronística de Cony que Jorge de Sá (1987, p.82) tomou como referência para escrever que

“[...] o lirismo reflexivo é predominante nas crônicas de Cony [...]. A ficcionalização de pessoas e fatos é sua estratégia mais constante, mudando o foco narrativo da primeira pessoa para a terceira e acrescentando um tom de paródia”

– observações cabíveis para vários dos textos do autor, mas que parecem cair numa generalização indevida.

A primeira parte de *Da arte de falar mal*, intitulada “O antropófago sem afago”, interessa-nos mais neste trabalho, por dar destaque às crônicas mais próximas do comentário, revelando de maneira mais clara a já mencionada tendência iconoclasta do autor, que nos ajudará na análise de seu trabalho posterior, *O ato e o fato*, peça central desta dissertação. A mais sintomática crônica da faceta de Cony que queremos destacar é logo a primeira do livro, “Sou contra” (CONY, 1963, p.3), que aqui reproduzimos integralmente:

“Sou contra as reformas de base e contra a erradicação da malária. Contra o fomento da agricultura e contra a conjuntura nacional. Contra a livre determinação dos povos e contra as injunções de ordem político-social. Contra as reivindicações do proletariado e contra os sagrados postulados da nossa civilização cristã. Contra os imperativos de justiça social e contra as inalienáveis prerrogativas da pessoa humana.

Sou contra os simpósios de agricultura e contra a recuperação da nossa lavoura. Contra as objurgatórias indeclináveis e contra as mais legítimas tradições do povo brasileiro. Contra as ofensivas contra o câncer e contra as campanhas de orientação vocacional. Contra os lídimos representantes das classes produtoras e contra os autênticos interesses de nossa soberania.

Sou contra o impostergável dever de consciência e contra a exata compreensão dos meus deveres de cidadão. Contra os sadios princípios que norteiam as nossas Forças Armadas e contra as pressões de cúpula com que se procura oprimir o proletariado. Contra a voz do dever, contra o fato político, contra o gosto da glória, contra o cheiro da santidade e contra os pagamentos à vista.

Sou contra a ampla pesquisa ao eleitorado e contra o desenvolvimento de nosso parque industrial. Contra o ruidoso sucesso e contra o festejado autor. Contra o lúcido ensaísta e contra o rigoroso crítico teatral. Contra o promissor poeta e contra o fino humorista. Contra o competente historiador e contra o agudo filósofo. Contra o hábil cronista e contra o paciente pesquisador. Sobretudo, contra o vibrante jornalista.

Sou contra a arregimentação das consciências e contra o arbítrio das decisões apressadas. Contra os pontos de estrangulamento da nossa economia e contra as infra-estruturas superadas. Contra a evasão de nossas divisas e contra a inversão de capitais opressores. Contra a livre-tramitação das emendas e contra o esgotamento dos prazos legais. Contra o aumento de nossa dívida externa e contra os males intestinos de nossa política interna. Contra a descentralização administrativa e contra os males da burocracia. Contra a recuperação dos delinqüentes e contra as fontes produtoras de riquezas.

Sou contra a integração do vale amazônico e contra a mecanização da lavoura. Contra a sangria em nossas finanças e contra o imediato socorro às regiões desamparadas. Contra a vacinação em massa e

contra os óbices que entravam o nosso progresso. Contra as decisões de cúpula e contra os alicerces de nossa nacionalidade. Sou contra o mais fino ornamento da sociedade e contra o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Contra o decreto das urnas e contra o quadro de nossas importações. Contra os estudos afro-asiáticos e contra os distúrbios do vago simpático. Contra a subversão das massas e contra o esvaziamento das nossas tradições. Contra a hierarquia de valores e contra a perquirição sociológica. Contra as ideologias insólitas e contra o transplante de idéias alienígenas. Contra a flora intestinal, contra a eclosão de entusiasmo, contra a equipe magiar, contra a preservação de nossas reservas florestais, contra o colóquio de física nuclear, contra o abastardamento de nossas instituições, contra a política cafeeira, contra a etapa de desenvolvimento e, sobretudo, contra as mulheres que fazem os poetas sofrerem, os governantes roubarem, os comerciantes falirem, os filósofos meditem e os pecadores pecarem”.

Numa extensão radical do ditado anedótico do espanhol (“Hay gobierno? Soy contra!”), Cony parece se posicionar contra tudo, numa sucessão de contrariedades que ora parecem impossíveis (“contra a erradicação da malária”), ora francamente contraditórias (“contra as reivindicações do proletariado” e “contra as pressões de cúpula com que se procura oprimir o proletariado”) e que por vezes incorrem simplesmente no *nonsense* (“contra a flora intestinal”), resultando num efeito misto de grande estranhamento e comicidade. Pode-se afirmar que o autor se vale de um processo metonímico, por meio do qual a crítica não é direcionada exatamente aos objetos das contrariedades, mas sim ao patrulhamento ideológico, à ditadura do pensamento único que exerce pressão para o engajamento nas causas escolhidas, criando lugares-comuns que Cony ridiculariza (“a livre determinação dos povos”, “as inalienáveis prerrogativas da pessoa humana”, “alicerces de nossa nacionalidade”). A contrariedade máxima do cronista se volta para a falsa necessidade de rótulos e enquadramentos.

Essa interpretação é reforçada por passagens similares de outras crônicas presentes em *Da arte de falar mal*, nas quais Cony retoma alguns dos objetos vistos em “Sou contra”, contextualizando sua crítica de maneira mais clara.

Em “Sugestões cívicas” (CONY, 1963, p.17), comentando sobre um projeto que prevê alterações no Hino Nacional, o cronista discorda da necessidade de modificações, mas ressalva:

“Se não sou contra o hino, sou contra a bandeira. Contra todas as bandeiras, mais os bandeirinhas que marcam impedimentos inexistentes, as bandeiradas dos táxis, sou contra até o índio que não tem bandeira e ainda contra o tenente Bandeira e o poeta homônimo”.

“Soneto participante” (CONY, 1963, p.66) relata a chegada de uma carta à redação do *Correio da manhã*, escrita por um tal Olímpio Franco Suannes, contendo um soneto intitulado “Contra a segregação racial”, de qualidade sofrível. Cony, no entanto, sarcasticamente o incentiva:

“[...] a história está a favor do sr. Olímpio, pois o seu soneto, apesar de ruim, é participante, ou seja, contém uma comovente mensagem de solidariedade humana e, de lambugem, mete umas bananotas em cima do imperialismo que tanto mal nos causa. Assim, seu soneto é bom e deve ser divulgado. [...] E para apressar sua glória, sugiro ao sr. Olímpio que faça outros sonetos, sobre a reforma agrária, a remessa de lucros, a autodeterminação dos povos e o despertar das nações afro-asiáticas. É possível que assim arranje um editor e uma comissão no estrangeiro, um curso de literatura brasileira em Hong Kong ou Florença. Se o sr. Olímpio insistir mesmo, pode até terminar embaixador”.

“Notícia de Pau Vermelho” (CONY, 1963, p.69) é uma fábula em que a “República de Pau Vermelho” pode ser vista claramente como metáfora do Brasil. Fatos sócio-políticos de então (a vitória na Copa do Mundo de 1962, a situação dúbia do presidente João Goulart) são até comentados, mas por meio de metáforas e observações sarcásticas e descrentes. Sempre se referindo à imaginária nação, Cony lembra que:

“Há inflação em Pau Vermelho. E roubos, e falta de gêneros e perspectivas sombrias para sua economia [...]. Mas o povo ainda não está desesperado. Isso porque o país venceu recentemente um torneio mundial de bola de gude, jogo em que os pau-vermelhenses são malabaristas exímios e invencíveis. [...] E o regime já estaria derrubado se ao menos se soubesse ao certo qual o regime em vigor na progressista república. Uns afirmam que o regime é parlamentarista, e citam, para corroborar, um papel fabricado às pressas e em meio a uma crise anterior. Outros não tomam conhecimento do referido papel e articulam como se o regime fosse presidencialista. Há aqueles que consideram o regime híbrido – e o editorialista de famoso jornal que rotulou o regime com a palavra híbrido ganhou prêmios e foi aumentado em seu ordenado. Mas a

maioria julga que não há regime algum em Pau Vermelho, e assim mesmo conspira contra ele pelo simples hábito de conspirar e de justificar os subsídios a que tem direito. [...] Mas o supremo macete em matéria cultural é aquele através do qual qualquer analfabeto pode ser nomeado técnico em assuntos afro-asiáticos. Entender de afro-asiatismo é o primeiro passo para se obter um lugar de embaixador ou de assessor do Ministro de Minas e Energia”.

“Macambira” (CONY, 1963, p.138) é um elogio ao romance *Vento do amanhecer em Macambira*, de José Conde. Em certa altura da crônica, o autor receia que o livro não seja bem-recebido:

“E há muita besteira circulando naquilo que os esnobes chamam de *intelligentzia*. É possível que venham acusar o livro de alienado, de desvinculado de nossa realidade social. Conde não prega a reforma agrária nem a autodeterminação de Cuba. Sem esses ingredientes de época, um livro hoje em dia não presta. Mas o livro de Conde presta e presta muito. Seu homem é o homem que somos todos. Seus problemas – a solidão, o tempo, o amor – são os problemas que pertencem ao homem antes e depois da reforma agrária. Vale dizer, o homem que Conde busca, o homem para o qual escreve, é o homem eterno que subsiste apesar das lutas, dos credos, dos ódios”.

Por fim, em “Esquerda ou direita” (CONY, 1963, p.24), Cony explicita seu desconforto em se situar politicamente:

“Indagaram-me, por via postal, se afinal sou um homem de esquerda ou da direita. [...] Sou que nem aquele relógio do português que às vezes era ouro e às vezes não era. Uma coisa nunca fui nem serei: do centro. Detesto os centros, tanto os centros espíritas como os cívicos. De uma forma geral, pendo às vezes para a esquerda, mas isso não significa que seja realmente um esquerdista. Considero a esquerda, principalmente a esquerda brasileira, um aglomerado de imbecis que se escoram uns aos outros em defesa de teses – essas sim – certas e necessárias. Quando um camarada não consegue ter um pensamento sequer, um juízo a respeito de si mesmo e do mundo, procura o seio acolhedor das esquerdas”.

À luz dos vários exemplos dados, é forçoso admitir que a recusa do escritor de então a opinar sobre fatos políticos não se dá por desconhecimento ou falta de recursos intelectuais para uma tomada de partido: o termo “alienado” se mostra mais uma vez equívoco, já que a própria negativa pública e manifesta de se

deixar comprometer politicamente constitui um posicionamento político. Cony nunca aceitou a imposição externa de o artista – ou jornalista – ser engajado; quando sentiu necessidade o fez, sem prejuízo de estilo literário ou de coerência interna, em suas crônicas que formariam o volume *O ato e o fato*.

2.2 PRODUÇÃO E LANÇAMENTO DE *O ATO E O FATO*

A situação política brasileira era particularmente tensa no começo de 1964. Cony (2004, p.7), em retrospecto, afirma que “Fora da dicotomia esquerda-direita [...], qualquer outro tipo de assunto era tido como conversa para boi dormir”.

João Goulart assumiria a presidência em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, mas por suas supostas simpatias comunistas foi vetado pelos ministros militares. Só tomaria posse

“depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, porque aceitara uma fórmula pela qual se fabricou um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder” (GASPARI, 2002, p.46).

Dois anos depois, em 24 de janeiro de 1963, após plebiscito, retomou-se o presidencialismo e Goulart se tornou de fato o chefe de Estado.

O apoio público verificado, no entanto, mostrou-se insuficiente para mantê-lo no poder por mais de um ano: a economia estava em franca decadência, rumando a um colapso:

“A inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa anual de 140%, a maior do século. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra a economia registrara uma contração na renda per capita dos brasileiros. [...] Num país onde a tradição dava aos ministros da Fazenda uma média de vinte meses de permanência no cargo, Goulart dera pouco mais de seis meses a seus cinco ministros”. (GASPARI, 2002, p.48).

Buscando se manter no poder, Goulart tenta em outubro de 1963 um golpe (GASPARI, 2002, p.47), pelo qual decretaria estado de sítio e deporaria seu opositor Carlos Lacerda, governador da Guanabara. Fracassado o plano, rumou o governo para a esquerda, buscando angariar apoios por meio da aproximação com sindicatos e com as classes trabalhadoras. Seu plano de “reformas de base” era inadmissível para as forças conservadoras do Congresso e para grande parte do Exército, que ao ouvir falar em reforma agrária, do sistema bancário, do processo eleitoral, etc., viam a confirmação de seu nome como um “agente do comunismo internacional”. Em verdade, João Goulart não tinha ideologias comunistas, com sua postura esquerdista do momento se dando por conveniência, pela observação de que aquela era a melhor maneira para sua perpetuação no governo. “Era um governo em crise, com a bandeira das reformas hasteada no mastro da intimidação” (GASPARI, 2002, p.48).

A tensão recrudesceria em março de 1964, quando foi marcado para o dia 13, na Praça da República do Rio de Janeiro, diante da Central do Brasil, zona de grande concentração popular, um comício para apresentação de suas reformas de base. Carlos Lacerda chegou a decretar feriado estadual naquele dia, para incentivar a massa de trabalhadores a ficar em casa, mas a medida se revelou contraproducente:

“[...] as lideranças sindicais conseguiram reunir uma multidão que os situacionistas calcularam em trezentas mil pessoas e os opositoristas em apenas cinquenta mil, ficando a diferença por conta dos ânimos que soem ser exaltados inclusive quando se trata de simples detalhe numérico” (CONY, 2004b. p.8).

A resposta viria de São Paulo, no dia 19, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, francamente contrária a João Goulart, reunindo aproximadamente 200 mil pessoas. E a situação chegaria ao insustentável quando, no episódio que ficou conhecido como “motim dos marinheiros”, sargentos, cabos e marujos insurrectos foram soltos logo depois de presos, “carregando dois almirantes de esquerda nos ombros” (GASPARI, 2002, p.50). A partir daí, com o Exército dividido, um golpe era inevitável e viria de algum lado:

“Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda” (GASPARI, 2002, p.52).

Cony (2004:, p.11) complementa:

“Diversos dispositivos militares estavam em alerta para desfechar um movimento, alguns contra, outros a favor do governo. Estes, porém, limitavam-se a uma ficção na qual toda a esquerda acreditava”.

O golpe vitorioso, como se sabe, foi dado no dia 1º de abril – a despeito de o governo militar se referir posteriormente à data como 31 de março, a fim de evitar comparações com o dia da mentira –, derrubando João Goulart. A defesa militar que o presidente esperava ter foi praticamente nula; a imprensa, até então dividida, mostrou-se amplamente favorável a sua deposição.

Contrariando a corrente, no entanto, Carlos Heitor Cony publica no dia 2 de abril, em sua coluna *Da arte de falar mal*, crônica intitulada como “Da salvação da Pátria” (CONY, 2004a, p.11), na qual ridiculariza o aparato militar do governo instalado: o escritor descreve seus movimentos do dia anterior, quando, andando pelo Forte de Copacabana para observar o movimento do que era chamado de revolução, vê um general empilhando dois paralelepípedos para “barrar os tanques do governo”; o que serviria como defesa de guerra é então derrubado por Cony apenas com um chute (análises mais detidas das crônicas que compõem o livro *O ato e o fato* serão feitas no próximo capítulo desta dissertação).

Curiosamente, o ataque praticamente solitário viera daquele escritor tido como alienado e que, mais, como editorialista do *Correio da Manhã*, contribuía na redação de dois editoriais de primeira página cujos sintomáticos títulos eram “Basta!” e “Fora!”, ferozmente contrários ao governo de João Goulart, publicados respectivamente nos dias 30 e 31 de março. Em entrevista a Gustavo Previdi (2006) para a Revista Press Brasil, Cony explica a mudança de postura que o levou a escrever “Da salvação da Pátria”:

“Estava em casa , no posto 6, em Copacabana. Fui com o Carlos Drummond de Andrade, que era meu vizinho, até o Forte de Copacabana, assistir às operações. Foi o último reduto que ameaçava uma reação e a Artilharia de Costa dizia que ia resistir, defendendo o governo João Goulart. Mas não houve resistência. Houve um movimento qualquer e isso foi tema da minha primeira crônica, que publiquei no dia 2 de abril, no *Correio da Manhã*, contando este fato. Foi uma crônica debochativa do movimento. Uma crônica zombando, gozando aquele aparato militar. [...] O jornal era abertamente antijanguista. Mas tinha uma tradição liberal, e quando veio o golpe de 1º de abril, eu chamo de 1º de abril, eu tive condições de fazer um texto, não criticando o golpe, mas gozando o golpe. [...] Não era uma crônica contra a revolução. [...] A crônica era uma gozação mas não entrava no mérito da revolução.”

Cony considera esta como sua primeira crônica política; como já vimos, a política já estava presente de diversas maneiras em textos prévios, mas, de fato, “Da salvação da Pátria” merece destaque por ser a primeira a tecer opiniões sobre um fato político pontual, ocorrido num tempo imediatamente anterior ao momento da escrita do texto. Ademais, é a crônica que dá início a série de ofensivas ao regime militar, que o notabilizaria e comporia o volume *O ato e o fato*. Depois de escrever a crônica, estarecido pelo que parecia uma mudança súbita na opinião da imprensa nacional, Cony não pretendia voltar ao tema, sentindo-se inclusive intimidado por outros colegas de redação, que pareciam esperar sua demissão depois de escrever uma crônica tão frontalmente contrária à linha editorial do *Correio da manhã*.

“É possível que tenha escrito editoriais ou tópicos sobre aquela crise, mas sem assinatura, na tarefa corriqueira do corpo editorial, onde havia naturais revezamentos. E sinceramente acreditava que aquela crônica seria a última, pois não queria dar o braço a torcer, atolando-me numa temática que desprezava.

[...] Alguns companheiros, veladamente, mostravam-se preocupados com meu emprego, uma vez que o jornal, em linhas gerais, havia saudado o golpe com discrição. O único texto que continha uma crítica ao movimento da véspera, uma crítica circunstancial, periférica, tinha sido a minha.

[...] No final do dia, outros colegas se aproximaram, receosos, perguntando se eu havia recebido alguma advertência da direção ou qualquer bronca anônima ou não. Estranhei a preocupação deles e somente em casa, ao ler os jornais daquele dia, percebi que todos haviam saudado o golpe, uns com entusiasmo, outros com moderação. Por vinte e quatro horas, acredito, minha crônica ficou sendo o patinho feio da imprensa. Bem mais tarde, já digerido o impacto daqueles tempos, lembrei-me de uma piada do Juquinha [...].

Na escola que Juquinha frequentava, a professora obrigava os alunos a se levantarem quando ela chegava, e a dizer em coro: ‘Bom dia, professora!’. Juquinha estava resfriado, não foi à aula e a professora decidiu mudar a regra do jogo: que ninguém se levantasse quando ela chegasse, nem desse o “Bom dia, professora!”. Acontece que não avisaram o Juquinha, e quando, no dia seguinte, a professora chegou para a aula, ele se levantou e disse em voz mais ou menos alta o que sempre costumava dizer: ‘Chegou a puta da professora!’.

Foi mais ou menos assim que me senti. [...] Com exceção dos órgãos mais conservadores (Estado de S. Paulo e O Globo), o restante da mídia defendia com histeria as reformas anunciadas pelo governo [...]. Os principais colonistas, os formadores de opinião, professores das principais universidades, intelectuais de todos os calibres, enfim, a *intelligentsia* estava toda à esquerda [...].

Pois me senti o Juquinha da anedota. [...] E a preocupação dos colegas de redação aumentava o grau do risco que começava a correr. Como não tinha intenção de continuar naquela linha, dei-me por satisfeito com aquela crônica” (CONY, 2004b, p.25-29).

Cony verifica uma tendência atual das gerações mais novas de considerar, em retrospecto, que o regime militar sempre sofreu grande oposição popular e principalmente intelectual, tomando por base as diversas criações artísticas de caráter anti-ditatorial que se tornaram conhecidas. Em crônica recente para a *Folha de S. Paulo*, o escritor volta a destacar que, no primeiro momento do golpe, estava praticamente sozinho em suas críticas:

“A sociedade dita civil apoiou com entusiasmo o golpe, houve euforia nas ruas, nas igrejas e na totalidade da mídia. No dia seguinte à tomada de poder pelos militares, publiquei uma crônica no finado ‘Correio da Manhã’ em que gozava o aparato bélico que ocupou o último reduto da legalidade [...]. Quando cheguei à redação naquele dia, todos esperavam a minha demissão. [...] Em seu início, o movimento teve o apoio entusiasta da mídia e da sociedade”. (CONY, 2009)

A ideia de uma crônica política solitária foi deixada de lado quando um grupo de auto-denominados “democratas” republicou em diversos jornais do Rio de Janeiro a transcrição de um “Manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais”, divulgado em outubro do ano anterior, apenas para qualificar os signatários do documento como pessoas que trabalharam “ativamente para a implantação do governo comunista do Sr. João Goulart” e sugerindo ao “alto comando militar” que prendesse os responsáveis pelo manifesto.

Cony havia sido um dos signatários e em depoimento recente descreve a ingenuidade com que cedeu sua assinatura:

“Tomava café na rua Senador Dantas com o romancista Campos de Carvalho quando vimos Jorge Amado e Eneida de Moraes na calçada. Eles iam a uma reunião no Teatro Serrador, pararam, esperaram que terminássemos o café. Jorge tirou de uma sacola o texto do manifesto e fez com que assinássemos. Fosse uma promissória, eu assinaria, por amor ao Jorge e respeito a Eneida. Na realidade, nem sequer passei os olhos pelo texto” (CONY, 2004b, p.38).

Vendo-se envolvido no imbróglio e pressentindo um sentimento de caça às bruxas – próximo à patrulha ideológica que sempre criticara em sua produção literário-jornalística prévia –, o escritor escreve sua segunda crônica abordando o golpe de 1964, “O Sangue e a palhaçada” (CONY, 2004^a, p.20), na qual declara sua independência intelectual e antevê a perseguição que o regime militar trataria de impor:

“O manifesto [do Comando dos Trabalhadores Intelectuais] é longo, e nem todos os seus considerandos merecem minha aprovação pessoal. [...] Mas o sentido básico do movimento, a luta por uma coisa melhor, esta ficou bem explícita no manifesto e não vejo razões para alterar minha opinião. Pelo contrário. Tenho, mais do que nunca agora, a certeza de que a solidariedade brasileira precisa realmente de novas e melhores estruturas. Essa aí que está não presta mesmo. [...]

Quanto às minhas crônicas, os que me lêem por tédio ou inadvertência devem ser lembrados do que sempre pensei do Sr. João Goulart e do seu governo. [...]

Não preciso da generosidade, da complacência ou da omissão de quem quer que seja. Não pedirei licença na praça da República ou na rua da Relação [endereços de então do Ministério da Guerra e do Dops, no Rio de Janeiro] para pensar. [...] Mais: acredito que cada qual deve ficar com a cabeça em seu lugar. Não é hora para degolas nem recuos. Quanto mais não seja, devemos evitar o sangue e a palhaçada”.

Na crônica imediatamente posterior, “O medo e a responsabilidade”, expõe pela primeira vez, ainda de maneira cautelosa, a visão – que depois se tornaria corrente nos livros de História – de que a dita revolução não passava de um golpe, uma quartelada sem propósitos outros do que elevar um grupo ao poder, sem

planos políticos ou sociais: “Até agora os militares falam apenas em limpar o terreno. A expressão é tipicamente de quartel. Mas o Brasil não é um quartel. É um povo com crianças que passam fome” (CONY, 2004a, p.24).

No dia 10 de abril, o governo edita o primeiro Ato Institucional, que suprimia as liberdades públicas e instalava a ditadura – ainda que alegadamente em caráter provisório. A partir daí, Cony transforma sua coluna num espaço de ataques sistemáticos ao regime militar.

Necessário lembrar que sua ira partia de uma posição pessoal, fortemente contrária a alinhamentos intelectuais. Cony se sentia ofendido como livre-pensante, não como simpatizante do governo deposto, o que, aliás, dava mais credibilidade a suas opiniões e define, à visão de hoje, as crônicas reunidas em *O ato e o fato* como “políticas” no sentido mais amplo do termo, como críticas a um sistema regente opressor. Os textos de Cony, mais do que afrontar os planos político-econômicos do regime instaurado, contestavam a supressão da liberdade, a tentativa de nivelamento comportamental e de opinião, a hipocrisia e a pompa sem conteúdo – temas já caros à sua prosa anterior, fazendo com que a transição de assunto se dê sem quebra abrupta de estilo.

Cony lembra suas motivações para transformar sua coluna no *Correio da Manhã* em espaço de denúncia das arbitrariedades militares:

“A partir daquele momento, não tive nenhuma dúvida sobre o que me competia fazer. Muitos dos meus amigos estavam presos, asilados nas embaixadas ou caíram na clandestinidade, deixando seus lares, mulheres e filhos na pior.” (CONY, 2004b, p.43)

A crônica “O ato e o fato” (CONY, 2004^a, p.26), publicada em 11 de abril, mostra uma elevação no grau de agressividade do cronista, que usa termos como “repugnância”, “tirania”, “monstrego”, “prepotência”, “arbítrio” e “imbecilidade” para se referir ao Ato Institucional. Ademais, ganha apoio de seu jornal, que publica editorial condenando o AI-1, somando-se a seu cronista que até então estava sozinho nas críticas ao regime militar. Com o passar dos dias, o *Correio da Manhã* se transformaria num reduto contrário à ditadura:

“[...] o Correio se destacava como único órgão da imprensa brasileira que criticava o novo regime, tomando a defesa dos perseguidos, denunciando torturas e arbitrariedades. Otto Maria Carpeaux, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, Newton Rodrigues e Edmundo Moniz escreviam diariamente contra o golpe que chamávamos de ‘1º de abril’, contrariando o resto da imprensa, que para fugir da data dedicada aos tolos, insistiam em acatar os boletins militares que davam a quartelada datada do dia anterior, 31 de março”. (CONY, 2004b, p.52)

Marcando uma gradual e constante elevação de tom, a crônica do dia 14, “Revolução dos caranguejos” (CONY, 2004^a, p.28) usa a metáfora simples dos animais que andam para trás para depois investir com termos beirando o chulo contra o senso de patriotismo dos militares:

“[...] Um patriotismo adjetivado, sem substantivos, que se masturba com os gloriosos feitos históricos, feitos cada vez mais discutíveis. Um patriotismo estéril, que não leva a nada, que não constrói nada [...].

Até agora, essa chamada Revolução não disse a que veio. As necessidades do país, que levaram o governo inábil do Sr. João Goulart a atrelar-se à linha chinesa do comunismo internacional, não receberam uma só palavra do Alto Comando. Falam em hierarquia, em disciplina e consideram a Pátria salva porque os generais continuarão a receber continência e medalhas de tempo de serviço – à falta de condecorações mais bravas. [...]

Sem medo, e com coerência, continuo afirmando: isso não é uma revolução. É uma quartelada continuada, sem nenhum pudor, sem sequer os disfarces legalistas que outrora mascaravam os pronunciamentos militares. É o tacão. É a espada. A força bruta. O coice.”

Se até então os militares haviam ignorado ou fingido ignorar suas crônicas, esse texto deu margem ao início de uma série de perseguições que o escritor sofreria, culminando em seis prisões no regime ditatorial – número ao qual se refere com certo orgulho:

“Eu lavei as mãos porque fiz minha obrigação. Quando veio o Golpe, critiquei, fui preso seis vezes. Não mudei o mundo, nem o Brasil, nem a mim mesmo. Mas adquiri coragem” (COLOMBO; COSTA, 2006).

Cony relembra a repercussão de sua crônica:

“No dia 14, escrevi a crônica ‘Revolução dos caranguejos’, que foi republicada em diversos jornais do exterior e provocou uma onda de telefonemas ameaçadores para minha família. Por volta das vinte e duas horas, era iminente uma invasão da minha casa no Posto Seis. Na redação, corriam boatos de que eu já fora assassinado. Foi então que a diretoria do *Correio da manhã* [...], foi à minha casa. Levaram minha mulher e minhas duas filhas para a casa do Sylvan Paezzo [...].

As esquinas das ruas Raul Pompéia com Júlio de Castilho e Rainha Elisabeth estavam bloqueadas com viaturas militares, que deixaram minha família passar. Em companhia de diretores e colegas do Correio, fiquei em casa, esperando a anunciada ‘expedição punitiva’. Pela madrugada, a rua foi desbloqueada e por sugestão do Edmundo Moniz, fui para a redação do jornal, alugando um quarto no Hotel Marialva, onde passei uns dias, com colegas que se revezavam dia e noite na portaria. Curiosamente, o hotel ficava na esquina da avenida Gomes Freire com a rua da Relação, e da janela do quarto eu via ao mesmo tempo a portaria do Correio e a porta principal do Departamento Federal de Segurança Pública, onde funcionava o DOPS, do qual eu me tornaria freguês dali em diante. [..]

Iniciei então uma rotina que duraria dias, semanas, meses, até quase o final daquele ano. Pela proximidade do hotel com o jornal, ficava informado das novidades”. (CONY, 2004b, p.47-51)

Apesar do grau das intimidações, o Correio defenderia seu cronista em editorial do dia seguinte, intitulado “Ameaças e opinião” (CONY, 2004^a, p.31), no qual lamentava o assédio a Cony pelo grupo que se identificava como “de Oficiais do Exército” e defendia a liberdade de seu jornalista, que jamais havia se identificado com o governo anterior, só podendo ser culpado então por delito de opinião, que “não pode ser cerceada nem ameaçada”.

A ação repressora não foi suficiente para intimidar Cony: por cerca de dois meses, sua coluna seria espaço, em todas as aparições, para um ataque certo ao regime militar, numa hostilidade proporcional à truculência com que os generais governavam o país.

Como alvos específicos preferenciais figuravam a substituição de um plano de governo pela simples caçada aos comunistas (ou aquilo que poderia ser vagamente enquadrado como simpatizante comunista, sob critérios arbitrários), a violência do Exército de um modo geral, incluindo a denúncia de torturas – de maneira pioneira em “*Res Sacra Reus*”, crônica ainda de abril, dia 28 (CONY, 2004a, p.52) e depois mais notadamente em “Os anônimos” (CONY, 2004a, p.91) e em “Um

apelo” (CONY, 2004^a, p.105) –, e o fomento de uma cultura do medo, onde se incentivavam delações de supostos inimigos do regime.

Muitos de seus fechos de crônica soavam como franco incentivo à insurreição, num estilo próximo a uma oratória discursiva, por vezes antecipando o tom messiânico comum nas canções de protesto contra o regime, muito em voga alguns anos depois na chamada MPB.

De fato, observando estes períodos – “Não há medo. Há um futuro. E é nele que creio” (CONY, 2004^a, p.25); “Quem não roubou – quem não pecou, em suma – atire a sua primeira pedra. Eu atiro a minha”. (CONY, 2004a, p.71); “E quando um povo começa a chorar é sinal que desse pranto nascerão gigantes que tornarão insignificantes o minuto e os pigmeus que nos oprimem e mutilam” (CONY, 2004a, p.104);

“[...] a prepotência de hoje, o arbítrio de hoje, a imbecilidade de hoje, estão preparando, desde já, um dia melhor, sem ódio, sem medo. E esse dia ainda que custe a chegar, que chegue para nossos filhos ou netos, terá justificado e sublimado o nosso protesto e a nossa ira”. (CONY, 2004a, p.27);

“Que os caranguejos continuem andando para trás. Nós andaremos para a frente, apesar dos descaminhos e das ameaças. Pois é na frente que encontraremos a nossa missão, o nosso destino. É na frente que está a nossa glória.” (CONY, 2004a, p.30),

– podem-se ver aí parentes mais antigos e mais prolixos de “Quem sabe faz a hora não espera acontecer” (da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, 1968, de Geraldo Vandré) ou “A mão que toca o violão se for preciso faz a guerra” (de “Viola enluarada”, 1967, letra de Paulo Sérgio Valle sobre música de Marcos Valle). Antes da ditadura demonstrar de maneira mais explícita a supressão de liberdade a que iria submeter os brasileiros, Cony já antecipava um comprometimento intelectual com a denúncia das atrocidades. Uma de suas crônicas do período, “A hora dos intelectuais” (CONY, 2004a, p.89), era justamente uma conclamação à intelectualidade brasileira para não se calar ante os descabros do regime de 64: “Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora

– talvez muito em breve não tenham mais o que defender”. Enquanto isso, segundo Ruy Castro (2001, p.16),

“muitos dos que, antes, o acusavam de ‘alienado’ estavam se escondendo em armários, incinerando livros ‘suspeitos’ [...] e retirando seus nomes de manifestos publicados em tempos mais festivos. A direita passou a ver nele um homem de esquerda. Mas só quem conhecia Cony sabia que sua revolta não tinha nada de política ou ideológica – era apenas humana”.

A respeito desse último trecho da crônica de Cony, “talvez muito em breve não tenham mais o que defender”, pode-se tomá-lo como um dos vários exemplos de afirmações que hoje soam como proféticas entre os textos que compõem *O ato e o fato*. Se a passagem antecipa a supressão radical das liberdades imposta depois do AI-5, em dezembro de 1968, também pode-se ler uma crônica como “Anistia” (CONY, 2004a, p.36), que prega o perdão aos perseguidos e presos políticos, 15 anos antes de a medida ser realmente posta em prática, dentro do processo de abertura “lenta, gradual e segura” do General Geisel. Ainda mais significativa é a provocação presente em “A afronta e o latrocínio” (CONY, 2004a, p.36), talvez a crônica mais ousada de todo o volume, dedicada a comentar uma entrevista televisiva do General Costa e Silva, então ministro da Guerra, na qual Cony é mencionado como exemplo de que a democracia ainda funcionava, pois apesar de “destilar peçonha” sobre a cabeça do General, ele estava em liberdade, enquanto, nas palavras de Costa e Silva, “eu sou o ministro da Guerra e ele é um simples cronista”. Cony responde, entre outras ofensas diretas, dizendo que

“Minha liberdade independe do favor do honrado ministro. Sou livre e serei livre sem depender de ninguém, muito menos de um homem que é capaz de confundir latrocínio com laticínio. [...] Quanto ao valor que o general dá a seu próprio cargo, saiba: dou muito mais valor à minha própria pessoa. Eu tenho uma obra, Sr. ministro, que por algum tempo será discutida, lembrada, amada ou odiada. Mas tenho. E o que é que o Sr. tem, além da farda que as traças roem?”

A figura preferencial para os ataques de Cony é mesmo o General Costa e Silva, visto ao longo do volume de crônicas como o homem forte do governo, enquanto o presidente Castelo Branco é exposto entre os que “Não

mandam. São mandados” (CONY, 2004a, p.66). Novamente, impressiona a capacidade de Cony para perceber, no próprio tempo de acontecimento do fato, sem perspectiva histórica, a existência das chamadas “eminências pardas” no regime ditatorial, assunto que só cairia em domínio público muito tempo depois, estudado em detalhes na série de cinco livros *As ilusões armadas*, de Elio Gaspari (COMPANHIA DAS LETRAS, 2002).

Se para o presidente há desprezo, para o ministro da Guerra sobram insultos como “gorila” (CONY, 2004a, p.60), “agramatical” (CONY, 2004a, p.96) e “cérebro de cômico de chanchada nacional” (CONY 2004a: 112). Mais: em “Cipós para todos” (CONY, 2004a, p.60), identifica-o antecipadamente como responsável por qualquer violência que o venha a vitimar:

“Sou um homem desarmado, não tenho guarda-costas nem medo. Tenho, isso sim, uma obra literária que, bem ou mal, já me dá uma razoável sobrevivência. Esse o meu patrimônio, essa a minha arma. Qualquer violência que praticarem contra mim terá um responsável certo: general Costa e Silva, Ministério da Guerra, Rio – e, infelizmente – Brasil”.

Para além do alto escalão do regime, no entanto, Cony também não amaciava as palavras: João Goulart é descrito como “homem completamente despreparado para qualquer cargo público, fraco, pusilânime, e, sobretudo, raiando os extensos limites do analfabetismo”. (CONY, 2004a, p.23); Carlos Lacerda “Teve um estalo e ficou burro” (CONY, 2004a, p.113); sobre Juscelino Kubitschek, afirma, “Sou pela manutenção dos direitos políticos do Sr. Juscelino, para ter o prazer de não votar nele”. (CONY, 2004a, p.109). Para se engajar numa campanha pessoal contra o regime, Cony não se aliou a nenhum partido ou facção política: apenas direcionou sua já notada iconoclastia, antes voltada, de maneira vaga, a instituições e “bandeiras”, para temas e personagens imediatamente presentes no cenário político brasileiro.

Sua revolta contra o regime militar o transformou, à época, numa espécie de porta-voz daqueles que, exasperados com as arbitrariedades da ditadura, não conseguiam espaço para se manifestar. Luis Fernando Verissimo, em introdução à reedição mais recente de *O ato e o fato*, lembra da importância das crônicas de Cony no período:

“Eu costumava ler o Cony regularmente no *Correio*. Me agradavam seu modo de escrever e seu humor, mas nunca prestara maior atenção nele ou lera um dos seus livros. E de repente, depois do 1º de abril, ali estava aquele cara dizendo tudo o que a gente pensava sobre o golpe, sobre a prepotência militar e a pusilanidade civil, com uma coragem tranquila e uma aguda racionalidade que tornavam o óbvio demolidor – e sem perder o estilo e a graça. Em pouco tempo aquele ato, ler o Cony, se tornou um exercício vital de oxigenação para muita gente, e a sua coluna uma espécie de cidadela intelectual em que também resistíamos – mesmo que a resistência consistisse apenas em dizer ‘É isso mesmo’, ou ‘Dá-lhe, Cony’, a cada duas frases lidas. ‘Leu o Cony hoje?’ passou a ser a senha de uma conspiração tácita de inconformados passivos, cujo lema silencioso era ‘Pelo menos eles não estão conseguindo engambelar todo o mundo’.

Cony não foi o único a se manifestar, quando a manifestação ainda era permitida. Mas, como não era um homem de esquerda nem mostrara muita simpatia pelo governo deposto, podia esquecer ideologias derrotadas e reformas interrompidas e se concentrar na ignomínia básica, a de um poder armado se instalando violentamente em nossas vidas para nos salvar dos seus próprios demônios”. (VERISSIMO, 2004, p.8)

Ruy Castro (2001, p.16) também lembra a impressão que o jornalista Cony causava em 1964:

“O que não se esperava era que ele transformasse ‘Da arte de falar mal’ numa tremenda trincheira contra o novo regime. Nela, Cony começou a abrigar denúncias de prisões e torturas, a protestar contra as cassações de políticos (por muitos dos quais nunca tivera a menor simpatia) e a defender jornalistas e intelectuais perseguidos. [...]

Eu, estudante, lia assombrado aquilo tudo, ainda mais porque, durante os primeiros meses, Cony era uma voz isolada nos jornais – o próprio *Correio da manhã*, que depois se tornaria adversário (e vítima) do regime, ainda era moderado no noticiário e nos editoriais.”

Sentindo a importância da produção de Cony, seu editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, decide transformar as crônicas contra o regime em um livro temático. Com velocidade recorde, reúne as crônicas escritas entre 2 de abril e 9 de junho de 1964, e já em julho lança o livro para o qual ele mesmo escolheu o título, *O ato e o fato*, retirado de um dos textos. O volume foi um sucesso imediato, e Cony, “além de ter batido o recorde de frequência para uma noite de autógrafos, assinando 1600 exemplares, viu a primeira edição esgotar-se em poucas semanas” (GASPARI, 2002; p.143). O lançamento, segundo o escritor,

“provocou a cólera dos militares, que já estavam coléricos. Foi então que o ministro da Guerra me processou, pois eu continuava escrevendo novas crônicas no jornal” (CONY, 2004b, p.65).

Antes de julgado o processo, no entanto – no qual, em 1965, seria condenado a apenas três meses de prisão, graças à habilidade de seu advogado Nelson Hungria, ex-presidente do STF, que conseguiu fazer com que o caso corresse pela Lei de Imprensa em vez da Lei de Segurança Nacional, pela qual Cony estaria sujeito à prisão perpétua (CONY, 2004b, p.58) –, Cony já estava afastado do *Correio da manhã*.

Depois do lançamento de *O ato e o fato*, Cony voltou a variar os assuntos de suas crônicas, dando espaço a temas mais amenos, mas voltando à carga contra os militares quando achava justo e conveniente. A última dessas investidas se deu em janeiro de 1965, quando Cony escreveu “Ato Institucional II” (CONY, 2004b, p.174), profético texto no qual adivinhava a concretização de um AI-2, que só viria de fato em outubro daquele ano, e fazia uma paródia do que imaginava ser seu conteúdo. Como artigo primeiro, escreveu “A partir da publicação deste Ato, os Estados Unidos do Brasil passam a denominar-se Brasil dos Estados Unidos”. Os outros artigos iam na mesma linha de debochado repúdio pelo que via como submissão brasileira aos norte-americanos.

Sentindo que depois dessa crônica a tensão entre a redação e os proprietários do *Correio* chegaria a um ponto insustentável, Cony entrega seu pedido de demissão a Antonio Callado, então chefe da redação do jornal. Este, num gesto que o escritor vê como “único na história da imprensa brasileira, só concordou em apresentar meu pedido à diretoria junto com o seu próprio pedido de demissão” (CONY, 2004a, p.52).

As crônicas anti-ditatoriais escritas no *Correio da Manhã*, no espaço de tempo entre a última publicada na primeira edição de *O ato e o fato* e sua demissão do jornal, foram inseridas em *Posto Seis*, terceira coletânea de crônicas de Cony, lançada, sempre pela Civilização Brasileira, em 1965. Esse livro, sem a mesma unidade de *O ato e o fato*, reunia às chamadas “crônicas políticas” textos de assuntos vários, escritos por Cony para diversos veículos entre 1963 e 1965. Na reedição de 2004 de *O ato e o fato*, por se adaptarem perfeitamente ao contexto do

livro, algumas das crônicas de *Posto Seis* – justamente as “políticas” – foram acrescentadas.

Depois de sua demissão do *Correio da manhã*, Cony só voltaria ao jornalismo diário, substituindo Otto Lara Resende como cronista na *Folha de S. Paulo*, em 1993. *O ato e o fato*, sua produção cronística mais notória, sobreviveu, no entanto, a diversos governos e governantes, ganhando reedições em 1979, novamente pela Civilização Brasileira, e em 2004, quando dos quarenta anos do golpe militar, pela Objetiva. As razões para a permanência de seu interesse, conquanto seja um livro vinculado fortemente à época de sua escrita, passam principalmente pelo seu papel transformador sobre a carreira de Cony, sua força literária e seu caráter de documento histórico.

2.3 O ATO E O FATO COMO TRANSFORMADOR DA CARREIRA DE CONY

Márcio Moreira Alves, jornalista colega de Cony no *Correio da Manhã* em 1964 e, posteriormente, deputado federal que, com um discurso anti-regime, motivaria o AI-5, não poderia ser mais claro em relação à importância da publicação de *O ato e o fato* para a carreira do escritor:

“A rebeldia precoce, que pode ser constatada na coletânea de crônicas que publicou com o título de *O ato e o fato*, deu a Cony uma aura de herói político e um prestígio que, somente pela literatura, ainda não alcançara” (ALVES, 2001, p.22).

Com efeito, além de prestigiar como nunca antes sua carreira, a repercussão de suas crônicas políticas, aliada aos desdobramentos de sua publicação, seria tal a ponto de o nome de Cony, para explicações nos dias de hoje, parecer indissociável do aposto “perseguido pelo regime militar”. Desde suas seis prisões, constantemente citadas pelo próprio escritor, até a indenização que recebeu do governo brasileiro, em 2004, como reparação pela perseguição da ditadura – pela qual foi muito criticado na imprensa –, os acontecimentos detonados pelo golpe de 1964 marcariam indelevelmente a vida de Cony.

Quanto à produção textual, é curioso notar que embora *O ato e o fato* – tomamos aqui o título de seu livro como representante simbólico para toda a sua produção de crônicas, no ano de 1964 e começo de 1965, gritantemente contrárias ao regime militar – tenha acrescentado um tema novo às suas crônicas (e posteriormente a seus romances), ao qual anteriormente resistia, o estilo de seu texto não foi substancialmente alterado: permaneceram, e estas são características já muito citadas neste trabalho, seu cinismo, sua iconoclastia, sua ironia mordaz, seu pessimismo exacerbado, etc. Em síntese, se Cony conseguia, no pré-64, inserir uma postura política em sua produção literária, mesmo não abordando explicitamente fatos políticos pontuais, depois de *O ato e o fato* passou a trabalhar com esses fatos sem prejuízo de sua literatura.

Cony não é um autor engajado: a política serve como um de seus temas, não como propulsora de sua produção. Por isso, podem-se encontrar diversas semelhanças estilísticas, e até metáforas e alegorias similares, em seus textos “políticos” e “alienados” (essa comparação será explicitada com detalhamento no próximo capítulo desta dissertação).

A aceitação de fatos políticos em seus textos requereu uma transição que, no entanto, não se operou sem conflitos. Voltemos à introdução da primeira edição de *O ato e o fato*:

“Em primeiro lugar, gostaria de situar-me ante o fato político. Sou, em substância, um escritor que pretende uma obra literária, programada inicialmente para dez romances, seis dos quais já estão impressos ou reimpressos. Jamais subordinaria minha obra literária às emoções do momento. Isso não significa, porém, que minha obra não tenha um sentido de evidente agressão política. Se é verdade que em nenhum dos meus romances abordei frontalmente o comportamento político, se é verdade que nunca engajei minha obra a uma facção ou contrafacção do pensamento, também é verdade que em todos os meus livros será encontrada [...] uma ideia central em torno da qual aglutino outras ideias. [...] a família, célula da sociedade, é hoje um instituto falido. Precisa de uma reforma substancial e corajosa. [...] De qualquer forma, pensando dessa ou de outra maneira, reservei-me ao dever de participar, como jornalista militante, nesta mesma época que venho agredindo em meus romances. [...] Se na qualidade de romancista tenho o direito de procurar um diálogo com o homem das sociedades futuras, como jornalista seria ridículo e inútil dialogar com a posteridade ou com os nossos ancestrais. Não me interessaria escrever sobre Aníbal ou Gengis Khan. Tive de escrever mesmo sobre o general Costa e Silva” (CONY, 1964b).

Note-se que Cony, primeiramente, e ainda com alguma relutância, só deixa “contaminar” pelas emoções do momento (emoções estas sendo, no caso, a revolta com o regime militar) seus textos como cronista, produção que considera excluída de sua “obra literária”, formada, em sua opinião, apenas pelos seus romances. Num julgamento subestimado de sua própria produção, considera “inútil” como jornalista – entende-se, implicitamente, como cronista, por extensão – dialogar com a posteridade: justamente o que acabaria acontecendo com *O ato e o fato*.

Sua recusa em envolver política em seus romances – falar do assunto em suas crônicas já soava como concessão – gerou desconforto entre os leitores de sua coluna no *Correio da Manhã* quando, ainda em 1964, ao mesmo tempo em que investia contra os militares como cronista, publicou *Antes, o verão*, romance

“mais do que alienado, [narrando a história de] um casal que vai se separar mas antes, em atenção aos dois filhos jovens que entrarão em férias, decide continuar junto aquele verão, e só depois seguir cada qual o seu caminho. Leitores de minhas crônicas ficaram indignados. Como podia eu desperdiçar tempo e trabalho numa história banal, de angústias pequeno-burguesas, quando tudo parecia pegar fogo na vida nacional?” (CONY, 2004b, p.63).

Essa cobrança do público também veio quando Cony voltou, no segundo semestre de 1964, em sua coluna no *Correio da Manhã*, a tratar de outros assuntos além da vida política do país. A leitores que o acusavam de ter se amedrontado, o escritor respondeu com a crônica “Compromisso e alienação” (CONY, 2004a, p.161), na qual explicitava mais uma vez que sua revolta com o regime, mais do que política, era pessoal, desobrigando-se de vinculação a uma causa por “dever”:

“Creio que posso me dar ao direito de ter cumprido um dever para comigo mesmo. [...] a principal motivação que me fez abandonar uma convalescença dolorosa para vir lutar de peito aberto é a mesma que me faz, agora, enveredar para outros assuntos – os meus assuntos. Não significa deserção nem recuo. [...] Ninguém me mudou. Acima de qualquer compromisso para com a Pátria ou para com o povo, tenho um compromisso para comigo mesmo”.

Como já mencionamos, porém, Cony se viu forçado a pedir demissão do *Correio da Manhã*, depois de escrever uma de suas crônicas políticas, que embora não fossem mais praticadas com tanta constância, voltavam às páginas do jornal “sempre que me dava na veneta” (CONY, 2004b, p.75). Desempregado, publicou mais um romance na linha “alienada”, *Balé Branco*, ainda em 1965, pela Civilização Brasileira. Depois, entre a temporada na prisão e a dificuldade para arranjar jornais que empregassem a ele, *persona non grata* para o regime, mudou de ideia para escrever *Pessach: a travessia* (1967), também publicado pela Civilização Brasileira, romance no qual pela primeira vez engloba a situação política do país, tendo como pano de fundo a ditadura militar.

O enredo tem tons autobiográficos: o personagem Paulo Simões, escritor carioca alienado, bem-sucedido, levando uma vida pacata, recebe no dia do seu aniversário de 40 anos, 14 de março de 1966 – mesma data de aniversário de Cony, com idades idênticas –, convite de um antigo amigo para entrar na luta armada contra o regime militar. Embora recuse enfaticamente de início, uma série de acontecimentos aleatórios o coloca em meio a um centro de treinamento para o combate à ditadura, oportunidade para repensar seus valores.

Se o romance não podia mais ser acusado de alienado, por abordar explicitamente a convulsão política da época no Brasil, também não alegrou a esquerda tradicional, ao retratar os guerrilheiros como tão cruéis quanto os generais e o Partido Comunista como um antro de traidores.

“Cony foi acusado de ter detratado o Partido Comunista. Isso explica por que a segunda tiragem de ‘Pessach’, lançada logo após o sucesso instantâneo da primeira, de 10 mil exemplares, não chegou às livrarias. Intelectuais do PC com acesso direto ao dono da Civilização Brasileira, Ênio Silveira, também ele ligado ao Partidão, colocaram ‘Pessach’ no índice. Consideraram o livro uma ‘traição’ e montaram contra ele uma espécie de ‘boicote branco’. ‘Pessach’ mofou no estoque da editora. Uma terceira edição chegou a ser lançada em 1975. Mas o destino do livro já estava selado. E com ele a imagem de Cony: além de crítico de primeira hora do regime militar, tarefa a que se dedicou em sua coluna no “Correio da Manhã”, ele também foi considerado um traidor da “causa da esquerda”. Mal com os gregos, pior com os troianos. Pensando bem, diz hoje, isso não é tão ruim. (SILVA, 1997)

Superada a determinação de não escrever literatura com contexto político, *Pessach: a travessia* se soma aos romances do autor sem operar transformação abrupta de estilo em relação aos trabalhos anteriores – transição semelhante a que se sucedera com suas crônicas, de “alienadas” a “políticas”. O personagem comum a todos os seus livros, o homem desajustado na sociedade e na família, continua lá: se o enredo gira em torno de um romance mal-sucedido, a perda de vocação religiosa ou a luta armada contra a ditadura, são variações de fundo sobre um mesmo tema. *Pessach*, tal qual *O ato e o fato*, mostrando que as mesmas diretrizes servem para diferentes gêneros, consegue servir como documento histórico sem abrir mão da beleza literária do estilo de Cony. O próprio autor, comentando uma reedição de 1997, em entrevista para Fernando de Barros e Silva, afirma que relutou em aceitá-la, “temia que o livro estivesse datado, relendo-o acho que pára em pé”. Críticos o consideram entre os principais romances do autor, chegando a entrar numa lista que o jornal *O Globo* promoveu em 1999 elegendo os cem maiores romances em língua portuguesa do século XX. Luis Fernando Verissimo fala de *Pessach* como o romance “principal” de Cony (VERISSIMO, 2001, p.31) e analisa aspectos do livro:

“Seu personagem central, Paulo Simões, romancista carioca como o autor, com a mesma idade deste quando escreveu o romance, debate-se entre o egoísmo e o engajamento político, e o dilema se reparte em várias escolhas que ele precisa fazer: entre uma mulher burguesa e uma revolucionária, entre a literatura frívola e a séria, entre seu instinto de que a humanidade é corrupta e irredimível e a necessidade de acreditar em alguma forma de redenção. A própria dualidade formal do livro, a prosa crua e poética ao mesmo tempo [...], reforçam a ideia do dilema, que era certamente a do autor na época. Cony se tornou um revolucionário – no caso um anti-revolucionário providencial – com sua resistência depois de 1964, mas isso não venceu sua convicção de que nenhuma grande causa merece o comprometimento de um escritor, salvo a da honestidade intelectual [...] A resolução do dilema Cony encontrou no seu estilo [...], a da definição política, à qual ele chega sem abandonar o ceticismo, e portanto a lucidez e a ironia.”

A marca da ditadura militar em sua produção literária ainda pode ser observada em “Ordem do dia”, incluso em sua coletânea de contos *Sobre todas as coisas* (CONY, 1968) e descrito por Paulo Francis na orelha do livro como uma “pequena história informal do Brasil”. O conto ridiculariza a figura de um general que,

cheio de pompa e sempre disposto a mostrar autoridade, não consegue ser competente nem como síndico de seu prédio, lugar de balbúrdia generalizada no qual é traído por sua mulher às vistas de todos os outros condôminos.

Logo após o lançamento de *Pessach*, viaja para Cuba a fim de ser jurado de um concurso literário promovido pela Casa de las Américas, conhecida instituição cultural cubana; por conveniência, decide permanecer no país por quase um ano. A precaução não se mostrou suficiente: assim que retornou ao Brasil, em 1968, foi preso, ainda no aeroporto. Ao final do ano, depois de decretado o AI-5, é posto na prisão novamente, por onde ficaria por mais de um mês, sua maior detenção.

Em 1971, escreve seu nono romance, *Pilatos*, que só seria publicado em 1974, pela Civilização Brasileira, e marcaria por muitos anos sua despedida da literatura. O livro conta a história fantástica de Álvaro Picadura, homem que perde seu pênis num acidente e passa a carregá-lo num vidro de compota de pêssego. Otto Maria Carpeaux, na orelha da primeira edição (CONY, 2001b), afirma: “Pilatos é originalíssimo. Não tem semelhança com nenhuma outra obra da literatura brasileira”.

O romance usa declaradamente a metáfora da castração para se referir aos absurdos impostos ao país pelo regime militar:

“Estava cansado de falar mal da ditadura. ‘Pilatos’ não deixa de ser uma forma de mostrar que a ditadura faz com que os cidadãos fiquem castrados. Mas sem nenhum tom de panfleto, nem político, nem moral.” (COLOMBO; COSTA, 2006).

O título não guarda nenhuma relação com o enredo: é apenas mais uma forma de explicitar, usando a figura histórica de Pôncio Pilatos, que Cony lavava as mãos em relação à ditadura militar e à própria literatura. Editado o livro, declarou publicamente que não pretendia nunca mais escrever um romance, pois sentia que ali estava tudo o que tinha a dizer. Até hoje, considera *Pilatos* como sua melhor produção:

“Se eu tivesse oportunidade, gênio, pra escrever *Dom Quixote* [de Miguel de Cervantes], *A divina comédia* [de Dante Alighieri], a obra toda de Shakespeare, a obra toda de Machado de Assis, e do outro lado da balança estivesse *Pilatos*, eu ficaria com *Pilatos*. Não por ser

melhor. Mas porque sou eu. Se eu escrevesse *Dom Quixote*, teria a eternidade garantida, enquanto houvesse homem na face da Terra seria lembrado. Mas não seria eu. *Pilatos* sou eu, inteiro. Não quero dizer que é um livro perfeito, mas é um livro que me expressa” (AGUIAR, 2005).

Pilatos reflete, para Cony (VENTURA, 2001, p.29), “a consciência da inutilidade da minha luta”, fazendo com que o autor dê no livro “uma banana para a literatura e para a moral, para os bons costumes, para a condição humana. Lavei as mãos. Não só da vida política, mas também da vida social, da vida-vida. Daí *Pilatos*”.

A escatologia e o humor anárquico são as marcas mais evidentes no romance; por trás da linguagem irreverente, no entanto, ainda está o profundo senso de observação do homem deslocado na sociedade – figura constante em seus livros, agora ainda mais marginalizada por conta das agruras do regime ditatorial –, juntamente com a exposição de um universo degradado, exposição esta não com fins panfletários, mas como extensão da construção de seu personagem. Cícero Sandroni (2003, p.118) analisa:

“Convido o leitor a visitar as páginas de *Pilatos* e ler o livro com atenção. Certamente não encontrará as mãos lavadas, mas a sujeira, o sofrimento, a miséria e a desgraça daqueles anos, diante dos quais quem narra, em vez de lavar as mãos, mete os dedos temperados com sal e vinagre nas mais dolorosas feridas, ainda hoje abertas, da sociedade brasileira. [...]

Ao contar a trajetória escalafobética de Picadura, Cony ironiza o cinema brasileiro, fala da miséria da população de rua, escancara os hospitais da cidade, mostra as prisões arbitrárias e a brutalidade da polícia. Em todas essas situações está presente – às vezes de forma disfarçada – o jogo do poder. Quem o detém, em razão de quê? E no outro extremo, a liberdade, o que é?”

A despedida literária de Cony (que, com o tempo, mostrar-se-ia provisória), embora não seja panfletária, é fortemente influenciada tanto pela situação política vigente quanto pelos efeitos que o regime militar exerceu sobre sua vida – o que nos traz novamente à força de *O ato e o fato* como *turning point* para o escritor: por acontecimentos principalmente relacionados à sua ação contra a ditadura, iniciada com a feitura do livro de crônicas, seu plano de juventude de uma

carreira de romancista com dez títulos estava cancelado, com Cony se dando por satisfeito com *Pilatos*, seu nono romance.

Por quase vinte anos após a publicação desse livro, Cony teve uma carreira discreta e bem-sucedida, sustentando-se basicamente como funcionário da Bloch Editores – onde desenvolveu um sem número de funções, de editor das revistas *Manchete* e *Ele & Ela* até roteirista de novelas para a Rede Manchete –, como escritor de romances infanto-juvenis e como adaptador de clássicos da literatura universal para formato reduzido (mais de 50 títulos, entre *Crime e Castigo* e *Moby Dick*), cumprindo estas duas últimas funções para a editora Ediouro.

Cabe observar, no entanto, que logo depois de voltar ao jornalismo diário, em 1993, na *Folha de S. Paulo*, jornal no qual trabalha até hoje, passou a escrever crônicas combatendo a política neoliberal instaurada por Fernando Henrique Cardoso, desde quando este era ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. E continuou usando sua coluna para detratar FHC mesmo no auge da popularidade do presidente, sob os auspícios do plano Real.

Tanto no estilo textual quanto na afronta sistemática e debochada a um governo, prescindindo de alinhamento a uma facção ideológica, as crônicas do período remetem a uma inevitável comparação com as de *O ato e o fato*: Cony voltava a ocupar, num momento inicial em que a maioria da população era adesista, a posição de paladino numa causa política – aqui, como opositor do neoliberalismo.

Suas crônicas anti-FHC para a *Folha de S. Paulo* foram reunidas, já numa época de decrescente popularidade do presidente, a charges de Angeli, desenhadas para o mesmo jornal, no mesmo período, em livro intitulado *O presidente que sabia javanês* (BOITEMPO EDITORIAL, 2000). No prefácio da edição, o escritor evidencia a semelhança de sua posição com a do tempo de *O ato e o fato*:

“Paradoxo ou contradição pessoal, mais uma vez estou cometendo a tolice de esticar em livro o efêmero do jornal. Fiz isso no passado, num momento em que julgava importante marcar uma posição contrária ao regime totalitário que se instalava no Brasil, em 1964.
[...]

Acreditava que não reincidiria na tolice. Os tempos mudaram mas alguns dos problemas fundamentais da realidade social e política do país formaram um pano de fundo lamentável para nossas aspirações de nação e de povo. Continuamos enganados pelas elites que se revezam no poder. O totalitarismo militar foi substituído pelo

totalitarismo econômico que está criando, entre outras crueldades, a mais injusta concentração de renda do mundo contemporâneo. [...] Este livro ficará datado, é certo, mas além de uma reflexão contrária ao pensamento único do neoliberalismo globalizado, representa um momento de revolta proporcional ao nível de insensibilidade social que domina a cena brasileira neste fim de século” (ANGELI; CONY, 2000, p.7).

Romance sem palavras (COMPANHIA DAS LETRAS, 1999), romance escrito depois de sua retomada literária, também evoca o regime militar ao contar as desventuras de um casal que se conhece na luta armada contra a ditadura e volta a se reencontrar em tempos democráticos.

A temática política estava, portanto, definitivamente incorporada em seu repertório literário, tanto como cronista – e cabe lembrar que, trocado o presidente, Cony continua ocupando constantemente seu espaço na *Folha* para criticar Lula – quanto como autor de romances: possibilidade devida primeiramente à edição de *O ato e o fato*, rompedor de sua capitulação gradativa da resistência ao assunto.

Na segunda metade da década de 1990, Cony conseguiu grande visibilidade, por dois fatores simultâneos e independentes: primeiramente, pela já comentada posição combativa na imprensa; depois, pelo êxito de *Quase memória* (COMPANHIA DAS LETRAS, 1995), seu título de retorno à escrita de romances, que constitui seu maior sucesso comercial, já tendo vendido mais de 400 mil cópias (AGUIAR, 2005), e que lhe rendeu, em 1996, os prêmios Jabuti, de Melhor Romance, e de Livro do Ano, pela Câmara Brasileira do Livro. Curiosamente, é um romance sentimental, atípico em sua carreira, que expõe recordações de seu pai em caráter parcialmente autobiográfico, como o título entrega.

Na sequência, veio uma série de prêmios e deferências: em 1996, recebe o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de obra; em 1997, o Prêmio Nacional Nestlé, pelo romance *O piano e a orquestra* (COMPANHIA DAS LETRAS, 1996); em 1998, seu *A casa do poeta trágico* (COMPANHIA DAS LETRAS, 1997) conquista os mesmos prêmios concedidos a *Quase memória*; no mesmo ano, é condecorado com a Ordem das Artes e das Letras pelo governo francês, no Salão do Livro, em Paris; por fim, em 2000, *Romance sem palavras* lhe dá novamente o prêmio Jabuti. Tamanha popularidade

se transformou num lobby que acabou o levando a se tornar um imortal da Academia Brasileira de Letras, em 2000, ocupando a cadeira nº 3.

Só pelo papel determinante na carreira de escritor tão popular e relevante, o interesse longínquo de *O ato e o fato* já seria compreensível. Para entender sua permanência, no entanto, é imprescindível considerá-lo como documento histórico.

2.4 O ATO E O FATO COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

O fato de a editora Objetiva, na reedição de 2004, ter acrescentado a *O ato e o fato* o subtítulo “O som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964” já é sintomático da permanência do livro como peça de resistência contra o regime militar que se instaurou naquele ano no Brasil – foi esse fator histórico que a editora preferiu ressaltar, julgando-o atraente para vendas.

O ato e o fato sobrevive como documento histórico por duas razões básicas – e complementares: primeiramente, por conter o testemunho de um intelectual, escrito durante a ação dos fatos, sobre o início do regime militar que perduraria por mais de 20 anos no país.

Nesse testemunho está sempre presente grande carga opinativa e analítica. E embora se possa dizer que essas análises careçam de certa profundidade, como é natural a um gênero escrito de maneira rápida como a crônica, a visão de primeiríssima hora de Cony, extremamente crítica aos militares, mostrar-se-ia, grosso modo, muito compatível com a visão majoritária da posteridade sobre o regime – e até certo ponto, antecessora desse senso comum. O fato de o regime militar ter se transformado lentamente de um governo com pretensões democráticas para uma franca ditadura, a submissão ao capital e aos interesses estrangeiros, a existência de eminências pardas entre os governantes, a arbitrariedade e violência do regime contra os opositores – todas essas questões que hoje estão presentes em livros escolares e são tidas como fatos concretos foram enunciadas de maneira pioneira por Cony, ainda durante o calor dos acontecimentos, não sem forte reação por parte dos alvos das críticas.

Em segundo lugar, justamente por conter essas qualidades, *O ato e o fato* se transformou, por si próprio, em uma peça de valor histórico, um marco pioneiro na resistência cultural contra a ditadura. Como Elio Gaspari (2002, p.132) destaca, Cony foi a “primeira voz destemida a denunciar as violências” do regime. A associação do governo militar com a tortura inexistia publicamente antes da edição, no jornal *Correio da Manhã*, dos textos posteriormente inseridos na coletânea de crônicas.

É interessante observar que, ainda em 1964, os envolvidos na edição de *O ato e o fato* pareciam ter consciência do valor histórico que o livro adquiriria. Ênio Silveira (1964), proprietário da editora Civilização Brasileira, que publicou a coletânea de Cony, em seu prefácio à primeira edição do livro, afirma categórico:

“[...] um jornalista do *Correio*, mais do que qualquer outro, se transformou no panfletário que a hora exigia e a Nação esperava para lavar a face e levantar a cabeça. Seu nome, hoje conhecido em todo o Brasil: Carlos Heitor Cony.

[...] Cony passou a desempenhar conscientemente o papel de aríete com que os homens livres forçavam as portas da masmorra ditatorial que os notórios inimigos da democracia desejavam construir no Brasil. Paladino sem filiação política, cruzado sem cruz, Cony erguia sua voz e brandia sua pena, qual nôvo Cid, em defesa da dignidade essencial do ser humano, ponto de apoio e meta final de tôdas as ideologias que procurem conduzi-lo a futuro de plena realização.

Neste livro, que ficará histórico, que não marcará apenas um momento mas todo um sentido de grandeza, estão reunidas as crônicas que Cony escreveu nos dias incertos e perigosos que o Brasil viveu nos meses de abril e maio de 1964. Quem passou por êles, quem lhes provou o sabor amargo, dêles jamais se esquecerá”.

Observa-se que, apesar de o prefácio estar datado de 22 de junho de 1964, quando o levante autoritário do governo brasileiro ainda estava em andamento, e quando Cony continuava escrevendo textos de combate ao novo regime no *Correio da Manhã*, Silveira usa constantemente os verbos no tempo pretérito, como para acentuar o valor documental que as crônicas, embora recentes, já continham.

Na mesma edição, em seu prefácio do autor, Cony, embora não teça elogios a si mesmo, por presumíveis razões de modéstia, também dá

demonstrações de ciência de estar fazendo história, como quando agradece a Niomar Moniz Sodré Bittencourt, então editora do *Correio da Manhã*:

“Não poderia encerrar essas explicações sem algumas palavras de agradecimento. Em primeiro lugar, a Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Um dia, quando se fizer a história do jornalismo brasileiro, a atitude de Niomar terá os elogios e o lugar que merece. Mais uma vez, transfiro para os historiadores a tarefa” (CONY, 1964b).

O autor não explicita qual a “atitude” de Niomar merecedora de elogios, mas presume-se que seja a permissão da publicação, em seu jornal, de textos de oposição ao regime militar – linha em que Cony foi a primeira figura e a mais destacada, embora na sequência o *Correio da Manhã* tenha dado espaço a outros articulistas contrários ao novo governo e até tenha começado a se manifestar em editoriais denunciando a instalação de uma ditadura.

Por essa função histórica das crônicas contidas em *O ato e o fato*, e por sua escrita ter se dado acompanhando desde a primeira hora e a cada movimento o levante do novo regime, os textos da coletânea remontam ao sentido original do termo “crônica”, de alinhamento em ordem cronológica de feitos relativos a um povo. Cony, no entanto, consegue conciliar essa reaproximação com a origem do gênero com a manutenção das conquistas estilísticas da crônica moderna brasileira: a título de exemplo, entre muitos outros que poderiam ser levantados, pode-se destacar o uso do registro coloquial, muitas vezes com ares de “conversa fiada”, a exploração da “grandeza do miúdo”, a mistura, muitas vezes indistinguível, entre o real e a ficção e a liberdade estilística disposta – algumas crônicas pendem para o comentário, outras para a narrativa, há transcrições de cartas e diálogos, etc. *O ato e o fato* é um autêntico exemplar da tradição da crônica moderna brasileira e, ao mesmo tempo, retoma, para o gênero, a vocação de registro histórico – junção meritosa que dificilmente pode ser apontada em outro título da literatura nacional.

É justo observar que Margarida de Souza Neves aponta a permanência da relação próxima entre a história e a crônica, mesmo com esta em seu período moderno:

“[os cronistas modernos] ao contrário de alguns de seus predecessores, abdicam de assumir como tarefa primordial o registro pretensamente objetivo do acontecido para abrir espaço ao comentário pessoal, ao olhar subjetivo, à busca do significado do efêmero e do fragmentário, ainda que mantendo paradoxalmente em comum com os cronistas de todos os tempos o desejo de, através da crônica, condensar na letra o tempo vivido. Na forma como no conteúdo, na seleção que efetua como na linguagem que emprega, a crônica é sempre, e de formas muito distintas, um texto que tematiza o tempo e, simultaneamente, o mimetiza. Tal como a história, aliás. [...]

A crônica moderna, assumidamente comentário subjetivo sobre o real vivido, é talvez uma excelente ocasião para que a história reconheça em si o lugar de subjetividade, nas análises que o historiador elabora como na documentação que utiliza.

Pode ser também o laboratório em que descobre que, a despeito do tempo narrado, ele, como o cronista, sempre enfoca ou condiciona a narrativa na ótica de seu tempo vivido [...].

Por isso o historiador encontra na crônica não apenas a personalíssima escrita do cronista, mas o espírito do tempo, num sentido quase hegeliano.

[...] ambas – história e crônica – constroem memória, o que equivale a reconhecer que desenham identidades, sejam elas as identidades de uma geração, sejam elas identidades de gênero, de grupos sociais ou de recortes espaciais bem definidos. [...] A crônica, como a história, de modos diversos, se constituem numa escrita memorialística. Cronistas e historiadores são ‘homens-memória’, e desempenham seu ofício como autores e intérpretes da memória coletiva” (NEVES, 1995, p.17-27).

Os apontamentos de Neves são precisos e nos ajudam a compreender *O ato e o fato* dentro do panorama da crônica moderna. No entanto, é lícito afirmar que a relação do livro com a história se dá de maneira especial, mais estreita do que na análise geral da pesquisadora: não há apenas, nas páginas de *O ato e o fato*, uma *aproximação* da crônica com a história, com coincidências entre as duas atividades (a de cronista e a de historiador), mas sim um real *registro histórico* de um episódio político de um país – escrito, deve se ressaltar, de maneira peculiar, de acordo com as tradições nacionais do gênero literário/jornalístico. Resgata-se assim, parcialmente, de maneira que raro ocorre na crônica moderna

“O significado tradicional da palavra ‘crônica’ [que] decorre de sua etimologia grega (khronos – tempo): é o relato dos acontecimentos em ordem cronológica.

[...] relato histórico, sendo parenta de anais. Foi o feitio que assumiu a historiografia na Idade Média e no Renascimento, em todas as partes da Europa, a princípio em latim e depois nas diversas línguas vulgares, inclusive o português, em que deu algumas obras-primas” (COUTINHO, 1986, p.120-121).

Em entrevista concedida por Cony em 2004 (REVISTA E, nº 84, SESC), quando da reedição pela Objetiva de *O ato e o fato*, o autor atribui todo o interesse pelo livro a seu valor como documento histórico, chegando a menosprezar suas qualidades literárias:

“A crônica tem esse problema: o prazo de validade dela é curto. Há uma exceção na minha vida. Apesar de a crônica ser um gênero datado, há um livro meu, *O ato e o fato*, feito em 1964, por ocasião do golpe militar, que foi relançado agora, por conta dos quarenta anos do golpe. No entanto, naquela época, três meses depois de lançado, o livro já estava velho. Já tinha havido o AI-2, estávamos a caminho do AI-5, enfim, a situação política tinha mudado tanto que aquelas crônicas, publicadas logo após o golpe, pareciam ingênuas. [...] Mas o livro acabou sendo relançado agora. No entanto, é uma exceção. [...] É como se você estivesse andando em Roma e, de repente, chutasse um pedaço de cerâmica e descobrisse que aquilo tem grande valor histórico. Sem dúvida, o pedaço vai parar no museu. A crônica é como esse pedaço de cerâmica, não vale nada, mas tem uma ligação visceral com determinado momento. [...] Tornou-se “reeditável” quarenta anos depois por seu valor histórico e não somente por mérito da crônica em si”.

Se o “valor histórico” das crônicas de *O ato e o fato* é facilmente identificável, “o mérito da crônica em si” também não pode ser menosprezado para o entendimento da perenidade – e da qualidade – do livro.

2.5 O ATO E O FATO COMO FATO LITERÁRIO

Aferir o valor histórico de um livro é algo mais facilmente realizável do que a mensuração de suas qualidades literárias – com *O ato e o fato* não é diferente. Pode-se, no entanto, afirmar com razoável grau de segurança que as virtudes literárias do volume de crônicas, quando não cumprem outra função mais subjetiva, auxiliaram, no mínimo, seu próprio estabelecimento histórico: à época da escrita dos textos, sem o uso do estilo textual muito próprio de Cony, dificilmente seria dada tanta atenção às suas críticas ao regime militar; na atualidade, e quiçá para gerações futuras, a leitura do volume pode manter o interesse (vide a recente reedição da Objetiva) – distinguindo-o de tantos outros documentos, artigos, ensaios

e até mesmo textos ficcionais de caráter violentamente político relacionados ao período comum –, e em grande parte isso pode ser atribuído à fluidez da prosa do autor, que se sobrepõe a fatores temporais potencialmente complicadores da leitura das crônicas fora do período histórico em que foram compostas.

Sem esse elemento – em resumo, a boa qualidade do texto, para usar uma expressão simples – o documento histórico por si só não traria as virtudes necessárias à leitura agradável de uma peça artística. A esse respeito, Eduardo Portella traçou interessante reflexão, ressaltando a necessidade do bom escritor para a possibilidade de permanência da crônica:

“E é para fugir à transitoriedade que o nosso cronista constrói uma vida além da notícia. E é justamente essa vida que, mesmo envelhecida a notícia, conserva juventude da crônica. [...] É quando duvidamos se na crônica o que perdura são os méritos típicos do cronista ou as qualidades específicas do escritor. Melhor: é o escritor ou o cronista que confere poder de permanência à crônica. A resposta que encontramos, longe de ser em favor do cronista, se inclina para os méritos do escritor. É verdade que em certos momentos é absolutamente impossível se separar o cronista do escritor, tão ligados, tão misturados estão os dois. Mas podemos distinguir, isso sim, as qualidades puramente estilísticas do cronista. E vem ratificar essa hipótese o fato de que todas aquelas crônicas que perduraram foram sempre assinadas por um grande escritor”. (PORTELLA, 1958, p.115-116)

Ademais, o cotejo de passagens de *O ato e o fato* com trechos de outras obras do autor, tanto posteriores como anteriores à edição do livro aqui analisado – e abrangendo tanto outros volumes de crônicas como romances e contos –, revela interessantes semelhanças estilísticas (ver exemplos no próximo capítulo desta dissertação), apontando que Cony, mesmo escrevendo crônicas de caráter político, nas quais há o risco de se incorrer no panfletarismo simplista, teve condições de manter sua linguagem literária.

Por linguagem literária pode se entender a definição dos formalistas russos, sistematizada nas primeiras décadas do século XX, que Terry Eagleton relembra:

“Talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar. Segundo essa teoria, a literatura é a escrita que, nas palavras do crítico russo Roman Jakobson, representa ‘uma violência organizada contra a fala comum’. A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana” (EAGLETON, 2001, p.2).

Assim, de acordo com a visão dos formalistas, baseados na “aplicação da lingüística ao estudo da literatura” (EAGLETON, 2001, p.3), *O ato e o fato* teria sua literariedade justificada pelo emprego de uma linguagem elaborada, incluindo figuras como metáforas, metonímias, antíteses, etc. “Artifícios” que se relacionam como funções

“dentro de um sistema textual global. Os ‘artifícios’ incluíam som, imagens, ritmo, sintaxe, métrica, rima, técnicas narrativas; na verdade, incluíam todo o estoque de elementos literários formais; e o que todos esses elementos tinham em comum era o seu efeito de ‘estranhamento’ ou de ‘desfamiliarização’” (EAGLETON, 2001, p.4).

No entanto, *O ato e o fato* continua podendo ser enquadrado como exemplo de emprego de linguagem literária de acordo com outras visões teóricas. Entre elas, a do próprio Eagleton (2001, p.11-12), que, propositadamente vago, afirma ser a literatura “um tipo de escrita altamente valorizada”, para depois se alongar:

“A dedução, feita a partir da definição de literatura como uma escrita altamente valorativa, de que ela não constitui uma entidade estável, resulta do fato de serem notoriamente variáveis os juízos de valor. [...] Assim como uma obra pode ser considerada como filosofia num século, e como literatura no século seguinte, ou vice-versa, também pode variar o conceito do público sobre o tipo de escrita considerado como digno de valor”.

Dentro do contexto da crônica moderna nacional, com reedição 40 anos após sua primeira publicação e escrito por autor de reconhecimento acadêmico, a consideração de *O ato e o fato* como escrito digno de valor parece natural.

Outra discussão relevante é a representatividade de *O ato e o fato* como exemplar da chamada “literatura engajada”. Sartre (1989, p.20-29) afirma que

“O escritor ‘engajado’ sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar.

[...] para nós, um escrito é uma empreitada, uma vez que os escritores estão vivos, antes de morrerem, uma vez que pensamos ser preciso acertar em nossos livros, e que, mesmo que mais tarde os séculos nos contradigam, isso não é motivo para nos refutarem

por antecipação, uma vez que acreditamos que o escritor deve engajar-se inteiramente nas suas obras, e não como uma passividade abjeta, colocando em primeiro plano os seus vícios, as suas desventuras e as suas fraquezas, mas sim como uma vontade decidida, como uma escolha, com esse total empenho em viver que constitui cada um de nós”.

Edward Said (2005, p.25-26), em sua visão combativa do intelectual, aponta-o como

“um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas”.

Algumas das passagens dessas duas definições parecem se enquadrar perfeitamente para *O ato e o fato*. De fato, Cony, com sua série de crônicas que deu origem ao livro, tencionava “desvendar” e “mudar” uma situação e encarou seu projeto como “empreitada”. Da mesma forma, levantou questões “embaraçosas”, não se deixou cooptar por um governo e representou problemas “varridos para debaixo do tapete”; no entanto, a noção de obrigação para com uma causa, no sentido que se depreende das palavras de Sartre e das de Said, não pode ser relacionada ao autor de *O ato e o fato*: dificilmente Cony afirmaria que algo *tem de ser* denunciado e combatido ou que o escritor *deve* engajar-se *inteiramente*.

A esse respeito, a declaração de Cony na crônica “Compromisso e alienação” (CONY, 2004a, p.162-163), escrita em setembro de 1964, é bastante representativa:

“Acima de qualquer compromisso para com a Pátria ou para com o povo, tenho um compromisso para comigo mesmo. E é em nome desse compromisso que continuarei sendo o que sou – independentemente do aplauso, da vaia, da glória ou da miséria”.

Essa crônica foi escrita num contexto em que

“Já eram comuns, então, as críticas que recebia por não continuar no estilo panfletário. Gostava de escrever sobre outros assuntos – os meus assuntos. Cobravam-me uma permanência integral naquela linha, reclamavam de continuar me preocupando com problemas existenciais, na atitude comum do escritor alienado.

[A crônica ‘Compromisso e alienação’] revela uma irritação passageira contra a imposição de só escrever sobre a situação da época, de ser obrigado a adotar o ‘pensamento único’ – tentação em que nunca resvalei. Tinha mais o que fazer e fiz” (CONY, 2004b, p.66-75).

Assim, pode-se afirmar, de modo curioso, que *O ato e o fato* é uma obra, por razões circunstanciais, com características de literatura engajada, mas escritas por um autor que sempre procurou se distanciar do engajamento. Da mesma forma, no período de composição do livro, Cony desempenhou o papel de intelectual combativo, mas logo depois fez questão de se desvencilhar de qualquer linha sistemática de pensamento e ação intelectuais. É sintomática a opinião do escritor a respeito de Sartre, figura mais comumente associada à literatura engajada:

“fomos muito influenciados pelo existencialismo. Quando eu deixei o seminário, o filósofo que prevalecia era Sartre. *O ventre* é essencialmente influenciado por ele. Mas eu deixei de aceitar Sartre quando ele assumiu aquelas posições engajadas, quando ele se esquerdizou demais e começou a entrar numa luta muito concreta”. (CONY, 2001a, p.46)

Na mesma entrevista, perguntado se o Jean-Paul Sartre tomado como modelo no início de sua carreira teria sido mais o escritor ou o filósofo, Cony é enfático na resposta: “O Sartre romancista” (CONY, 2001a, p.46).

Seja como veículo de linguagem que efetua “estranhamento”, como “escrita altamente valorizada”, no papel controvertido de “arte engajada” ou simplesmente como representante destacado da crônica moderna nacional, *O ato e o fato* se sustenta como fato literário com possibilidades de estender sua perenidade.

3 ANÁLISE DE CRÔNICAS DE O ATO E O FATO

3.1 “DA SALVAÇÃO DA PÁTRIA”

Posto em sossego por uma cirurgia e suas complicações, eis que o sossego subitamente se transforma em desassossego: minha filha surge esbaforida dizendo que há revolução na rua.

Apesar da ordem médica, decido interromper o sossego e assuntar: ali no Posto 6, segundo me afirmam, há briga e morte. Confiando estupidamente no patriotismo e nos sadios princípios que norteiam as nossas gloriosas Forças Armadas, lá vou eu, trôpego e atordoado, ver o povo e a história que ali, em minhas barbas, está sendo feita.

E vejo. Vejo um heróico general, à paisana, comandar alguns rapazes naquilo que mais tarde o repórter da TV-Rio chamou de "gloriosa barricada". Os rapazes arrancam bancos e árvores. Impedem o cruzamento da Avenida Atlântica com a Rua Joaquim Nabuco. Mas o general destina-se à missão mais importante e gloriosa: apanha dois paralelepípedos e concentra-se na brava façanha de colocar um em cima do outro.

Estou impossibilitado de ajudar os gloriosos herdeiros de Caxias, mas vendo o general em tarefa aparentemente tão insignificante, chego-me a ele e antes de oferecer meus préstimos patrióticos, pergunto para que servem aqueles paralelepípedos tão sabiamente colocados um sobre o outro.

– General, para que é isto? O intrépido soldado não se dignou olhar-me. Rosna, modestamente:

– Isso é para impedir os tanques do I Exército!

Apesar de oficial da Reserva – ou talvez por isso mesmo – sempre nutri profunda e inarredável ignorância em assuntos militares. Acreditava, até então, que dificilmente se deteria todo um Exército com dois paralelepípedos ali na esquina da rua onde moro. Não digo nem pergunto mais nada. Retiro-me à minha estúpida ignorância.

Qual não é meu pasmo quando, dali a pouco, em companhia do bardo Carlos Drummond de Andrade, que descera à rua para saber o que se passava, ouço pelo rádio que os dois paralelepípedos do general foram eficazes: o I Exército, em sabendo que havia tão sólida resistência, desistiu do vexame: aderiu aos que se chamavam de rebeldes.

Nessa altura, há confusão na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, pois ninguém sabe ao certo o que significa "aderir aos rebeldes". A confusão é rápida. Não há rebeldes e todos, rebeldes ou não, aderem, que a natural tendência da humana espécie é aderir.

Os rapazes de Copacabana, belos espécimes de nossa sadia juventude, bem nutridos, bem fumados, bem motorizados, erguem o general em triunfo. Vejo o bravo cabo-de-guerra passar em glória sobre minha cabeça. Olho o chão.

Por acaso ou não, os dois paralelepípedos lá estão, intactos, invencidos, um em cima do outro. Vou lá perto, com a ponta do sapato tento derrubá-los. É coisa relativamente fácil.

Das janelas, cai papel picado. Senhoras pias exibem seus pios e alvacentos lençóis, em sinal de vitória. Um cadillac conversível pára perto do “Six” e surge uma bandeira nacional. Cantam o Hino também Nacional e declaram todos que a Pátria está salva.

Minha filha, ao meu lado, exige uma explicação para aquilo tudo.

– É carnaval, papai?

– Não.

– É campeonato do mundo?

– Também não.

Ela fica sem saber o que é. E eu também fico. Recolho-me ao sossego e sinto na boca um gosto azedo de covardia. (2-4-1964)

(CONY 2004a: 11)

Neste texto escrito em 2 de abril de 1964, inaugurador tanto da coletânea *O ato e o fato* quanto da produção de crônicas políticas de Carlos Heitor Cony, segundo o próprio autor, convivem juntos a renovação temática e a confirmação de um estilo já estabelecido pelo escritor em livros anteriores – tanto romances quanto volumes de crônicas. O momento histórico que impeliu o autor a escrever esta primeira crônica de sátira ao golpe militar de 1964 não atuou em prejuízo das características de seu texto; pelo contrário, adequou-se à perfeição como mote para a manutenção estilística do autor. A pompa vazia e o ridículo de muitas das convenções sociais sempre foram alvos da prosa de Cony; neste primeiro momento, ainda em 2 de abril, é isso que o escritor se dispõe a denunciar no movimento do Exército, não tecendo comentários políticos mais específicos. Como já vimos, Cony considera que esse texto não entra no mérito do golpe militar, sendo apenas uma grande gozação. Em crônicas imediatamente posteriores, passariam a ser apontadas a arbitrariedade e a violência da ditadura. De qualquer maneira, a ausência dessas denúncias, que marcariam de modo geral a coletânea *O ato e o fato*, não torna “Da salvação da Pátria” uma crônica mais amena. A ironia e a mordacidade estão presentes em quase todos os períodos do texto, percebendo na primeiríssima hora uma característica do regime militar das mais incômodas ao autor, que ainda o levaria a escrever diversas crônicas posteriores: a ausência de um planejamento efetivo de governo, com o anseio desarrazoado de poder norteando as ações políticas.

O título da crônica, “Da salvação da Pátria”, já marca o grau de ironia do autor: tudo o que o texto subsequente mostra é que a dita revolução não estava fazendo nada de efetivo pelo país, estando longe de salvá-lo, embora os

líderes do movimento se comportassem como se assim o fosse, agindo com pompa incompatível ao conteúdo vazio do golpe. A grandiloquência cara aos militares também já é flagrada na alusão ao Hino Nacional (“Ó Pátria amada,/ Idolatrada,/ Salve! Salve!”).

O primeiro parágrafo do texto explicita um procedimento comum na feitura da crônica moderna nacional: o escritor está alheio (“posto em sossego”) quando o assunto chega a ele e o leva à reflexão. No caso de “Da salvação da Pátria”, quem surge trazendo a “revolução na rua” e “transformando o sossego em desassossego” é a personagem da filha do autor. Esse é o tipo de recurso que possivelmente leva Jorge de Sá a afirmar (1987, p.57) que Cony faz “de sua própria família o núcleo dos seus textos”. Se aqui o membro da família não é o núcleo da crônica, surge como elemento a detonar o assunto principal. Ao lançar mão dessa estratégia de escrita, envolvendo familiares e informando também detalhes biográficos marginais ao conteúdo principal, como o fato de estar convalescendo de uma cirurgia, Cony se aproxima do leitor, tratando-o como íntimo, e consegue, ao mesmo tempo, enriquecer o texto ao expor diferentes perspectivas de reação e torná-lo mais fluido. Essa maneira coloquial e leve de convite ao texto, típica da crônica, contrasta com a gravidade do tema e de certa forma o ameniza. Se se dedicasse abertamente a redigir um panfleto denunciando a falta de conteúdo do regime, a gama de prováveis leitores seria reduzida. Ademais, todos esses recursos enriquecem literariamente o texto.

O segundo parágrafo marca o momento em que o autor decide sair de sua letargia para ver o que ocorre. No período “Confiando estupidamente no patriotismo e nos sadios princípios que norteiam as nossas gloriosas Forças Armadas”, a adjetivação excessiva e a escolha de termos-chave, relacionados à auto-propalada honra do Exército (“confiança”, “patriotismo”, “princípios”, “norte”), começam a marcar a ironia com que Cony trata o golpe militar. Também é interessante notar que o autor se descreve como “trôpego e atordoado, [indo] ver o povo e a história que ali, em minhas barbas, está sendo feita”. O fato de estar “trôpego e atordoado” denuncia o alheamento do autor – e por possível extensão, do povo brasileiro – às manobras militares repentinas e arbitrárias. Quanto à história feita nas “barbas” do autor, pode-se avaliar que embora o comentário tenha sido possivelmente escrito mais uma vez com viés irônico (o caráter mambembe da barricada está distante da imagem habitual de “momento histórico”), ele acabaria por

se tornar verdadeiro sob um ponto de vista diferente do satirizado pelo cronista: a história efetivamente está sendo feita, não num momento “glorioso”, mas sim numa página que daria início a um governo de violências, combatido pelo próprio Cony desde aquele momento.

Os quatro parágrafos seguintes formam a parte central do texto: a descrição de um general que constrói barricada de dois paralelepípedos para deter as eventuais forças contra-revolucionárias. A estratégia textual aqui é contrastar o exíguo artefato bélico com termos pomposos e altivos, evidenciando ao máximo o ridículo da manobra: o general é descrito como “heroico” e “intrépido”, seu ato de colocar “sabidamente” um paralelepípedo sobre outro é “brava façanha” de “missão importante e gloriosa”, os militares são “gloriosos herdeiros de Caxias”, etc. Cabe observar que não se pode afirmar com certeza se a cena descrita ocorreu exatamente como assinalada no texto. Ao cronista brasileiro moderno é dada a prerrogativa de romancear sobre os fatos reais para captar o espírito de uma situação. Não é cobrado o rigor histórico, embora o grosso da manobra tenha comprovadamente existido: se não há certeza quanto à realidade de um específico general que dialogou com Cony, é fato a existência naquela data de um golpe militar que, mesmo com organização atabalhoada, se impôs. A crônica, num microcosmo, serve de espelho a uma situação mais global, por meio do recurso chamado por Jorge de Sá (1987, p.59) de “ficcionalização das pessoas reais”.

No sétimo parágrafo, em inteligente inversão, Cony toma uma reflexão óbvia, “Acreditava, até então, que dificilmente se deteria todo um Exército com dois paralelepípedos ali na esquina da rua onde moro”, como índice de uma suposta ignorância de sua parte em relação a assuntos militares. A ironia é acentuada quando o autor atribui sua falta de conhecimento ao fato de ser oficial da Reserva – deixando transparecer a opinião de que os militares não estão aptos a se pronunciar acerca de assuntos que teoricamente seriam de sua incumbência.

Daí até o fim, a crônica entra em seu desfecho, quando o autor nota espantado que os poucos dois paralelepípedos foram suficientes para deter a resistência – porque esta foi nula. Há a adição de novos elementos de familiaridade: o amigo Carlos Drummond de Andrade é transformado em personagem dos acontecimentos e a filha de Cony retorna ao texto, no trecho final, como a amarrar a situação apresentada no primeiro parágrafo, num diálogo em que a inocência da menina serve como alegoria para o absurdo da situação e em que o autor não se

exime da covardia generalizada, a impossibilitar qualquer forma de resistência. É de se pensar que para suprimir o “gosto azedo de covardia”, Cony transformou sua coluna no *Correio da manhã* em peça de ataque contra o regime militar.

O próprio autor, como personagem, derruba a barricada de paralelepípedos com a ponta do sapato, “coisa relativamente fácil”, deixando claro que a adesão aos golpistas não era uma necessidade. O problema principal é a pusilanimidade, desmascarada em frases que variam da habitual ironia (“o I Exército, em sabendo que havia tão sólida resistência, desistiu do vexame”) ao pessimismo mais aberto (“Não há rebeldes e todos, rebeldes ou não, aderem, que a natural tendência da humana espécie é aderir”).

A burguesia carioca também é alvo da mordacidade de Cony. Sua juventude é retratada como composta de fúteis adesistas “bem nutridos, bem fumados, bem motorizados”; a geração mais velha, num caráter quase paradoxal por estar apoiando uma revolução, é retratada como conservadora, presa a tabus como o da castidade – “Senhoras pias exibem seus pios e alvacentos lençóis”. Por fim, marcando o simplismo das soluções calcadas unicamente em uma frouxa noção de honra e patriotismo, o autor revela que, ao surgir uma bandeira nacional, os simpatizantes do golpe “cantam o Hino também Nacional e declaram todos que a Pátria está salva”.

Acompanhemos agora os trechos iniciais do primeiro capítulo do romance *Antes, o verão*, publicado no mesmo ano de 1964, integrante da chamada “fase alienada” de Cony. O livro conta a história de um casal que, cômico da iminente separação, decide ainda assim passar, juntos, mais um verão em sua casa de praia, para preservar as férias dos filhos.

O melhor de tudo talvez seja aquilo: o silêncio feito de paz e inércia. O silêncio dos ruídos que acentuam a solidão e a quietude lá dentro. Ela quis botar a lareira na sala de estar – pois lá está a lareira, inútil para todo o sempre, embora seja inverno e o vento salgado que vem do mar sopra mais forte.

Haviam discutido o detalhe, ela tinha visto uma, na casa do irmão, em Teresópolis, achava decorativa e eficiente quando o inverno apertasse. Ele argumentou contra, jamais haveria frio bastante e capaz de justificar a lareira. Mas as decisões eram quase todas dela e ele fora, mais uma vez, voto vencido. Os rapazes também se assanharam com a lareira, o arquiteto a havia colocado no projeto, e ela ali está, agora, revestida de azulejos vitrificados, cor de fogo, com sua inútil goela aberta ao chão.

(Não seria a lareira a única coisa inútil naquela casa, naquelas vidas. Ao longo de dezesseis anos, os fragmentos inúteis foram se

acumulando, e outras goelas menos inofensivas foram se abrindo no solo que firmava e formava as raízes comuns: não suspeitavam de nada, mas não seria por falta de superfícies ocas que tudo um dia ruiria. Era uma espécie de palpíte que se encravava nele. E embora parecesse ou fosse mesmo sólido, de espaços a espaços – na casa, na vida, nos afetos – havia zonas ocas também, vazios que eles mesmo foram erguendo ao longo dos anos, e alimentando, como a pequeninos, inapetentes monstros que jamais crescessem o suficiente para devorá-los.)

– Se você quiser, eu assumo a responsabilidade pelo acréscimo. Pago o custo da lareira.

– O problema não é esse. Mas se vocês quiserem, teremos a lareira.

– Eu sabia que você compreenderia.

Abraçou-o, roçando a boca em seus cabelos, na carícia que significava promessa e recompensa. Ele então chamara o arquiteto, aprovara a lareira, anotara o custo, somara mentalmente a despesa do acréscimo com outros acréscimos, estava dentro do orçamento, e subitamente ficou contente – mais uma vez contente – de ter sido pródigo e bom para com ela, para consigo mesmo.

Pois a lareira ali está, inútil é verdade, mas decorativa. No verão, faria péssimo efeito junto ao aparelho de ar refrigerado que colocariam ao lado. Mas não ia brigar por tão pouco, e, além do mais, tivera o seu quinhão naquela noite em que aprovara a lareira, ela fora dócil e generosa no amor. Ao lembrar que havia generosidade em sua mulher, deu-se por compensado.

– “Valeu a lareira!” (CONY, 1964a, p.8)

As soluções estilísticas encontradas na crônica “Da salvação da Pátria” e no excerto do romance são muito próximas. No primeiro caso, num processo metonímico, Cony aponta o ridículo de todo o golpe militar a partir de dois paralelepípedos fazendo as vezes de barricada, servindo de alegoria ao aspecto burlesco da “revolução” e ao acovardamento de seus espectadores passivos. A carga crítica não vem, portanto, de um processo argumentativo, mas sim de um estilo literário que, com amargo humor, ridiculariza as manobras militares atentando à “grandeza do miúdo”, para usar a expressão de Antonio Candido; já no fragmento de *Antes, o verão*, é uma lareira que cumpre a função alegórica de um relacionamento que está em seus estertores e precisa de ícones frouxos para uma sobrevida.

É por meio do uso, portanto, de uma linguagem literária estabelecida, erigida com estruturas semelhantes àquelas identificáveis em outras produções suas, não explicitamente políticas e não necessariamente pertencentes ao gênero crônica, que Cony consegue dar grandeza a “Da salvação da Pátria”. Trabalhada com menos apuro, a temática poderia gerar um mero panfleto político de

curta sobrevivência; com o cuidado de criação a que foi submetido, no entanto, o texto transcende sua origem e atinge o universal. Sua leitura faz sentido mesmo para quem desconhece as circunstâncias do golpe militar brasileiro de 1964, alegorizando qualquer situação de acovardamento perante uma força hipócrita e mantendo relevância histórica e literária.

3.2 “A NATURAL HISTÓRIA NATURAL”

Encontro no livro escolar de minha filha (terceira série primária) algumas sábias classificações que valem a pena recordar ou aprender. Nas páginas 164 e seguintes, encontramos: “Invertebrados – Dividem-se em artrópodes, moluscos, vermes, equinodermos, celenterados e protozoários.”

Entre os artrópodes, destaquemos os moluscos: “têm o corpo mole, uns vivem dentro de uma concha, outros não. Exemplos: lesma, polvo, caracol. O caracol é célebre pela ausência de cérebro”. Mas são de moral ilibada, incorruptíveis, bem podiam participar do Alto Comando que nos rege e guia.

Mas há os protozoários. O livro da terceira série assim os explica: “São os protozoários os seres mais simples. São de tamanho minúsculo e, apesar de infinitamente pequenos, constituem um sério pequeno para a vida dos homens; referimo-nos aos micróbios de origem animal, que são protozoários causadores de muitas doenças. Só podem ser vistos através de microscópios.” Mas em horas de convulsões cívicas, os protozoários são vistos facilmente através da televisão.

Falando ainda sobre animais, o manual de terceira série expõe algumas generalidades.

“Os animais não podem viver sem alimento, e, por isso, eles comem e bebem. Uns comem carne, como o gato e a onça. Outros alimentam-se de ervas ou grãos, como a galinha e o peru. Outros, os mais numerosos, comem de tudo.”

E há o capítulo das metamorfoses:

“Há animais que têm mais ou menos a mesma forma desde que nascem e outros que mudam de forma enquanto se desenvolvem”

E, finalmente, o curioso e atual capítulo intitulado: “Meios de defesa dos animais”. Vamos transcrevê-lo na íntegra:

“Os animais vivem em luta constante, uns contra outros. Por isso, a natureza deu a todos eles meios de defesa com os quais se defendem. Há animais que se defendem com:

- a) os chifres (o touro, o veado, o carneiro, etc.);
- b) os dentes (a onça, o cão, o porco, etc.);
- c) as patas traseiras (o cavalo, o burro, a zebra, etc.);
- d) os pêlos (o porco-espinho);
- e) o casco (a tartaruga, o tatu, a ostra, etc.);
- f) a cauda (o jacaré, a baleia, etc.);

- g) a tromba (o elefante);
- h) o mau cheiro que exalam (o percevejo-do-mato, o gambá);
- i) a cor que tomam (a perereca, o camaleão, etc.)
- j) a atitude que tomam (fingindo-se mortos).”

A lição termina com o parágrafo dedicado à expressão: “Certos animais entendem-se por meio de uivos e guinchos; o homem, por meio da linguagem articulada, isto é, por meio da palavra. O homem é o único elemento da natureza que tem o dom da palavra.”

Minha filha decorou essa sabedoria toda e pretende fazer boa prova. De tanto ouvi-la repetir isso tudo, quase que acabei decorando também. E aproveito a oportunidade para oferecer a gregos e troianos, reacionários e revolucionários, guardiães da ordem vigente e pilares da sociedade, essa modesta contribuição à análise de cada um.

De protozoários estamos cheios, transbordam pelas ruas, pelos quartéis, pelas repartições, caem do céu, sobem da terra: é uma invasão. De animais que se defendem com o mau cheiro que exalam – a prudência me aconselha o silêncio. Mas é arma eficaz, tanto na guerra como na paz. Sugeriria que os estrategistas bélicos incluíssem esse importante meio de defesa entre as nobres armas que velam pela Pátria.

Finalmente, há os animais que se comunicam através de guinchos e uivos. Tive o desprazer, em dias de semana passada, de receber alguns telefonemas desses animais.

Além dos animais que se comunicam com uivos e guinchos, há o homem. O livro, embora primário, é categórico ao afirmar: “só o homem tem o dom da palavra”.

E é através da palavra, é pronunciando-a clara e corajosamente, sem medo, que podemos unir todos os homens e a eles nos unir contra todos os animais que para sobreviverem exalam mau cheiro, mudam de feitio e cor, usam chifres e patas.

Animais que para sobreviverem precisam da força e da estéril tranqüilidade que só a imbecilidade dá e sustém (CONY, 2004a, p.39).

Este é mais um exemplo de crônica em que Cony parte do núcleo familiar para desenvolver seu texto. O assunto se desvela a partir do momento em que o autor se depara com o que está escrito no livro escolar de sua filha. Novamente, como prerrogativa da crônica em relação a outros gêneros jornalísticos, não é fundamental saber se as informações repassadas ao leitor realmente são fiéis às encontradas ao referido livro escolar; uma hipotética manipulação da realidade (ou completa elucubração ficcional) é admissível para fins de envolvimento do leitor e demonstração de um ponto. Por outro lado, todos os trechos transcritos do suposto livro escolar são absolutamente verossímeis, podendo muito bem ser

verdadeiros. A captação da situação cotidiana transcende a necessidade do rigor histórico: se os fatos não aconteceram tais quais descritos, poderiam muito bem ter acontecido, e da forma como Cony os expõe são perfeitamente reconhecíveis em sua função alegórica.

Logo à primeira frase do texto, o autor destaca que o livro escolar de sua filha é da terceira série primária; ainda assim, contém classificações “sábias”. Estabelece-se ao mesmo tempo a relação de intimidade com o leitor – afinal, está sendo compartilhado o cotidiano de sua filha de aproximados nove anos – e já se prenuncia o estranhamento por meio do qual será descarregada a ironia do texto: um escrito destinado a crianças de terceira série dificilmente poderia ser considerado “sábio”. Numa leitura descontextualizada, todo o primeiro parágrafo poderia ser tomado como despropositado ou indecifrável. Segundo o modelo padrão de produção cronística no Brasil, no entanto, o autor goza de um espaço repetido em um veículo da imprensa para publicar suas opiniões, com o cronista podendo supor de leitores mais fiéis o acompanhamento de seus textos, que muitas vezes utilizam como referência crônicas anteriores; àquela altura, os leitores mais assíduos do *Correio da Manhã* já estavam habituados a ler na coluna de Cony ataques sistemáticos ao regime militar (“A natural história natural” foi publicada originalmente em 19/04/1964), de modo que poderiam ser antecipadas na leitura dos primeiros momentos da crônica as “segundas intenções” do texto; para os leitores que têm o primeiro contato com o texto a partir do formato livro na coletânea *O ato e o fato*, toda dedicada a um único tema, a procura de índices de ataque à ditadura se torna quase natural. Assim, é adequado dizer que logo ao primeiro parágrafo da crônica o ponto central já está exposto: os governantes do Brasil, naquele momento, na opinião do autor, têm um nível intelectual abaixo de crianças de terceira série, podendo ser comparados a seres primários, cujas menções podem servir de ofensa, como a ameba (protozoário associado a pouca inteligência) e os vermes de modo geral (frequentemente usados em sentido conotativo para tachar pessoas vis). A advertência de que é preciso recordar lições de terceira série é um recado direto aos militares.

É no segundo parágrafo que Cony revela explicitamente a quem a crônica se dirige, aumentando a intensidade dos ataques ao mesmo tempo em que o texto ganha em humor. Em um primeiro momento, só a descrição isolada dos moluscos, de corpo mole e vivendo dentro de uma concha (expressões comuns para

se referir à pusilanimidade e à covardia), com o destaque para a ausência de cérebro do caracol, é suficiente para que o leitor inserido no contexto da situação (seja acompanhando à produção de Cony à época ou lendo, em qualquer tempo, o volume *O ato e o fato*) entenda o bem-humorado ataque aos generais do governo. Para situar leitores inadvertidos, no entanto, o autor faz questão de explicitar a comparação, dizendo que mesmo com baixa capacidade intelectual, os moluscos são “de moral ilibada, incorruptíveis, bem podiam participar do Alto Comando que nos rege e guia”. O texto perde em sutileza e ganha em virulência.

A partir desse momento, em que o alvo do ataque está identificado, a necessidade de intervenção do autor torna-se mínima, apenas surgindo em comentários espirituosos pontuais. A transcrição do conteúdo do livro escolar sustenta a crônica, contendo dados que podem ser lidos como comentários pouco lisonjeiros aos governantes de então. Os protozoários (aparecendo aqui como metáfora dos militares) são de “tamanho minúsculo” (referência à pequenez), “constituem um sério perigo para a vida dos homens” (e, por extensão, dos brasileiros vitimados pela arbitrariedade do regime) e só são vistos “através de microscópios” (possível alusão ao fato de que o real caráter dos militares não transparecia numa análise superficial, ou, em linguagem popular, de que os ditadores “escondiam o jogo”).

A voracidade dos militares (“comem de tudo”) e o casuísmo (“mudam de forma enquanto se desenvolvem”) também são ironizados antes de o autor partir para a transcrição de uma lista de meios de defesa dos animais; interessante notar que, se aceito o pressuposto de que a redação original veio de um livro escolar, o texto foi escrito de maneira involuntariamente cômica; o cronista, agora sim voluntariamente, percebe seu potencial metafórico e o usa com precisão. Praticamente todos os itens da lista podem ser traduzidos como ofensa mais ou menos enviesada, tanto nos meios usados para a defesa como nos animais citados. Há desde alusões mais grosseiras como “mau cheiro que exalam”, “chifres” (costumeiramente referência à traição conjugal), “veado” (designador popular do homossexual masculino) e “burro” (xingamento comum para as pessoas estúpidas) até referências mais sutis, como o “fingir-se de morto” usado como meio de defesa. A assunção do cronista (que não pode ser comprovada como falsa) de que todas essas referências são mera transcrição de um livro escolar tornam aceitáveis as

pesadas agressões, embora o uso da lista para efeito de comparação com os militares seja claro.

As referências ao livro escolar terminam quando se lembra que o homem se sobressai em relação aos outros animais por meio da palavra, donde se depreende que, para Cony, os militares estavam afastados da condição humana.

Iniciando a conclusão, Cony afirma que sua filha decorou “essa sabedoria toda” e pretende fazer boa prova: o autor deixa claro que sua mensagem não é difícil de ser captada, sendo absorvível por uma criança, e a retransmite retomando as comparações de maneira ainda mais evidente. O tom de pregação é evidente, querendo abranger a todos, os dispostos ou não a ouvir sua mensagem, “gregos e troianos, reacionários e revolucionários, guardiães da ordem vigente e pilares da sociedade”.

Os protozoários são novamente relacionados aos militares pelo uso da palavra “quartéis”, e os animais que se defendem com mau cheiro são sugeridos sarcasticamente aos “estrategistas bélicos” como passíveis de inclusão no arsenal do Exército brasileiro. O uso da expressão “nobres armas” para caracterizar um arsenal que permitiria a entrada de itens tão torpes como “animais de mau cheiro” é exemplo de ironia advinda do uso de expressões pomposas, uma constante em todo *O ato e o fato* e, de maneira geral, na prosa de Cony.

As metáforas animaiscomas com fins de afrontamento ao regime militar prosseguem quando o cronista relembra o episódio em que recebeu telefonemas ameaçadores de pessoas revoltadas com os seus textos de ataques à ditadura (episódio este que já havia sido descrito em editorial do *Correio da Manhã* e seria posteriormente transcrito em *O ato e o fato*; inteligível, portanto, a grande parte dos leitores da crônica, tanto na época de sua escrita como na posteridade). Os autores das ameaças são identificados como “animais que se comunicam através de guinchos e uivos”.

O fato de o homem ter o dom exclusivo da palavra é novamente lembrado para o desfecho da crônica, clara conclamação para a luta contra o regime. O trecho “é através da palavra, é pronunciando-a clara e corajosamente, sem medo, que podemos unir todos os homens” tem um estilo de franco sabor bíblico, recurso que se mostraria recorrente nas páginas de *O ato e o fato*, quiçá advindo dos anos de seminarista do autor. Mas o tom pomposo de enlevo é rapidamente desfeito: a união deve vir para derrotar os animais que exalam “mau

cheiro, mudam de feitio e cor, usam chifres e patas” e precisam da força que “a imbecilidade dá e sustém”. Para demonstrar as referidas medidas que a situação requeria, Cony renuncia aos rodeios literários e termina sua crônica numa adaptação ao estilo que no momento imediatamente anterior havia apontado como o correto: usando de clareza e coragem, ataca a estupidez do regime militar.

3.3 “FARTO MATERIAL SUBVERSIVO”

Uma vez que os tempos não se adaptam aos nossos modestos apetites, o remédio é nos adaptarmos aos apetites do tempo. Esta sutil operação cívico-espiritual deve ter um nome pomposo na filosofia aristotélica ou na teologia tomista, mas não me lembro qual. Mesmo porque os tempos não estão propícios à filosofia e à teologia. Essas extravagâncias intelectuais foram em boa hora substituídas pelo Regulamento Disciplinar do Exército, RDE para os íntimos.

E assim sendo, acertaremos o passo com a cívica patriotada que por aí anda. Vejo nos jornais que é de bom alvitre – alvitre prestigiado e compensado pelas Forças que nos regem e guiam – delatar pessoas e locais onde Polícia ou Exército possam encanar os lacaios de Moscou, Pequim, Havana ou outras cidades da atual geografia subversiva. Ainda não tomei conhecimento de qualquer batida cívico-policial-militar que não resultasse na ingloria cana de traidores da Pátria que tramavam a degola de nossas criancinhas e o aviltamento de nossas instituições e na colheita de farto material subversivo. Aliás, esse farto material subversivo é apanhado aos quilos: “Os caminhões do Dops recolheram duzentos e setenta e três quilos e quatrocentos gramas de farto material subversivo.”

A relação é inquietante. Bustos do Sr. Luís Carlos Prestes, flâmulas da União Nacional dos Estudantes, bandeiras de Cuba, edições completas de Dostoievski. Leio, aterrado, que numa sangrenta célula de Brás de Pina foi apreendido um disco de alta periculosidade: trechos seletos de *Boris Godunov*.

Entro em pânico. Lá em casa, por conta de uma subversiva *Enciclopédia Britânica* que herdei de meus maiores, há um verbete (*flag*) ilustrado com uma subversiva bandeira cubana. Vou tratar de, com minhas próprias mãos, expurgar tamanha subversão de meu cristão e patriótico lar, antes que do Dops me expurgue a cabeça, a alma e os livros.

Vou também delatar os inimigos da família brasileira. Hélio Fernandes, Álvaro Americano, dona Pomona Politis, Ibrahim Sued, escribas maiores e menores, mas todos de entranhado amor à Pátria e às Instituições, limitaram-se até agora a delatar inimigos e desafetos, seus e os dos grupos de jornais onde trabalham. Pois vou superá-los: delatarei os meus amigos.

Recolho-me à meditação. Procuo o amigo que, com dedo-duro, apontarei aos prebostes da rua da Relação e da praça da República.

Vejo o perfil helênico-cearense do meu particular e querido amigo Aderson Magalhães, que assina *All Right* para vós outros. Pois dentro daquele perfil helênico-cearense há um paladar subversivo que adora charutos havana. Quando não há havana na praça, *All Right* defuma a redação com seu poderoso *Ouro de Cuba*. Em dias de maior generosidade, já distribuição de charutos e até o bardo anglo-baiano Van Jafa adere à subversão.

Mas não basta delatar os amigos. Vou superar-me: delatarei minha mãe: ela costuma, em dias de convulsão cívica, rezar uma oração contida num velho Goffiné subversivo: *Oração para os dias de Revolução*. A oração diz mais ou menos assim: “Livrai-nos da luta fratricida, das emboscadas do Demônio e da violência dos tiranos, por Nosso Senhor Jesus Cristo, amém.”

Prestado tão relevante favor à causa, resta-me esperar a nomeação para adido cultural no Vaticano ou na Baviera. Se for impossível tamanho favor, se o Alto Comando já estiver comprometido com outros delatores mais substanciosos, arranjem-me pelo menos uma assessoria de imprensa de qualquer empresa estatal ou paraestatal. Os tempos estão magros e o rancho que a Revolução nos promete precisa de suplementos mais ricos em calorias e em vergonha (CONY, 2004a, p.46).

O tom geral desta crônica se pauta pela assunção do autor, com fins cômicos, da retórica comum aos governantes do regime militar, alvo de Carlos Heitor Cony em suas crônicas do período (abril de 1964) para o *Correio da Manhã*. Em se apropriando de termos e estilística habitualmente associados aos militares, e os exacerbando, Cony pretende evidenciar suas incongruências.

O título “Farto Material Subversivo” é claramente irônico, uma vez que todos os materiais posteriormente citados na crônica têm baixíssima periculosidade. A primeira frase do texto, “Uma vez que os tempos não se adaptam bem aos nossos modestos apetites, o remédio é nos adaptarmos aos apetites do tempo”, guarda interesse à medida que pode ser tomada como uma justificativa – ou uma apresentação – do estilo cínico e irônico que tomará a crônica dali até seu encerramento; ao mesmo tempo, seu próprio conteúdo já revela evidente dose de ironia: a mensagem conformista é exatamente o oposto do que pretendia o cronista, que incitava seus leitores a não se resignarem ante as arbitrariedades trazidas pelo golpe.

O deboche fica mais claro quando o autor aponta a filosofia e a teologia como “extravagâncias intelectuais”, banidas pelo Regulamento Disciplinar do Exército, “RDE para os íntimos”. A capitulação às recomendações do regime também é claramente falsa, pois ao mesmo tempo em que se usa a expressão

“acertaremos o passo”, os métodos dos militares são chamados de “cívica patriotada”, expressão pejorativa. Ao encenar a postura de um colaborador do regime, Cony evidencia o ridículo de sê-lo.

O autor mantém o estilo como constante até o fim do texto, numa das poucas exceções em relação a um padrão de *O ato e o fato*: no volume, geralmente as últimas frases de cada crônica renunciam ao humor ácido para passar uma mensagem de ordem, mais combativa e sem conotação; aqui, contudo, os ataques irônicos prosseguem sem quebra ou atenuação.

A delação é vista como sendo de “bom alvitre”, e os delatores são identificados como “lacaio de Moscou, Pequim, Havana ou outras cidades da atual geografia subversiva”. O tom hilariantemente vago denuncia a falta de coerência do mecanismo de repressão comandado pelo regime militar brasileiro de então. Cony prossegue num falso elogio a esse mecanismo repressor, destacando que todas as operações sempre resultam na prisão dos “traidores da Pátria que tramavam a degola de nossas criancinhas e o aviltamento de nossas instituições”. O exagero leva a uma quase instantânea solidariedade para com os detidos pelo regime e impele o leitor a refletir se aqueles perseguidos pela ditadura seriam tão perigosos assim.

A seguir, o tema central da crônica é examinado. O “farto material subversivo” é evidenciado como sendo completamente inócuo; o que os militares reprimem não é um movimento que constitua real ameaça ao governo, mas sim manifestações de simpatia intelectual que, ainda assim, muitas vezes são vagas e pouco conclusivas. Bandeiras, flâmulas, discos e livros, apreendidos aos quilos, só podem constituir subversão em um regime violento e arbitrário. O autor parte, então, à denúncia da formação de uma patrulha ideológica, tema que, como vimos anteriormente, já era constante na literatura de Cony mesmo antes de sua adesão às chamadas “crônicas políticas”.

A estratégia textual é elevar ao paroxismo o comportamento dos delatores, demonstrando até onde se poderia chegar se a perseguição intelectual prosseguisse. Uma enciclopédia com a bandeira de Cuba é vista como “subversão de meu cristão e patriótico lar”, o que além de denunciar o tosco alarmismo por parte dos militares, revela quão prejudicial pode ser a um país um regime de exceção, no qual enciclopédias, símbolos do conhecimento, podem ser tomadas como ameaças.

No quinto parágrafo, alguns nomes de jornalistas que delataram supostos inimigos do regime são citados como exemplos a serem admirados e superados. No contexto de pesada ironia do texto – e de toda a produção cronística de Cony à época –, as menções podem ser vistas como severas acusações de baixa de caráter. Tanto é que o (irônico) modo de superá-los seria a delação de amigos, ato facilmente identificável como abjeto. Alguns dos nomes de jornalistas citados como delatores podem ser de difícil reconhecimento para o leitor de hoje, passados mais de 45 anos da publicação do texto, mas isso não prejudica o entendimento da crônica.

A arbitrariedade do comportamento dos delatores continua a ser parodiada. Fazendo as vezes de dedo-duro, o cronista descreve o momento em que passa os olhos pela redação do *Correio da Manhã* para “meditar” sobre quem é, entre os colegas jornalistas, o amigo que poderia ser denunciado. O escolhido é Aderson Magalhães, pelo simples fato de fumar charutos havana. A maneira simpática como Magalhães é descrito cria um clima surreal na crônica, por se tratar de alguém supostamente prestes a ser delatado sendo visto com bons olhos. Esse clima valoriza ainda mais a demonstração do ponto principal do texto – quão absurda e contraproducente é a postura denunciata.

Chegando ao ápice do exagero, o cronista propõe denunciar a própria mãe – ícone dos mais universais para o amor – pelo simples fato de ela às vezes rezar uma oração denominada *Oração para os dias de Revolução*, que pede proteção contra a “luta fratricida” e contra “a violência dos tiranos”. Por meio da ironia, Cony opera uma interessante inversão: agora, quem está retratado como perigosos são os militares e os delatores, expostos como capazes de denunciar a própria mãe. Os símbolos são escolhidos rigorosamente: além do fator materno, a postura supostamente ofensiva seria uma oração – deve se lembrar que o golpe militar veio apoiado de uma retórica conservadora que pretensamente conservava os valores católicos.

Pode-se depreender que, se seguida a lógica de denúncias, estariam sendo atentados até os valores caros aos próprios perpetradores do golpe. Do regime militar (e de seus mecanismos de sustentação), é feita uma imagem caótica – o que é tanto mais instigante se se considerar que tradicionalmente à esquerda foi atribuída a pecha de “baderneira” e a direita política sempre se arrogou a qualidade de “ordeira”.

Como desfecho da crônica, Cony pede como compensação pelo seu comportamento pretensamente patriótico algum cargo oficial, de “adido cultural no Vaticano ou na Baviera” ou uma “assessoria de imprensa de qualquer empresa estatal ou paraestatal”. Embora o cronista não dê exemplos, é insinuado que o clientelismo e a troca de favores já tomavam conta do governo. Soma-se aos ataques contra a arbitrariedade e violência do regime uma enviesada denúncia de corrupção – o que torna a crônica um tanto mais agressiva, por colocar em dúvida a propalada honra do Exército. A frase final mantém o tom, ao clamar pela necessidade de vergonha.

A precisa ironia de Cony realiza a desconstrução do regime: os desavergonhados, anticristãos e agentes de subversão da ordem são os próprios militares, não quem os contesta.

3.4 “A HERANÇA”

Do dia 1º de abril até ontem, foram presas milhares de pessoas. Não sabemos os nomes, as profissões e os pensamentos dessas pessoas. Sabemos apenas que estão presas em algum lugar – ou em qualquer lugar. Pelas cartas que nos chegam, pelas informações que subitamente colhemos numa entrelinha de noticiário, sabemos que a maioria desses presos nem sequer foi interrogada ainda. Estão presos há mais de 30 dias, nem sequer sabem por que estão presos. O drama dessa gente – infelizmente – é um assunto à parte. Tão perplexos quanto os presos estão alguns cidadãos que tiveram seus direitos e mandatos cassados: não lhes foi pedido um esclarecimento, uma declaração. Muitos deles – tal como os presos – perderam tudo e não sabem por que perderam tudo. Para citar alguns nomes: o professor Anísio Teixeira, o economista Celso Furtado, o jornalista Edmar Morel. Exagero quando digo que perderam tudo. Alguns já receberam propostas do estrangeiro para cargos honrosos.

Mas voltemos aos presos. João de Tal, pardo, 35 anos, metalúrgico, na manhã do dia 10 de abril chegou a seu local de trabalho e foi preso. Levado no tintureiro que ele viu lá no morro onde mora: no dia em que prenderam *Tião Medonho* e o retiraram, ferido, do barraco-fortaleza. Pois no mesmo tintureiro dedicado aos criminosos, João de Tal é carregado pelas ruas da cidade e, de repente, jogado num pátio onde 200 ou 300 Joões de Tal estão vivendo a mesma tragédia.

João de Tal é homem. Suporta estoicamente o cimento frio do pátio, o fedor das secreções em volta, a comida incerta e deteriorada. Suporta até mesmo o espancamento esporádico que os policiais ou

os militares promovem para “baixar o moral da rapaziada”. João de Tal não sofre por isso nem com isso.

Sofre mais, porém. Deixou em algum lugar a família. Mulher, sei lá quantos filhos, talvez um agregado, que tanto pode ser um amigo tuberculoso, um papagaio, um cachorro ou um parente afastado de sua mulher. Na tarde do dia 10, toda essa gente esperou inutilmente pelo chefe da casa – daquilo que com algum esforço se pode chamar de casa. A noite caiu e caíram também a incerteza e a impotência: desastre do trem, acidente no trabalho, ou simplesmente a emboscada estúpida em qualquer biboca por aí.

Talvez alguém tenha mencionado a Polícia ou o Exército. João de Tal gostava do PTB: vira um candidato a vereador, há tempos, distribuir flâmulas do partido. Havia duas cores fatais: vermelho e negro. João de Tal entregou a alma e o corpo àquela flâmula rubro-negra. Pendurou-a em sua sala, ao lado da outra flâmula – flâmula não, pavilhão rubro-negro. Era a decoração e o orgulho da casa.

João de Tal não poderia ser preso por isso. Muita gente no morro também era PTB, era até comunista, e continuava solta, saía para o trabalho todos os dias e todos os dias inexoravelmente voltava.

Não foi preciso sindicatar muito. Um vizinho trabalhava no Ministério da Educação. Não era doutor, era simplesmente ascensorista. Pois o ascensorista recebeu um papel para declarar o nome dos conhecidos que eram subversivos. O ascensorista perguntou a uma funcionária da biblioteca o que era subversivo, a funcionária respondeu firme: “É ser do PTB!”.

A delação foi feita e o ascensorista não sabe que ao lado de sua casa, por culpa na qual ele não chega a ter culpa, uma família inteira mais o agregado – talvez apenas um papagaio – esperam inutilmente que João de Tal volte com seus braços fortes para o sustento de todos. Com seus dentes brancos para o sorriso de todos.

Para atender a essa gente, a todos os Joões de Tal que não voltaram ou não voltarão um dia, espero merecer a atenção e o respeito de todos. É preciso que alguém faça alguma coisa. E já que não se pode mais pedir justiça, peço caridade (7-5-1964) (CONY, 2004a, p.63).

O título da crônica, “A herança”, é um tanto vago – recurso comum para instigar e captar eventuais leitores. Ao final da leitura do texto, no entanto, se não há vagueza, ainda há uma gama de possibilidades a considerar.

Nesta crônica que é uma crítica tanto à violência do regime militar quanto ao pernicioso espírito denunciata que o acompanhou, a que herança Cony se refere? A herança nefasta legada pela ditadura de um modo geral? A herança de incentivo de delações patrocinada pelo mesmo governo? A herança que o personagem João de Tal estaria deixando de transferir aos seus familiares? A herança que o próprio cronista tenta espalhar, de inconformidade para com os

desmandos do governo? Todas essas explicações são, em maior ou menor grau, adequadas.

Note-se que a palavra “herança” não pode ser encontrada nem sequer uma única vez no corpo do texto. Sua significação, contudo, paira sobre seu conteúdo em diversas significações, num demonstrativo de abrangência literária.

Grosso modo, a crônica pode ser dividida em três distintas partes. Os dois primeiros parágrafos são essencialmente informativos. Tratam de explicar a situação – que já se revelava nos primeiros meses de regime militar e que se tornaria comum até pelo menos o início do processo de abertura política – na qual pessoas eram arbitrariamente detidas, de modo repentino e sem grandes explicações, por serem supostos inimigos do governo, mesmo sem terem seus delitos expostos abertamente.

Cony denuncia a pouca clareza dos métodos do regime e a censura que já começava a se manifestar: os presos são “milhares”, estão trancados em “algum” ou “qualquer” lugar. Só se pode saber de alguma coisa com mais precisão por cartas alheias ou “entrelinhas de noticiário” – o cronista explicita aqui a impotência da imprensa. A linguagem vaga das primeiras linhas do texto condiz perfeitamente com a situação dos presos a que o autor se refere. Só ao final do segundo parágrafo, em contraponto, o autor cita nomes de figuras notórias que estavam entre os detidos e, com cinismo detrator do reconhecimento dado pelo país a seus intelectuais, afirma que se não perderam tudo foi porque receberam “propostas do estrangeiro”.

Do terceiro parágrafo até quase o fim do texto, a linguagem muda de predominantemente informativa para um tom de narração. Cony dá figura ao tema que esboçou nos dois primeiros parágrafos por meio de uma alteração estilística típica do gênero crônica, que aqui serve tanto para dar maior clareza ao ponto crítico que o autor quer demonstrar quanto para enriquecer literariamente o texto.

O personagem é sintomaticamente batizado de João de Tal – um índice tanto da popularidade da figura (metalúrgico, morador do morro) quanto da insignificância indistinta a que os adversários do regime eram reduzidos (o João protagonista é jogado num pátio com mais “200 ou 300” outros Joões). Pela disposição das informações prévias no texto já se podia aferir o teor de crítica com a qual o autor trata a situação, mas só aqui ela é adjetivada: João de Tal vive um momento “trágico”.

Tragédia exposta mais claramente no parágrafo seguinte, no qual se fala claramente de tortura (“espancamento esporádico”) e das condições sub-humanas a que é exposto o alegórico personagem. Para aumentar o desconforto do leitor e a inserção no drama do personagem, a linguagem resvala na escatologia (“fedor das secreções em volta, a comida incerta e deteriorada”).

Do asco, parte-se à tentativa de comoção: no quinto parágrafo, o autor envolve a família de João de Tal como recurso dramático. Curioso notar como Cony costumeiramente tem a família como símbolo a ser combatido – “[...] a família, cédula da sociedade, é hoje um instituto falido. Precisa de uma reforma substancial e corajosa” (CONY, 1964b) –, mas aqui, para fins de propaganda anti-regime, usa-a como símbolo para despertar solidariedade pela figura do personagem. Habilmente, joga-se com os sentimentos do leitor: se ele não se sentiu tocado com a descrição seca das penúrias às quais João de Tal é submetido, tem outra possibilidade de identificação quando o protagonista é inserido num amoroso núcleo familiar.

A história não cai na pieguice pela inteligência com a qual Cony manipula as imagens da sucessão aleatória de fatos que levaram João de Tal à prisão, numa comédia de erros: a inocência da bandeira rubro-negra do PTB ao lado da flâmula flamenguista é particularmente forte, ilustrativa da ingenuidade do personagem e de sua posição como “homem do povo”.

Também digna de nota é a colocação do antagonista de João, o ascensorista que o denuncia, numa posição tão ingênua e frágil quanto a do próprio protagonista preso. Passa-se a impressão de que o delator de hoje pode ser o próximo a ser denunciado, imerso numa maquinaria cruel e invisível comandada por forças maiores: o inimigo a combater é o regime militar.

Entendendo a crônica de Cony como propaganda anti-ditatorial, pode-se perceber que o autor lança mão de distintos métodos para indispor o leitor contra o governo, alternando estilos para abranger pontos onde diferentes leitores podem ser distintamente suscetíveis. Primeiramente, nota-se a exposição crua das injustiças do regime por meio da linguagem informativa; logo a seguir, usa-se uma narrativa moralizante, na qual a linguagem pode ser mais carregada; por fim, o último parágrafo marca uma nova divisão do texto, que atinge seu clímax. Só com informação e tensão dramática já propiciadas Cony se sente à vontade para usar o discurso em primeira pessoa, explicitando um tom de franca conclamação.

O jogo de alternâncias empregado durante toda a crônica se repete no último trecho: se o tom geral é imperativo – “É preciso que alguém faça alguma coisa” – e alarmista – na passagem “Joões de Tal que não voltaram ou não voltarão um dia” o leitor comum é sutilmente levado a se incluir no rol de pessoas que podem subitamente ter o mesmo destino do protagonista da crônica –, a palavra final do texto é antagonicamente doce: caridade.

3.5 “WATERLOO E O DESCONFIÔMETRO”

Temos evitado analisar em profundidade os subterrâneos da quartelada de 1º de abril. Fincamos pé numa atitude superficial: atacamos os homens e as instituições que afloraram com a violência e a idiotice. Insultamos sim, porque nos insultaram: a gorilização e a boçalidade imperantes são um insulto à Nação inteira.

Gostaria de dispor de mais tempo e espaço para aprofundar minhas críticas. Mas as violências são tão repetidas, a prepotência de tal forma é continuada – que acabamos tontos sem saber em quem atirar. Mas já é hora de uma ligeira pausa no ataque. E de um convite à reflexão. Gostaria de fazer sentir aos honrados militares que subiram ao Poder o papel de tolos que estão fazendo. Por trás das chamadas reivindicações morais das reservas também morais que aí estão, há os interesses confusos e amorais dos trustes internacionais e nacionais. São muitos ais para uma frase e uma Pátria só.

Honra seja feita: a nenhuma cabeça decente deste País caberá pôr em dúvida a honestidade pessoal de um Castelo Branco, de um Denys, de um Costa e Silva. São homens probos, que chegaram ao fim de suas carreiras dignificados por uma vida exemplar.

Mas não basta ser honrado ou digno para se fugir ao inocente papel de brinquedo de interesses escusos. Bem-intencionados embora, estão os nossos marechais servindo aos apetites que voltam a se agrupar contra o Brasil após uma fase de retraimento ditada pela consciência nacionalista que nem os desmandos do Sr. João Goulart conseguiram estragar ou diminuir. Os mercados estão sendo reloteados após a nossa quartelada. E na imprensa norte-americana cessaram subitamente os ataques à ditadura de Stroessner. Para quem não é burro, tudo isso significa muita coisa.

Lembro uma história que contei há tempos. Dominique Trizt, de quatro anos de idade, divertiu-se a tarde inteira jogando fora as jóias de sua mãe e o dinheiro de seu pai. Do lado de fora, “um rapaz grande e engraçado” ia recolhendo as jóias e o dinheiro. Até hoje a Polícia procura esse rapaz grande e engraçado que incentivou a inocente brincadeira de Dominique Trizt.

Nós conhecemos, de sobra, esses rapazes grandes e engraçados que se aproveitam de nossa ingenuidade e de nossos rompantes emocionais. Que exploram nossas crises domésticas. Têm nomes

norte-americanos, franceses, ingleses, canadenses, italianos, alemães e japoneses.

E já que estamos com a mão na massa, vamos citar um outro exemplo, esse clássico: o do personagem de Stendhal que saiu ao mundo e, nos primeiros dias de sua peregrinação, entrou em campo. Viu soldados passando e dois generais a cavalo, abatidos, os capotes cerrados sobre o pescoço. O camarada andou muito e, só anos depois, foi saber que havia presenciado a cena final de Waterloo. Os soldados que andavam, na realidade, recuavam. E os generais que passaram a seu lado eram dois nomes famosos: Ney e o próprio Napoleão. A falta de perspectiva fez com que o personagem ignorasse a História que estava se fazendo às suas barbas.

Nossos marechais de hoje têm muito desse personagem stendhaliano. Não possuem perspectivas da batalha que eles mesmos pensam estar promovendo. Não sabem que há um recuo econômico e moral. Não sabem que a retirada começou. Não sabem que estão arando num campo de derrota.

Não se pode cobrar tamanha lucidez aos marechais de 1º de abril. Mas aqui fica uma advertência: analisem detidamente o pano de fundo dessa revolução idiota. Liguem o desconfiômetro – se é que dispõem de algum desconfiômetro. E verão que estão fazendo o triste papel de cooperar com o leilão de mercados e produções – leilão anti-histórico, antinacional, anti-humano.

Enfim, cada soldado tem o Waterloo que merece. Ainda que esse Waterloo tenha o nome ridículo de 1º de abril. (CONY, 2004a, p.72)

A crônica começa com um primeiro parágrafo que funciona praticamente como uma carta de intenções de Cony sobre seus textos daquele período imediatamente posterior ao golpe militar, que dariam origem ao volume *O ato e o fato*. O autor admite que as nuances do governo não são analisadas profundamente em suas crônicas, restritas a uma “atitude superficial”: atacar “os homens e as instituições que afloraram entre a violência e a idiotice”.

A análise metalinguística explicita o processo alegórico pelo qual as crônicas de Cony (naquele período) são geralmente construídas: um pequeno fato é tomado como representação simbólica de uma realidade mais ampla, a fim de facilitar a exposição das iniquidades do sistema político que estava sendo combatido pelo autor. O processo também diz muito sobre o modelo de produção da crônica moderna brasileira de um modo geral: saber reconhecer a “grandeza do miúdo” (CANDIDO, 1992, p.14) é um dos valores mais exaltados no gênero.

A justificativa para os assumidos insultos que Cony vinha repetindo em sua coluna do *Correio da Manhã* é interessante à medida que constitui por si mesma um insulto adicional: “a gorilização e a boçalidade imperantes são um insulto

à Nação inteira”. A frase seguinte, “Gostaria de dispor de mais tempo e espaço para aprofundar minhas críticas”, também é sintomática do gênero em que o autor está inserido: com limitações de tempo e espaço, o cronista deve fazer valer a graça de seu estilo superar a falta de rigor histórico e as deficiências de apuração. Quando o tema passa pela esfera política – em vez de algo mais subjetivo como a temática sentimental ou comportamental –, essas limitações do gênero podem ser temerárias, gerando o risco de incorrer na superficialidade ou mesmo na leviandade. Cômico desses riscos, Cony opta assumidamente em *O ato e o fato* por não se aprofundar em análises políticas, preferindo captar o espírito daquele tempo a partir de sua observação pessoal e, com seus dotes de escritor, transformar o restrito material em peças críticas – que, talvez por seu caráter minimalista, sustentam-se melhor no tempo do que artigos pormenorizados, que podem soar datados e indecifráveis a quem não está inteirado do contexto. A força literária auxilia a perenidade das crônicas.

No caso de “Waterloo e o Desconfiômetro”, o tom irônico de praxe das crônicas de *O ato e o fato* é abrandado em favor de uma retórica que se pretende de conselho aos militares que estão no poder: “Mas já é hora de uma ligeira pausa no ataque. E um convite à reflexão”. Em verdade, os ataques continuam, com termos como “revolução idiota” permeando o texto. O que há é uma adaptação de estilo em virtude do ponto principal que Cony quer demonstrar em sua crônica: os militares brasileiros estariam servindo de joguete para a concretização de interesses financeiros de outros países do então chamado “primeiro mundo”, especialmente os Estados Unidos. Cony absolutamente não apresenta provas do que está tentando demonstrar, mas o ar de “conversa fiada” da crônica, enriquecida pelo repertório pessoal de citações e referências do autor, permite que o texto se desenvolva de maneira plausível. Ademais, a posteridade daria razão a Cony, com estudos que atestam a interferência estrangeira no desenrolar do golpe militar de 1964 (GASPARI, 2002, p.59). A gravidade do tema é amenizada com jogos de palavras (como nesta em que a repetição de “ais” lembra a interjeição de dor: “[...] há os interesses confusos e amorais dos trustes internacionais e nacionais. São muitos ais para uma frase e uma Pátria só”) e referências pessoais e literárias.

No terceiro parágrafo, o elogio à honra pessoal dos marechais parece sincero, numa exceção ao estilo costumeiro de então, constantemente carregado de ironia. Adiante, Cony acrescenta: “não basta ser honrado ou digno

para se fugir ao inocente papel de joguete de interesses escusos”. Os índices apontados pelo autor para justificar sua observação são frágeis: uma afirmação sem dados que a corroborem (“Os mercados estão sendo reloteados após a nossa quartelada”) e uma insinuação vaga de conexão internacional ao apontar que a imprensa norte-americana subitamente havia parado de atacar a ditadura do então presidente paraguaio, general Alfredo Stroessner. As referências aleatórias que se iniciam no quinto parágrafo são muito mais numerosas e eficientes no sentido de aproximar o leitor da posição do cronista: por meio de analogias e pela demonstração de erudição pessoal, consegue-se o efeito persuasivo e a tendência é acreditar no que o cronista escreve.

A primeira analogia recorre a uma história que Cony já havia registrado em crônica intitulada “Eis: os fatos”, reproduzida em sua coletânea anterior, *Da arte de falar mal* (CONY, 1963, p.77). Enquanto um menino de quatro anos de idade ingenuamente joga dinheiro e joias dos pais pela janela, um adulto “grande e engraçado” incentiva o ato e recolhe o lucro. Fazendo da pequena trama uma parábola, Cony identifica o menino com os governantes brasileiros e o adulto com os estrangeiros “que exploram nossas crises domésticas”.

Passando para outra referência mais erudita, Cony cita passagem (sem identificá-la) do romance *A Cartuxa de Parma*, de Stendhal. O protagonista vê o desfecho da batalha de Waterloo, que selou a derrota do Exército de Napoleão Bonaparte, desenrolar-se a sua frente e, por falta de perspectiva histórica, não consegue identificar a importância do momento. A comparação impressiona à medida que o uso de citação literária dá autoridade à argumentação. Ademais, a linguagem poética contribui para fortalecer a desconstrução dos “marechais”. A anáfora do antepenúltimo parágrafo é particularmente bela e se erige em um crescendo: os marechais “não possuem perspectivas”, “não sabem que há um recuo”, “não sabem que a retirada começou” e “não sabem que estão arando num campo de derrota”.

Na conclusão, cessam as analogias e há um recado direto aos militares, “[...] analisem detidamente o pano de fundo dessa revolução idiota. Liguem o desconfiômetro”, para logo depois se retomar a metáfora de Waterloo no último parágrafo.

A estratégia de usar personagens literários para ilustrar situações políticas iria se tornar uma constante na carreira de Cony, muito depois de o regime

militar chegar ao fim. É interessante comparar trechos da crônica “FHC sabe javanês” (ANGELI; CONY, 2000, p.11), publicada originalmente na *Folha de S. Paulo*, em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso era ministro da Fazenda de Itamar Franco, com a mais antiga “Waterloo e o Desconfiômetro”.

“FHC lembra aquele homem que sabia javanês do conto de Lima Barreto. Precisavam de alguém que soubesse javanês, o cidadão apresentou-se e foi aceito. Como ninguém sabia javanês, ele ganhou fama e espaço na mídia: era o homem que sabia javanês e pronto. [...] De um homem que sabe javanês esperam-se coisas formidáveis. [...]

A única diferença entre FHC e o personagem do conto é que homem que sabia javanês sabia que não sabia javanês. FHC é o primeiro a acreditar que sabe javanês”.

O modo de desqualificar personagens históricos pelo cotejo com personagens literários é bastante semelhante. Até mesmo o recurso de omitir parcialmente a fonte da citação é repetido: num caso, fala-se em “o personagem de Stendhal”; no outro, o famoso conto “O homem que sabia javanês” é identificado precariamente como “o conto de Lima Barreto”. Pode-se especular que a estratégia é empregada – cônica ou inconscientemente – para denotar familiaridade com personagens literários, reforçando a autoridade de quem está argumentando pela impressão de cultura ampla.

Tanto num caso como no outro, a riqueza verbal com que as situações políticas são descritas tornam as crônicas, além de registro histórico de um tempo no Brasil, agradáveis textos literários.

3.6 “ATÉ QUANDO?”

Há uma pergunta nova na cidade e no País: – “até quando?”. Podíamos lembrar que a pergunta não é tão nova assim: quem estudou latim – e mesmo quem nunca estudou nada – talvez conheça aquela célebre imprecisão de Cícero. Mas além das imprecisões e de Cícero há a pergunta, que não chega a ser uma imprecisão, mas uma queixa, uma amargura fundo no coração de um povo que não sabe odiar e não entende o ódio. Até quando?

Esposas de militares presos vieram me procurar. Centenas de cartas venho recebendo, contendo a mesma indagação: até quando? Os oficiais da Aeronáutica, detidos em um dos navios-prisão, já foram interrogados. Antes mesmo de serem interrogados, foram julgados e punidos: perderam seus direitos políticos e foram reformados. A aberração jurídica já foi perpetrada. A violentação moral já foi consumada. Pergunto: o que esperam perpetrar ainda, o que pretendem violentar ainda?

Os interrogatórios – ao que consta – são os mais estúpidos possíveis. Perguntam coisas absurdas e que nada têm a ver com a formação de uma possível culpa. Aliás, é a lei do lobo que impera em tais interrogatórios. Esopo lançou as bases eternas dessa argüição: “foi você, se não foi você, foi o seu pai, e sendo ou não sendo você ou seu pai, eu sou o lobo e tenho o direito de comer o que me apetece – haja ou não motivos para isso. A minha fome e a minha força são motivos bastantes. E basta”. Não me lembro mais como a fábula começa em grego, mas em latim a história tem um belo intróito: “*Ad rivum eundem lupus et agnus venerant.*”

Sabe-se que os lobos de hoje foram ovelhas há tempos. Homens que um dia se revoltaram, levados por um ideal, interesse ou simples tara – estão hoje na posição de lobos. E são inclementes. O general Taurino de Resende, que preside à Comissão Geral de Investigações, já deu ordens para que os presos recebessem visitas. Mas, em São Paulo, um tal Veloso diz que quem manda ali é ele e os presos continuam sem visita. A quartelada – é óbvio – já conseguiu realizar o que nenhum inimigo externo ou interno do Brasil conseguiu fazer em quatro séculos: desmembrou o País, violou a nossa unidade. Já não há um Brasil do marechal Castelo Branco. Há os Brasís dos Velosos, dos Borges, dos Guedes. Como na velha China, cada general ou coronel cria e mantém seu próprio mandarinato. E já não é a lei do lobo: é a lei do cão que impera. Cada qual faz o que bem entende. Em Belo Horizonte, apesar da meridiana afirmação do marechal Castelo Branco de que o Comando Revolucionário era ele – e somente ele –, os militares continuam interrogando padres e freiras. Onde estamos? (É outra frase de Cícero, por sinal.)

Voltemos aos presos. Presos que já foram punidos sumariamente, através das reformas forçadas, dos direitos cassados. Presos que continuam sendo punidos como se fossem criminosos de alta periculosidade: estão longe das famílias, dos amigos. Em algumas prisões – não em todas –, a situação é anormal: promovem humilhações diárias. Alguns oficiais do Exército, presos recentemente, ao chegarem a um navio-prisão foram obrigados a ficar nus diante de soldados armados. Para quê? Para contentar as “mães de famílias” que foram à “Marcha com Deus pela Família”?

Caberia aqui outra imprecação de Cícero, mas paremos por hoje. Faço coro com os milhares e milhares de esposas, filhos, mães e amigos de prisioneiros que já desesperaram de entender o que está-se passando. Só o ódio, só a estupidez justificaria o prolongamento de uma situação assim. E é justamente esse ódio, é essa estupidez que recusamos a aceitar. Por isso, vale a pena a mesma pergunta, embora com outro sentido – até quando? (CONY, 2004a, p.81)

Nesta crônica, Cony usa uma pergunta retórica, “Até quando?”, como marco de indignação com diversos aspectos do governo militar que vigorava no Brasil desde o início de abril. A pergunta é repetida algumas vezes ao longo do texto, constituindo um refrão – figura comumente associada à poesia – num texto em prosa. Pode-se apontar esse recurso como índice do que se convencionou chamar de “prosa poética”.

Logo no primeiro parágrafo, Cony explica a origem da expressão “até quando?” como advinda da “célebre imprecação de Cícero”. Aproveita para afirmar que “quem estudou latim” e “mesmo quem nunca estudou nada” talvez conheça o questionamento – constante num dos discursos do cônsul romano Marco Túlio Cícero (106 a.C – 43 a.C) que acusam de corrupção o senador Lúcio Sérgio Catilina, discursos estes formadores de uma série conhecida como “Catalinárias”: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?”.

As citações eruditas – uma constante nas crônicas de *O ato e o fato* – atribuem autoridade intelectual ao autor. A pretensa desvalorização de seu próprio conhecimento intelectual, quando afirma que mesmo uma pessoa não escolarizada pode conhecer a frase, é dúbia, pois dá a entender as referências a oradores romanos nascidos antes de Cristo como parte de seu repertório corriqueiro, que teria muito mais conteúdo. Mesmo com o uso, portanto, de uma retórica que aparentemente exprime modéstia, obtém-se uma forte impressão de erudição relacionada a Cony. Essa imagem intelectualizada de si próprio, que aparece no livro de forma recorrente, embora muitas vezes enviesada, contrapõe-se à figura que o autor constantemente faz, na coletânea de crônicas, dos militares: pessoas nas quais uma pretensa honra encobre uma grande estupidez.

Ainda na introdução, o autor faz questão de distinguir o seu uso do “Até quando?” com o de Cícero: no seu contexto, a pergunta não é uma “imprecação, mas uma queixa, uma amargura funda”. A distinção será importante para se entender a repetição do questionamento no último parágrafo, no qual declaradamente assume outro sentido, que não é explicitado.

Só no segundo parágrafo começa a descrição de alguns dos procedimentos do governo militar que levaram o cronista a expressar sua queixa, sintetizada no “até quando” que é repetido mais uma vez. O primeiro ponto a ser criticado na crônica é a arbitrariedade com que o regime promove cassações políticas. O autor alegadamente toma conhecimento do fato por meio de “Esposas

de militares presos [que] vieram me procurar”. Fica claro que, em pouco mais de um mês atuando como crítico sistemático do regime (“Até Quando?” foi publicada originalmente no *Correio da Manhã* em 19 de maio de 1964), Cony já havia se transformado em ponto de referência na resistência à ditadura – um bom índice do alcance de suas crônicas. Note-se que a frase final do segundo parágrafo (“Pergunto: o que esperam perpetrar ainda, o que pretendem violentar ainda?”), apesar de não repetir as palavras, ecoa em sua significação o “até quando?” do título, mantendo o refrão da crônica.

A seguir, continua-se criticando o método aleatório de inquisição do regime (“Perguntam coisas absurdas e que nada têm a ver com a formação de uma possível culpa”) e mais uma analogia literária é feita, desta vez com a fábula “O lobo e o cordeiro”, de Esopo. O gosto pela tirania por parte dos militares recebe uma bela ilustração e mais uma vez se repara na erudição do cronista, que cita um intróito para a história em latim, sem tradução.

Desenvolvendo a analogia (“Sabe-se que os lobos de hoje foram ovelhas há tempos”), Cony amplia a dureza de suas críticas, nomeando militares que estariam agindo de maneira animalesca, criando feudos de influência no país, nos quais agiriam conforme suas vontades. A comparação com a China é especialmente provocativa, por equiparar um regime gritantemente de oposição à esquerda a um país comunista. A lei do lobo se transforma na lei do cão, segundo Cony: pode-se entender que, apesar de sua crueldade, o lobo ainda conserva alguma distinção entre os animais, enquanto o cão é um espécime mais vulgar. A autoridade auto-atribuída do presidente Castelo Branco é contestada por meio da exposição do fato de padres e freiras estarem sendo interrogados, outra denúncia chamativa, à medida que o movimento militar pretensamente defendia os valores católicos. Outra frase de Cícero (retirada novamente da série de discursos “Catalinárias”) é citada e se cria um crescendo de indagações (“até quando?”, “o que esperam?”, “o que pretendem?”, “onde estamos?”).

No penúltimo parágrafo, ao questionamento quanto à arbitrariedade das prisões se soma a denúncia das condições humilhantes de parte dos presos políticos (“obrigados a ficar nus diante de soldados armados”). Critica-se de uma vez só a violência dos métodos militares e a hipocrisia dos setores de apoio ao regime que se arrogavam a posse da piedade cristã (“‘mães de família’ que foram à ‘Marcha com Deus pela Família’”).

Na conclusão, Cony assume o papel de catalisador do sentimento de “milhares e milhares de esposas, filhos, mães e amigos de prisioneiros”. A seguir, menciona que a situação arbitrária só poderia advir da estupidez e do ódio, “que recusamos a aceitar”. O uso do plural majestático dá início a um desfecho de evidente conclamação, no qual repete o “até quando?”, “embora com outro sentido”. Se as razões apontadas por Cony pelas quais vale a pena retomar a questão passam pela “estupidez que recusamos a aceitar”, a frase final pode ser entendida como “até quando [aceitaremos essa estupidez]?”. Assim, distancia-se da “queixa” apontada por Cony no primeiro parágrafo para haver a reaproximação com o sentido original de “imprecação” de Cícero.

O autor assim amarra o início ao fim da crônica e constrói um ápice emotivo para seu manifesto de não resignação às injustiças do regime militar.

3.7 “DA COISA PROVECTA”

Esta quartelada que por aí anda exaltada em bocas antes tão ordeiras e constitucionalistas tem vários aspectos curiosos e sórdidos, e um deles é precisamente o de se intitular “revolução”. Pode-se aceitar a denominação, tal como se aceita a metamorfose nominal das prostitutas e das dançarinas de cabaré, onde as Marias Franciscas viram Brigites e as Sebastianas das Dores viram Marylins.

Chamar a quartelada de revolução não chega a ser, porém, uma alteração nominal. É uma simples e péssima metáfora.

Mas a idade resiste às metáforas. Basta a leitura da entrevista do honrado marechal Odílio Denys para termos, em sua crueza, a real idade desse movimento. Publicou-se também o retrato do honrado marechal, em pose hirta, como uma fotografia de antepassado. Levado pelo retrato para um tempo remoto, comecei a ler a entrevista como se lesse uma peça histórica, um depoimento, ignoto ainda, da Guerra de Canudos ou da Revolução Praieira.

Aliás, todos os líderes da situação são homens velhos. Que idade terá o doutor Ademar de Barros? Castelo Branco, Mourão Filho, Costa e Silva são homens de 60 anos para mais. No meio dessa gente, o próprio Magalhães Pinto, glabro, surge como um adolescente que precisa ser tutelado. E Carlos Lacerda, o mais novo de todos, mas já cinquentão, foi mandado à Europa para amadurecer e entrar no ponto.

Não se veja nessas considerações qualquer menosprezo pela velhice. Pelo contrário. Sempre fui acérrimo defensor da compulsória e da aposentadoria, certo estou de que os velhinhos merecem de

todos nós, não apenas respeito e consideração, como assistência material e espiritual.

E foi depois de todas essas observações e digressões que me convenci de que a quartelada de 1º de abril, com todos os seus compreensíveis e incompreensíveis subterfúgios, merece pelo menos a paciência que dispensamos às pessoas idosas. Trata-se de uma coisa *provecta*.

E ficam assim muitas coisas explicadas. Explica-se por que pessoas antes tão comedidas hoje se intitulam santamente de *revolucionárias* – qualificação que até há pouco evocava-nos as figuras de Danton, Bolívar, Tiradentes, Byron ou Malraux. Por que os jornais conservadores, defensores indormidos da ordem vigente e da Constituição, não dormiram no ponto e bandearam-se à sagrada subversão dos caranguejos. E por que quase toda a nova geração de deputados e líderes brasileiros (dos 30 aos 40 anos) foi expulsa da vida política e está na cadeia ou no exílio. O Brasil agora é dos velhos, dos homens nostálgicos do *ancien regime*, que consideram subversão o fato de o trabalhador ter direito às férias, a um salário decente, a uma aposentadoria, a uma relativa liberdade.

Mas além da *provectude* há também a decrepitude. A *provectude* é, no fundo, respeitável. Mas a decrepitude é vil. Daí, a retificação: não é uma revolução *provecta*. É uma revolução *decrépita*. (CONY, 2004a, p.87)

A crônica “Da Coisa *Provecta*” tem como ponto inicial a análise do uso do termo “revolução” para denominar o golpe militar de 1964 – uso este inaugurado pelos próprios militares, auto-intitulados “revolucionários”. Cony, logo no início do texto, volta a explicitar (assim como já o fizera em crônicas anteriores) que, em sua opinião, “quartelada”, com toda a carga pejorativa que o vocábulo guarda, seria uma palavra mais adequada para designar o movimento. Se a desqualificação do caráter revolucionário do golpe, associando-o simplesmente a uma tomada arbitrária de poder sem proposições políticas concretas, já havia ocorrido em textos prévios, como “A Revolução dos Caranguejos” (CONY, 2004a, p.28), agora o autor se põe a especular sobre os porquês da escolha do termo “revolução”.

Logo no primeiro parágrafo, julga a intitulação como “aspecto curioso e sórdido”. De fato, para uma classe (a militar) tão preocupada com a defesa da ordem, a assunção de uma posição revolucionária, cuja identificação mais imediata se dá com grande confusão, gera certa estranheza. A lógica desenvolvida por Cony ao longo da crônica leva à conclusão de que o uso do termo “revolução” por parte dos militares se dá por uma noção, por parte destes, de honra e grandiosidade revolucionárias. A partir desse ponto, o autor aponta que só se pode ver grandeza num movimento militar como o de 1964 sob um ponto de vista extremamente

antiquado, que ousaria chamar de revolução o que não passa de uma quartelada. E é por essa identificação dos militares com o velho, com um passado desgastado, que Cony constrói uma crônica que parece talhada – mais do que para demonstrar um ponto – para humilhar um adversário, no caso, o regime militar.

O título já é bastante sintomático, “Da coisa provecta”. Ao mesmo tempo em que sintetiza o tema da crônica, Cony lança mão de sutil metalinguagem ao optar por um termo em franco desuso para falar sobre algo que está caindo na obsolescência. Pode-se dizer que “provecto” é um termo provecto. E deve se lembrar que, ao ler o título, o leitor já tem imediatamente subsídios para associá-lo aos militares: no caso de um leitor da época (maio de 1964), folheando o *Correio da Manhã*, porque a coluna de Cony no jornal já vinha há quase dois meses tratando exclusivamente do tema; quando o contato se dá por meio de *O ato e o fato*, a associação é ainda mais óbvia, já que se trata de um volume exclusivamente voltado para a crítica negativa do golpe de 1964.

O rebaixamento dos militares já começa no primeiro parágrafo, quando Cony compara o uso da palavra “revolução” quando o que se tem é uma quartelada com a adoção de nomes de guerra por prostitutas e dançarinas de cabaré. O período, além de obviamente acintoso, por identificar o Exército com o meretrício, soa cômico ao emular a afetação e a pompa dos militares, além de trazer uma velada crítica à subserviência ao estrangeiro: “Marias Franciscas viram Brigites e as Sebastianas das Dores viram Marylins”.

A primeira figura a ser debochada nominalmente pela sua idade – e por extensão, por seus modos antiquados – é o à época septuagenário marechal Odílio Denys (nascido em 1892), um dos articuladores do golpe militar. Nesse terceiro parágrafo, Cony consegue a proeza de, mesmo sem entrar em detalhes sobre a entrevista e a fotografia do marechal com as quais se embasa, construir um excerto extremamente imagético do ponto que se quer demonstrar, a constrangedora velhice de Denys.

No parágrafo seguinte, nomeia mais figuras idosas à frente do regime, citando, entre eles, o presidente Castelo Branco e o ministro da Guerra (e futuro presidente) Costa e Silva. Os então governadores de Minas Gerais e da Guanabara, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, respectivamente, com mais de cinquenta anos de idade à época, são tratados sarcasticamente por Cony como muito novos para estarem na primeira linha do governo.

A seguir, o autor começa a tecer o que parece ser um desmentido da impressão óbvia passada pelo texto de que a velhice é tratada como deficiência (“Não se veja nessas considerações qualquer menosprezo pela velhice”) que logo se revela dúbio quando Cony mostra que sua ideia de apoio aos idosos é defender-lhes a aposentadoria e oferecer respeito, consideração e assistência – ou seja, restringi-los a uma posição passiva. O autor ainda os trata, simulando caridade por um ser indefeso, por “velhinhos”. A noção de que pessoas idosas estão incapacitadas de exercer o poder político é clara e, embora seja duvidosa, funciona saborosamente no texto como ataque ao regime militar.

O polêmico ponto é ainda reforçado no parágrafo seguinte, quando o autor afirma que a “quartelada de 1º de abril [...] merece pelo menos a paciência que dispensamos às pessoas idosas”.

Cony assume sua politicamente incorreta tese usando-a como explicação para fatos que o incomodavam, como o repisado uso da palavra “revolução”, a defesa do golpe por parte da maioria da imprensa e o exílio de uma grande parte (Cony fala em “quase toda a nova geração”) de jovens políticos com potencial renovador. Na verdade, essas explicações são bastante inconclusivas e de difícil associação com a idade avançada dos detentores do poder. O rigor da tese tem menor importância do que a provocação ao poder estabelecido – esta sim, cumprida à perfeição. É lícito assumir que o ponto fundamental da crônica não é o menosprezo aos idosos, mas sim o ataque a um modo de governo tido como retrógrado; os militares de avançada idade serviram como alegoria perfeita, e oferecendo possibilidades de tiradas de humor, para essa denúncia de um sistema político passadista.

O último parágrafo tem dupla função: abrandando a crítica à velhice, restringindo-a à ocasião em que se torna decrépita, ocasião esta associada ao regime militar. Assim, Cony abre cautelosa margem para não incorrer em generalização indevida (“a propectude, no fundo, é respeitável”), mas guarda a ressalva para o último parágrafo, para não enfraquecer sua sátira aos militares no governo. Ao mesmo tempo, constrói um desfecho grandioso, usando do expediente de abrir uma nova linha de pensamento que culmina com uma frase taxativa de efeito: “É uma revolução decrépita”.

3.8 “A AFRONTA E O LATROCÍNIO”

Foi um espetáculo deprimente a entrevista do honrado ministro da Guerra em São Paulo. Metade cômico, metade infantil e inteiramente agramatical, o nobre senhor Costa e Silva fez um *strip-tease* mental, cívico e político que deixa muito mal a chamada Revolução. As fotografias e mapas exibidos, documentos esses considerados subversivos e dramáticos, limitaram-se a clichês razoavelmente antigos, já publicados em jornais e revistas. Ficamos sabendo que, em quase 60 dias de Terror, o comando militar conseguiu documentar o óbvio: aquilo que todos sabíamos, víamos e líamos nos jornais e nas televisões.

Mas a parte documental ocupou breve espaço na fala ministerial. O homem submeteu-se – honradamente, é bom que o diga, para justiça do general – a um interrogatório. “Afrontou” os inquisidores, como ele mesmo disse, quando desejava dizer simplesmente que “enfrentava” os inquisidores. Com o farto material fornecido pelo general Costa e Silva eu poderia escrever dias e dias sobre as ingenuidades políticas, as tolices ideológicas e a nenhuma cultura do nobre líder revolucionário. Mas prefiro responder à parte que diretamente me tocou: a da liberdade de cultura e da minha liberdade pessoal.

Disse o general que as academias e as faculdades estão funcionando. No regime hitlerista, no regime fascista, na URSS de Stalin, em Portugal, na Espanha, as academias e faculdades também funcionaram e funcionam: os tiranos chegam até a ser admitidos nas academias e recebem grau *honoris causa* das faculdades. Porque o terror ideológico não é formal: é substancial. O pânico gera a covardia e os tiranos acabam sendo aceitos, tolerados ou endeusados. Não me causará surpresa se o general Costa e Silva ou o seu colega Mourão forem homenageados ou admitidos em Academias ou em Faculdades. O estado policial-militar faz dessas coisas. Napoleão chegou a pertencer ao Instituto de França – e era Napoleão.

Pergunto se há liberdade de cultura sociológica. Pergunto se há liberdade, mas liberdade *mesmo* – de todos dizerem o que pensam. Para responder talvez inconscientemente a essas perguntas, o general argumentou com aquilo que me pareceu uma alusão pessoal: “Há um cronista que diariamente – são palavras suas – destila peçonha sobre a minha cabeça.” E acrescentou o general: “E esse homem está em liberdade, e enquanto eu sou ministro da Guerra ele é um simples cronista.”

Bom, minha liberdade independe do favor do honrado ministro da Guerra. Sou livre e serei livre sem depender de ninguém, muito menos de um homem que é capaz de confundir latrocínio com laticínio. Minha liberdade física não pode ser violentada: não sou criminoso, não tive nenhum vínculo com qualquer governo, não fiz subversão – e minha liberdade não é fruto de uma ação generosa do Sr. Costa e Silva. Qualquer violência praticada contra a minha pessoa só teria uma razão: o ter denunciado a nudez do rei. Até agora, a justificção para a violência tem sido a existência de crimes passados. Pois o meu *crime* é atual: desde o 1º de abril venho cometendo esse crime. Mas o Sr. Costa e Silva sabe que, sobre a

cabeça do insignificante cronista, pesa alguma coisa. Citei Napoleão e poderia citar Talleyrand: a violência não seria um crime, seria uma tolice.

Quanto ao valor que o general dá a seu próprio cargo, saiba: dou muito mais valor à minha própria pessoa. Eu tenho uma obra, Sr. Ministro, que por algum tempo será discutida, lembrada, amada ou odiada. Mas tenho. E que é que o Sr. tem, além da farda que as traças roem?

Enfim, o pronunciamento do ministro da Guerra teve um mérito: revelou publicamente o despreparo do grupo, poderoso em armas e débil em idéias, que tomou conta do governo e que já não sabe o que fazer com o próprio governo.

Numa palavra: vimos um homem honrado, sincero, desprovido de qualquer malícia, um homem puro, dar um vexame público. Acreditamos que o general Costa e Silva precisa de melhores e mais hábeis conselheiros. (CONY, 2004a, p.96)

Esta crônica, escrita em 28 de maio de 1964, destina-se especialmente a atacar o ministro da Guerra general Arthur da Costa e Silva – que, mais do que o presidente de então, marechal Castelo Branco, ou do que qualquer outro militar, aparece como o alvo preferencial nas crônicas de *O ato e o fato*.

A partir de uma entrevista concedida por Costa e Silva, traça-se um perfil bastante pejorativo do general, apresentado ao mesmo tempo como um homem risível e assustador. As qualidades podem parecer quase contraditórias, mas são complementares no julgamento que o cronista faz do militar: Costa e Silva é cômico por seu notório despreparo intelectual e assusta justamente por, estando investido em importante cargo político, apresentar essa estupidez que frequentemente evolui para o autoritarismo. A figura ridicularizada do ministro se presta a embasar a defesa, por parte de Cony, de um comportamento de não resignação à arbitrariedade do governo militar, do qual Costa e Silva aparece como a figura mais proeminente – e sua identificação como figura alegórica da violência do regime é precisa à medida que antevê a real importância do general, que se tornaria mais evidente quando seu grupo, identificado como a “linha dura”, passou a liderar o governo, com o próprio Costa e Silva como presidente, empossado em março de 1967 (GASPARI, 2002, p.260-275).

O texto inicia com uma antítese (“espetáculo deprimente”) sintomática do estilo que vigorará por toda a crônica, de menosprezo sistemático em relação a Costa e Silva por meio do contraste entre a pompa que apresenta – sintetizada no adjetivo “honrado”, atribuído ao general muitas vezes – e sua parca

inteligência. Cony se dirige ao general respeitosamente (“honrado ministro da Guerra”, “nobre senhor Costa e Silva”) para depois atribuir-lhe qualidades pouco lisonjeiras (“inteiramente agramatical”). O procedimento consegue surtir efeito cômico e, paralelamente, expor a afetação do comportamento dos militares.

Os primeiros dois parágrafos tratam de desqualificar o general ao mesmo tempo em que tacham as acusações dos militares contra seus opositores como obviedades vazias. Cony não se alonga em nenhuma das duas questões: limita-se a apresentar os argumentos dos militares como clichês antigos, mas não relata quais foram esses clichês; do mesmo modo, a única impropriedade clara do general explicitada pelo cronista é o erro que intitula a crônica, no qual se usa o termo “afrontar” quando o adequado seria “enfrentar”. Apesar do pouco material concreto usado contra o general, o escritor o ridiculariza com uma loquacidade tal que a tendência do leitor é chegar ao fim do segundo parágrafo considerando Costa e Silva uma figura cuja capacidade intelectual é lamentável; para tanto, Cony equilibra seu flagrante solitário de mau emprego da língua por parte do general com adjetivações que, embora vagas, são construídas de maneira virtuosa, com jogos de palavras (“metade cômico, metade infantil, e inteiramente agramatical”) e gradações crescentes demolidoras (“ingenuidades políticas, tolices ideológicas e a nenhuma cultura”). Analisando-se friamente, pode-se pensar que um único lapso verbal não é suficiente para uma caracterização tão peremptória de Costa e Silva como um estúpido. A escrita de crônicas, no entanto, é originalmente elaborada para consumo rápido, nas páginas de jornal. Deste modo, as características do gênero permitem que as virtudes do estilo literário compensem uma fundamentação superficial dos argumentos. Note-se que o autor, em certa proporção, reconhece o procedimento: “poderia escrever dias e dias [...]. Mas prefiro responder à parte que diretamente me tocou”.

Assim, chega-se ao terceiro parágrafo, no qual o ponto principal do texto será trabalhado (“a liberdade de cultura” e a liberdade pessoal de Cony), já com uma predisposição a considerar o antagonista do texto como um homem ignóbil, potencializando a argumentação – mais substantiva, ressalte-se – que virá a seguir.

À afirmação do general sobre o funcionamento normal das academias e faculdades no Brasil, Cony responde com uma comparação com outros regimes de exceção, desde o nazismo até o comunismo de Stalin, esvaziando o

argumento de Costa e Silva. Se antes foi destacada sua falta de cultura, com toques cômicos, aqui, num estilo mais grave, começa a se destacar sua arrogância e suas tendências ditatoriais: “O pânico gera a covardia e os tiranos acabam sendo aceitos, tolerados ou endeusados”.

No parágrafo seguinte, quando Cony pergunta se realmente há liberdade, destacando com *itálico* a palavra “mesmo”, fica clara, por meio da linguagem cínica, sua insatisfação com o que vê como supressões de liberdade intelectual. A seguir, reproduz declaração do ministro, teoricamente uma demonstração da plena liberdade vigorante no país, que revela grande prepotência na comparação “enquanto eu sou ministro da Guerra ele é um simples cronista”.

Cony transforma a declaração do general em uma deixa para abrir novo parágrafo no qual defende valores libertários de um modo geral e a absoluta falta de justificativas para uma eventual violência contra sua pessoa. O tom é orgulhoso, com frases de efeito que, mesmo repetitivas na essência, constroem um enlevo discursivo: “minha liberdade independe do favor do honrado ministro da Guerra”, “Sou livre e serei livre sem depender de ninguém”, “minha liberdade não é fruto de uma ação generosa do Sr. Costa e Silva”. Ademais, em mais uma citação erudita, usando frase do político francês Talleyrand, insinua que só não foi violentado porque seria inconveniente.

Cabe também destacar o deboche de Cony, quando afirma que o “honrado ministro da Guerra” é “um homem capaz de confundir latrocínio com lacticínio”. Há índices para concluir que a escolha das palavras para representar a estupidez de Costa e Silva não foi aleatória: o termo “latrocínio” foi pinçado junto com “afronta” para comporem o título da crônica; quando aparecem, unidos, cria-se para os vocábulos um contexto diferente daquele no qual figuram no corpo do texto: é de se especular se a afronta e o latrocínio (roubo seguido de morte) não seriam uma alusão a ações praticadas pelos militares contra o povo brasileiro.

O parágrafo seguinte constitui uma das passagens mais ousadas de *O ato e o fato*, em atrevimento antológico do autor: refutando a posição de “simples cronista”, Cony usa sua obra literária para se colocar acima do ministro da Guerra, que fica reduzido a uma “farda que as traças roem”.

Os dois últimos parágrafos interrompem o estilo discursivo que o texto vinha apresentando desde o quinto parágrafo – podem-se imaginar essas passagens declamadas diante de uma multidão – para voltar a um tom mais brando

em que se busca uma síntese do que fora dito até então. As expressões que abrem esses dois últimos parágrafos são sintomáticas: “enfim” e “numa palavra”. A abrupta mudança lembra alguém que, extenuado pela energia gasta falando sobre assunto que lhe é odioso, resolve se interromper antes que se exceda.

“A afronta e o latrocínio” é dos melhores exemplos em *O ato e o fato* da habilidade de Cony variar os tons de sua escrita – irônico, cínico, analítico, inflamado – num espaço reduzido, sem prescindir da coesão textual e sempre tendo em vista o convencimento do leitor sobre a iniquidade do regime militar.

3.9 “MAOMÉ E A MONTANHA”

Poderia iniciar esta crônica dizendo que afrontei o general Costa e Silva na última terça-feira. Seria inverdade. Fui a seu gabinete na qualidade de acusado de um crime contra a segurança do Estado. Para isso, o general usou de todo o peso de seu atual cargo: fez a montanha ir a Maomé, em vez de Maomé ir à montanha. Há tempos, um antecessor do Sr. Costa e Silva andou processando jornalistas. Mas fazia questão de ir à montanha, ou seja, submetia-se aos cartórios, às salas de audiência, às instalações quase sórdidas de nossa Justiça.

Mas o Sr. Costa e Silva é homem atribulado. Além das naturais funções de seu cargo, está assoberbado com jantares e recepções. Usou, por conseguinte, de um privilégio legal. Juiz, escrivão, escrevente, advogados, todos tiveram de enfrentar o pátio ensolarado do Ministério da Guerra e bater à porta de seu venerável gabinete.

O general é um homem baixo, mais feio do que parece pelas fotografias, mas quando começa a falar adquire uma certa simpatia, um calor humano que o torna respeitável e quase bonito. Cruzou seu gabinete para vir falar com o cronista. Estendeu-me a mão, apresentando-se:

– General Costa e Silva!

Respondi no mesmo tom:

– Jornalista Cony!

O ministro recuou um pouco, fez um gesto com a mão acima da própria cabeça, para exprimir altura. E disse:

– Imaginava-o mais alto!

Gostei do pronome corretamente empregado e deixei que o ministro se servisse de minha insignificante altura. Mas o juiz tomou as providências preliminares e convidou-nos, a inocentes e culpados, à mesa ministerial. O general fez um gesto em direção a seu habitual assento, mas um assessor o advertiu: o lugar de honra seria do juiz. O general sentou-se então ao meu lado. E o meu advogado, ministro Nelson Hungria, do outro. Os demais, menos votados, espalharam-se pelo resto da mesa e do gabinete.

O oficial de justiça fez questão de mandar abrir as portas da ministerial alcova. É praxe salutar e indicativa de que a Justiça não se faz a portas fechadas. O Sr. Costa e Silva ajudou o oficial de justiça a abrir os seus batentes e o enorme ventre do saguão de mármore, frio e vazio, foi testemunha da audiência.

Lido o libelo pelo juiz, o general identificou-se como Arthur da Costa e Silva, brasileiro, ministro da Guerra, residente na rua General Canabarro, se não me engano, 471, ou número parecido. A uma pergunta do magistrado, declarou que não era meu amigo nem meu inimigo. Nada me foi perguntado, mas a recíproca seria verdadeira.

Enfim, a audiência prosseguiu como soem prosseguir as audiências desse tipo. Nada do que o general disse no processo causou-me estranheza. Exceto, talvez, o fato de que meus artigos são transcritos em diversos jornais do País. Vou pedir, mais tarde, quando passar essa onda, que o general-ministro da Guerra me dê o nome e o endereço desses jornais. Vivo disso e tenho de receber a vil pecúnia pelo meu trabalho. É com essa vil pecúnia que pago o leite e o colégio das minhas filhas. (CONY, 2004a, p.152)

Esta crônica foi publicada originalmente no *Correio do Manhã*, em 10 de setembro de 1964. Não constava, portanto, na primeira edição de *O ato e o fato*, lançada anteriormente, ainda em julho daquele ano. Explica-se sua presença nesta dissertação: como o tema de algumas das crônicas da coletânea posterior de Cony, *Posto Seis*, adequava-se perfeitamente no contexto comum de crítica à ditadura, a reedição de *O ato e o fato* de 2004, pela Objetiva, ganhou o acréscimo desses textos – “Maomé e a Montanha” é um deles; “Das Eleições, Ainda”, a próxima crônica a ser estudada neste trabalho, publicada originalmente em 7 de novembro de 1964, é outro. Somadas à última edição de *O ato e o fato*, essas duas crônicas se tornam passíveis de análise.

A figura religiosa do título poderia sugerir o recorrente tom messiânico empregado por Cony nas suas crônicas contra a ditadura, geralmente na conclusão; desta vez, no entanto, a alegoria é mais simples, com base no velho provérbio “Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”. O texto narra o episódio em que Cony, processado pelo então ministro da Guerra general Costa e Silva, por supostamente atentar contra a segurança do Estado, teve de se dirigir ao Ministério da Guerra para uma audiência, porque Costa e Silva, como ministro, gozava da prerrogativa de não ter de se deslocar às instalações da Justiça. Em vez de servir como conclamação, a menção religiosa agora aparece em tom de ironia, dando a entender que o general se achava próximo a um deus, para fazer todo o

aparato da Justiça ter de se deslocar até seus aposentos (“A montanha vai a Maomé”).

A primeira frase do texto é indecifrável para quem não acompanhou as crônicas anteriores de Cony pelo *Correio da Manhã* ou pela coletânea *O ato e o fato*; trata-se de referência à já analisada “A Afronta e o Latrocínio”, na qual o autor debocha da ignorância de Costa e Silva por usar a palavra “afrontar” quando a significação desejada era claramente a de “enfrentar”. Como já observamos, no entanto, as auto-referências (entendam-se aqui como as referências a textos anteriores do próprio autor, escritos para uma mesma coluna) são permitidas, e até mesmo constantes, dentro do modelo da produção crônica brasileira. Essa auto-referência de Cony serve de ironia introdutória à série de ataques debochados porvir.

Usando da variedade estilística que a crônica proporciona, esse texto se aproxima da reportagem em primeira pessoa: pode-se ver um parentesco com o *new journalism* norte-americano, à medida que é usada uma técnica narrativa em cima de um fato verídico, com destaque para as impressões do repórter (aqui, do cronista). À audiência em si e às suas nuances é dada pouca atenção; o que mais vale é o uso das observações colhidas no local para traçar um perfil (depreciativo, no vaso) do general Costa e Silva.

O general é comparado a um antecessor no cargo de ministro da Guerra. Esse antecessor também tinha o hábito de processar jornalistas, “mas fazia questão de ir à montanha...”. A conjunção adversativa “mas” indica que o ato de processar jornalistas já é reprovável por si próprio; desse modo, pode-se ler a frase supracitada como “mas [pelo menos] fazia questão de ir à montanha...”. Costa e Silva, além do inconveniente de processar jornalistas, ainda recorria ao despautério adicional de fazer com que os envolvidos no processo viessem a seu encontro em seus próprios aposentos, para não ter de se deslocar.

A justificativa irônica que Cony apresenta para a disposição do privilégio do general é o fato deste ser um “homem atribulado”. As atribuições que o cronista em seguida enumera são “jantares e recepções”, atividades banais (e burguesas), distantes das funções que se espera de um ministro de Estado.

A imagem afetada de Costa e Silva é confirmada pelas descrições posteriores de Cony. No terceiro parágrafo, o general é apresentado como “um homem baixo, mais feio do que parece pelas fotografias”; logo depois, no entanto, faz-se a ressalva de que “quando começa a falar adquire uma certa simpatia, um

calor humano que o torna respeitável e quase bonito”. Longe de elogio gratuito, o período acima tem a função de contrastar a aparente delicadeza de modos de Costa e Silva com sua postura política autoritária, estendendo-lhe, assim, uma aura de arrogância e hipocrisia.

Na passagem seguinte, na qual é descrito o modo com que o general se apresentou a Cony, o cronista não precisa empregar adjetivos claros para se perceber que a mensagem a se passar é a da falsidade de Costa e Silva. A resposta “Jornalista Cony” à apresentação “General Costa e Silva” é particularmente engraçada. As superficialidades continuam com o general fazendo observações distraídas sobre a altura de Cony – o tratamento cordial, de quase camaradagem, é completamente dissonante na ocasião em que uma figura processava a outra por crime contra a segurança do Estado.

Cony parodia a aparência amena da situação com pequenas observações espirituosas como “Gostei do pronome corretamente empregado e deixei que o ministro se servisse de minha insignificante altura”. E é no mesmo estilo distraído que se denunciam os índices do autoritarismo de Costa e Silva, quando este quer tomar o assento principal do recinto, ficando em posição superior a Cony – e só é demovido por intervenção de um assessor.

A seguir, outra passagem que denuncia sutilmente a hipocrisia do ministro: as portas do gabinete de Costa e Silva (que Cony trata como “ministerial alcova”, usando de seu costumeiro recurso de ridicularizar por meio da simulação de pompa) estavam fechadas; como a convenção manda que a Justiça se faça a portas abertas, o oficial de Justiça interveio. O general, que não se preocupara inicialmente em cumprir a convenção, depois do pedido do oficial de Justiça fez questão de abrir pessoalmente as portas, num gesto que soa como demagogo.

Também é destacada a apresentação do ministro, comuníssima, com nome, nacionalidade, profissão e endereço residencial, que Cony transcreve com um “se não me engano” quanto ao número de sua casa. As razões por que uma apresentação tão ordinária ocupou espaço na crônica certamente passam pela tentativa de demonstrar a aparente legalidade da ocasião, com o general sendo tratado como uma figura qualquer.

O último parágrafo explicita essa sensação com a afirmação de que a “audiência prosseguiu como soem prosseguir as audiências”. O contraponto à frágil normalidade vem no desfecho, quando Cony pede ironicamente a Costa e

Silva que, “mais tarde, quando passar essa onda”, dê o nome e endereço dos “diversos jornais do País” que transcreveriam suas crônicas, conforme disse o ministro na audiência. O cronista afirma que vive disso e que é “com essa vil pecúnia que pago o leite e o colégio das minhas filhas”. Pode-se entender o pedido como uma afirmação do trabalho acima da vaidade e melindres pessoais de Costa e Silva, que estariam obstruindo o cumprimento normal da atividade jornalística de Cony.

Numa visão mais ampla, o relato que domina a crônica pode ser entendido como uma alegoria para todo o regime militar que vigorava na ocasião: por trás de um aparente ar de democracia e normalidade, predominava um espírito repressor e arbitrário.

3.10 “DAS ELEIÇÕES, AINDA”

Disse ontem que os militares deviam recolher-se aos quartéis. Por mais que pareça estúpido, muita gente estranhou essa veemência tão óbvia. Afinal, eu não pedi que os militares se recolhessem aos conventos, aos cemitérios ou a qualquer local indigno.

Quando um rapaz resolve ser militar, sabe perfeitamente o que lhe espera: o quartel. A Nação não tem culpa – e muito menos este cronista terá culpa – de que os quartéis, um dia, já não sejam suficientes para abrigar os apetites e as glórias de sua gente.

Se São Francisco de Assis dissesse aos peixes: “peixes, recolhei-vos às águas!” – nenhum peixe se sentiria ofendido. Bom, eu não sou São Francisco de Assis nem os militares são peixes – mas a situação é a mesma. A minha frase de ontem não pode ser considerada uma ofensa e – muito menos – uma exorbitância. Pela Constituição ainda em vigor, pela própria e gloriosa natureza da lide guerreira, o local apropriado para um militar é o quartel ou o campo de batalha. Felizmente não temos nenhum campo de batalha, mas temos bastantes quartéis, talvez até demais.

Outro detalhe da crônica de ontem que provocou algumas iras foi a segunda parte da mesma frase: militares aos quartéis, o povo às urnas! Mandar o povo às urnas – desde que não sejam às urnas funerárias – também não constitui crime nem enormidade. Não estou pedindo que o povo pegue em armas, incendeie os celeiros ou descarrilhe os trens da heróica Central do Brasil ou da não menos mortuária Leopoldina Railway dos velhos tempos. Pedi que o povo lutasse pelo seu direito de ir às urnas, consoante um sagrado e insubstituível princípio: o de que o poder – todo o poder – emana do povo.

Na Antiguidade, o poder emanava de Deus: *omnia potestas a Deo*, segundo ensinou São Paulo. Esses inefáveis tempos, se não mudaram em substância, mudaram em forma: hoje a própria Igreja reconhece que o povo é uma espécie de voz de Deus e aceita a vontade popular como um dos sinais mais autênticos e constantes da

providência divina. Os mediadores pessoais entre Deus e as comunidades foram abolidos, já ninguém sobe à Montanha para trazer as tabuinhas das leis: elas tem de ser feitas mesmo no debate honesto e público, tal como foram feitas no recente Concílio Ecumênico e nos Congressos de todos os povos livres e civilizados do mundo. Os pajés perderam o emprego.

Pois foi tudo isso que quis dizer na crônica de ontem. E para não perder a oportunidade, repito novamente a frase, certo de que, sem vinculações políticas, sem qualquer interesse pessoal, estou sendo o intérprete de diversas correntes da opinião pública, algumas delas até comprometidas com a própria quartelada de abril: “Militares aos quartéis, o povo às urnas!” (CONY, 2004a, p.166)

Esta crônica radicaliza o procedimento de comentar trechos de crônicas anteriores publicadas numa mesma coluna por um mesmo autor: toda ela é uma extensão de uma passagem escrita por Cony em crônica do dia anterior (6 de novembro de 1964), denominada “Urnas e Quartéis”. Como a última frase desse texto – a saber, “A palavra de ordem deve ser: Militares aos quartéis, o povo às urnas! (CONY, 2004a, p.65) – provocou reações, que provavelmente chegaram ao cronista por carta, Cony se achou no direito de fazer uma crônica adicional sobre o mesmo tema, dando explicações sobre o período que causou polêmica (o autor fala em “muita gente” estranhando “essa veemência tão óbvia”).

A frase em si é elementar; não necessitaria, a princípio, de ser esmiuçada para seu entendimento. Cony então usa sua crônica como veículo para um didatismo extremado, com um grau de detalhamento que beira a linguagem infantil: a ideia é expor o ridículo da situação na qual uma frase que aparentemente é apenas uma obviedade se torna motivo de celeuma.

Além de conseguir tiradas cômicas com o tema, o autor, mais uma vez de maneira quase profética, chama a atenção para o recrudescimento autoritário que estava se evidenciando, culminando, no ano seguinte, com o Ato Institucional Número Dois, baixado em 27 de outubro de 1965; entre outras medidas, o AI-2 suspendia as eleições diretas para presidente, oficializando a ditadura. O que pretensamente era um regime provisório, com fins de “colocar ordem na casa”, revelar-se-ia um governo com tendências centralizadoras e de perpetuação no poder – Cony se antecipava aos fatos e alertava para as consequências nefastas de uma simples menção relacionando o povo às urnas causar ira em certos setores do regime.

A crônica começa analisando a primeira parte da sentença, sobre os militares e os quartéis. Cony ressalta a obviedade da relação, afetando um

estranhamento pelas reações contrárias a sua frase. A simulação de ingenuidade por parte do autor propicia momentos cômicos – “eu não pedi que os militares se recolhessem aos conventos, aos cemitérios ou a qualquer local indigno”. Logo depois, no entanto, o autor mostra ter ciência das razões da insatisfação com sua conclamação, quando exime a Nação de culpa pelo fato de os quartéis já não serem “suficientes para abrigar os apetites e as glórias de sua gente”.

Não obstante, Cony retoma seu raciocínio, atendo-se à obviedade com fins de chamar a atenção para a necessidade da relação intrínseca entre militares e quartéis ser entendida como natural – e a mais recomendável. A analogia com São Francisco de Assis e os peixes se enquadra em um tradicional recurso estilístico de Cony, ao usar personagens religiosos como figuras em contexto completamente alheio ao original. Neste caso, o contraste da figura pia de São Francisco de Assis com a violência mundana dos militares chama a atenção e surte efeitos cômicos.

Ainda no terceiro parágrafo, Cony afirma que sua frase não pode ser entendida como “ofensa” ou “exorbitância”, justificando-se por meio da citação da Constituição “ainda” em vigor, que determinava o local apropriado para os militares como “o quartel ou o campo de batalha”. O uso do termo “ainda” insinua, e a insinuação se mostraria acertada, que a Constituição estaria prestes a ser esquecida, num levante ditatorial. No desfecho da primeira parte da crônica (“Felizmente não temos nenhum campo de batalha, mas temos bastantes quartéis, talvez até demais”), Cony combina uma retórica pacifista com mais um ataque aos militares, sugerindo implicitamente um corte de contingente na classe – e fica claro que o corte sugerido pelo autor tem em vistas a ala dos militares cujos apetites estavam se alastrando para além dos quartéis. Talvez o excesso destes, com a conseqüente falta de demanda de atividades internas, estaria incentivando a ambição política dos militares, que Cony claramente considera inadequada.

A segunda parte da crônica, destinada a comentar a conclamação do autor para o povo ir às urnas, segue o mesmo padrão, combinando comentários espirituosos com a exposição da trivialidade que é o direito ao voto – e se soma também o pasme com a reação adversa que isso possa causar. A frase “Mandar o povo às urnas – desde que não sejam as urnas funerárias – também não constitui crime nem enfermidade” é significativa, pela graça que o trocadilho proporciona e pela especulação que se pode fazer acerca do período: estaria Cony insinuando que

os militares começavam a mandar o povo às urnas funerárias (o que positivamente constituiria “crime” e “enormidade”)? O autor afirma que o direito de ir às urnas é natural, invocando o princípio grego de democracia, e cita como contraposição casos que presumivelmente não seriam recomendáveis: entre exemplos extremados, para novamente obter efeitos cômicos, como incendiar celeiros e descarrilhar os trens da Central do Brasil, está um “Não estou pedindo que o povo pegue em armas”, o que demonstra uma posição conservadora em relação à possibilidade da luta armada, que de fato teria focos no Brasil a partir do ano seguinte (GASPARI, 2002, p.384).

A democracia é defendida no penúltimo parágrafo numa substancial troca de tom em relação ao que o texto vinha desenvolvendo até então: aqui, a crônica ganha contornos mais circunspectos, com direito a citação em latim, que serve como argumento de erudição para a demonstração de um ponto. As figuras usadas para analogia passam novamente pela religião, quando se explica que a própria Igreja, na idade contemporânea, admite os desígnios do povo como índice da vontade divina. A irreverência só aparece de maneira mais sutil, como no uso do diminutivo em “já ninguém sobe à Montanha para trazer as tabuinhas das leis”; a flexão de grau indicia um menosprezo por um sistema antigo, de caráter centralizador, que estaria sendo repetido de maneira análoga pelos militares naquele momento. “Os pajés perderam o emprego”, sintetiza Cony, evidenciando um sentimento igualitário, que prescinde de seres superiores.

Como o texto já vinha sendo uma exposição pormenorizada das implicações de uma só frase, o autor a repete no desfecho, com um preâmbulo que a torna ainda mais conclamatória em relação à crônica do dia anterior: Cony toma para si a responsabilidade de ser “o intérprete de diversas correntes da opinião pública”, destacando que “alguma delas até [estavam] comprometidas com a própria quartelada”, antecipando as divisões que, muitos anos depois, enfraqueceriam o regime até seu esgotamento (GASPARI, 2002, p.21-41). Em sucinta análise, pode-se entender a frase como uma metonímia simples: “militares aos quartéis”, indica que os militares devem se limitar aos assuntos intrínsecos às suas tradicionais atividades (que se dão nos quartéis); “o povo às urnas”, mostra que a população deve fazer valer seus direitos numa democracia representativa, cujo símbolo mais óbvio é a urna eleitoral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas de *O ato e o fato*, escritas em ritmo urgente, entre os meses de abril e junho de 1964, estão contidas análises e denúncias que a posteridade, com o peso de muitos anos e estudos depois, daria por corretas, de modo quase indubitável: a arbitrariedade e violência do regime militar de 1964, a ausência de um plano de governo efetivo em favor de um plano de ocupação do poder, o absurdo das torturas impostas a pretensos “inimigos” do regime, etc. Esse caráter de pioneirismo em considerações que, lidas hoje, podem soar próximas ao senso comum, fazem deste volume de crônicas um documento histórico e um corajoso marco na resistência cultural à ditadura – resistência esta que seria muito mais efetiva para o fim do regime do que a resistência armada brasileira.

Mais significativo ainda é *O ato e o fato* por combinar seu caráter histórico com um estilo literário envolvente, dentro da tradição coloquial da crônica moderna brasileira e com as adições idiossincráticas da prosa de Cony, um escritor já razoavelmente conhecido, e premiado, quando passou a também se dedicar às crônicas. O fato desta coletânea com críticas ao regime militar ter lhe dado uma projeção até então inédita, e alterado sensivelmente os rumos de sua vida, tanto pessoal quanto profissionalmente, traz ainda mais interesse a *O ato e o fato*.

O leitor em busca de um relato substancial, escrito em primeira pessoa e no tempo de ação dos fatos, sobre o golpe de 1964 terá no livro uma sólida fonte de pesquisa, com o possível bônus de que, capturado pelos textos envolventes, quiçá possa vir a se interessar pelo restante da produção literária de Cony, ou, num nascer de apreço pelo gênero, busque ler textos de outros cronistas brasileiros; por outro lado, aquele que chega a *O ato e o fato* à procura do prazer da leitura de uma coletânea de crônicas escritas por um autor renomado tem a oportunidade de obter substancial acréscimo em seus conhecimentos sobre a história do país e ganha um prazeroso incentivo para empreender outras pesquisas (formais ou informais) sobre o assunto.

Em última instância, este trabalho defende uma posição privilegiada para *O ato e o fato* dentro do panorama da crônica nacional (e, por extensão, das letras brasileiras). Além do valor de difícil medida que uma obra de arte guarda, o livro resgata o sentido de relato histórico para o termo “crônica” sem deixar de lado

as conquistas literárias, advindas principalmente a partir do modernismo, que fizeram do gênero, no Brasil, algo único.

REFERÊNCIAS

ANGELI; CONY, Carlos Heitor. *O presidente que sabia javanês*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

AGUIAR, Josélia. “Ainda não encontrei a profundidade” – entrevista de Carlos Heitor Cony para a Revista EntreLivros nº3. Publicada em 06/01/2005.

ALVES, Márcio Moreira. Carlos Heitor Cony. *In: Cadernos de Literatura Brasileira – Carlos Heitor Cony*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

ARRIGUCCI, Davi. Fragmentos sobre a crônica. *In: Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BARRA, Maria Marta Navarro. Rubem Braga. Disponível em: <www.secrel.com.br/jpoesia/rbraga.html>.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica – História, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.

BRAGA, Rubem. Ao respeitável público. *In: O Conde e o passarinho*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

BRAYNER, Sônia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. *In: A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

BRITO, Mário da Silva. O Ventre da miséria humana. *In: O ventre. 4. ed.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

BUENO, Raquel Illescas. Histórias de subúrbios – uma análise comparativa entre Dom Casmurro e O ventre. *In: Cadernos de Literatura Brasileira – Carlos Heitor Cony*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. *In: A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CASTRO, Ruy. Carlos Heitor Cony. *In: Cadernos de Literatura Brasileira – Carlos Heitor Cony*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

COELHO, Marcelo. Notícias sobre a crônica. *In: CASTRO, Gustavo de & GALENO, Alex (orgs.) Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

COLOMBO, Sylvia; COSTA, Paula Cesarino. Em busca do contraponto – entrevista com Carlos Heitor Cony para a Folha de S. Paulo. *Folha Ilustrada*, 25/11/2006.

CONY, Carlos Heitor. *Da arte de falar mal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Antes, o verão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964a.

_____. Prefácio do Autor. *In: O Ato e o fato*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964b.

_____. *Sobre todas as coisas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O ventre*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

_____. Entrevista – Quase Memória. *In: Cadernos de Literatura Brasileira – Carlos Heitor Cony*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001a.

_____. *Pilatos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

_____. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004a.

_____. *A revolução dos caranguejos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004b.

_____. Um caso pessoal. Crônica escrita para a *Folha de S. Paulo*, em 02/04/2009.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

EAGLETON, Terry. *Teoria Literária – Uma Introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRAGA, César. Entrevista: Cony repudia o neoliberalismo. Disponível em <<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/set97/entrevis.htm>>

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MELO, José Marques de. A crônica. In: CASTRO, Gustavo de & GALENO, Alex (orgs.) *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. v.2. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

MORAES, Lygia Marina. Conheça Rubem Braga. In: *Ai de ti, Copacabana*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. História da Crônica. Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz (org.) *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1995.

PREVIDI, Gustavo. “É preciso dizer que não sou político” – entrevista de Carlos Heitor Cony para a Revista Press Brasil edição 31, publicada em 25/03/2006. Disponível em <www.carlosheitorcony.com.br/imprensa.aspx?nNOT_Codigo=28>.

PORTELLA, Eduardo. A cidade e a letra. In: *Dimensões I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1987.

SAID, Edward W. *Representação do Intelectual: As Conferências Reiht de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDRONI, Cícero. *Carlos Heitor Cony*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo, Ática, 1989.

SILVA, Fernando de Barros e. Cony aceita sua travessia. Artigo para a Folha de S. Paulo. Publicado em 14/03/1997.

SILVEIRA, Ênio. A farsa de abril ou O mito da honradez cívica. *In: O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Fernão Lopes e José Saramago. Viagem – paisagem – linguagem. Cousa de ver. *In: A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SIMON, Luiz Carlos Santos. Do jornal ao livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso. *Temas e Matizes*, Nº 05, Julho 2004.

VENTURA, Zuenir. Carlos Heitor Cony. *In: Cadernos de Literatura Brasileira – Carlos Heitor Cony*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

VERISSIMO, Luis Fernando. Carlos Heitor Cony. *In: Cadernos de Literatura Brasileira – Carlos Heitor Cony*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

_____. A última ironia. *In: O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.